

“Avaliação de programas de bolsas de pesquisa em uma organização pública de C&T em saúde: o programa pesquisador visitante FIOCRUZ”

por

Seir de Souza Barros

Dissertação apresentada com vistas à obtenção do título de Mestre Modalidade Profissional em Saúde Pública.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia de Oliveira Teixeira

Rio de Janeiro, outubro de 2009.

Esta dissertação, intitulada

“Avaliação de programas de bolsas de pesquisa em uma organização pública de C&T em saúde: o programa pesquisador visitante FIOCRUZ”

apresentada por

Seir de Souza Barros

foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Dr.^a Maria Helena Simões Villas Boas
Prof. Dr. José Manuel Santos de Varge Maldonado
Prof.^a Dr.^a Márcia de Oliveira Teixeira- Orientadora

Dissertação defendida e aprovada em 27 de outubro de 2009.

Catálogo na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca de Saúde Pública

B277 Barros, Seir de Souza
Avaliação de programas de bolsas de pesquisa em uma instituição pública de C&T em saúde: o programa "Pesquisador Visitante Fiocruz. / Seir de Souza Barros. Rio de Janeiro: s.n., 2009.
116 f., graf.

Orientador: Teixeira, Márcia de Oliveira
Dissertação (mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2009

1. Promoção da Pesquisa. 2. Avaliação de Programas e Projetos de Saúde. 3. Desenvolvimento Tecnológico. 4. Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde. I. Título.

CDD - 22.ed. – 600

DEDICATÓRIA

*A Severino, Selma, Natan e Natan Pedro
Com todo o meu amor.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me permitido chegar até aqui.

Aos meus amados pais, Severino e Selma, por tudo que representam em minha vida.

A Natan, meu amor, pelo carinho, paciência, pelo aconchego na hora dos desabafos, pelo incentivo e, principalmente, por me escolher para dividir com ele essa aventura mágica denominada vida.

Ao meu melhor presente, Natan Pedro, por trazer um delicioso sentido à minha existência, pela compreensão nas minhas diversas ausências de convivência familiar e por fazer com que eu procure, a cada dia, ser uma pessoa melhor.

Aos meus irmãos, cunhadas e sobrinhos, pelo incentivo e apoio em todos os momentos.

À Márcia Teixeira, pela orientação paciente, por todos os ensinamentos, por sua amizade e por sua grande capacidade em equilibrar doses de liberdade e de direcionamento nas proporções ideais para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu querido mestre José Maldonado, por seus maravilhosos ensinamentos, todo o meu carinho e admiração.

Ao Dr. Eduardo Martins pelas valiosas considerações na ocasião da qualificação.

À Fundação Oswaldo Cruz, instituição a qual tenho orgulho de pertencer, por me permitir a oportunidade de ampliar meus conhecimentos.

À Tanna Morales, por suas críticas e observações, por estar sempre ao meu lado desde o início desta jornada, por não saber dizer “não” aos meus pedidos de socorro e por ser a amiga mais companheira que alguém pode ter.

À minha querida amiga Julieta Vallim, pelo carinho, apoio e incentivo nesta caminhada.

Aos amigos da Coordenação de Recursos Humanos em Pesquisa/VPPLR, em especial a Laura Viana, pelo apoio e pelas informações prestadas para a conclusão desta pesquisa.

Aos companheiros do Serviço de Gestão do Trabalho do Instituto Oswaldo Cruz, que torceram pela conclusão deste trabalho. E, especialmente a Ludmila e Alessandro, que muitas vezes se desdoblaram para que eu pudesse me dedicar a minha pesquisa.

A Renato Valles, da FAPERJ, Belmiro Salles e Marcos Motta, do CNPq, por disponibilizarem informações imprescindíveis a esta pesquisa.

Aos Coordenadores e Professores do Mestrado Profissional em Política e Gestão de Ciência, Tecnologia & Inovação em Saúde.

À Marluce, Sonia e Wellington por todo apoio e paciência no decorrer do curso.

Aos meus Colegas de turma, em especial a Rosângela Brito, Adriana Ricão e Mônica Oliveira, por tornarem este período inesquecível.

À Wania Santiago, companheira de mestrado – de sonhos e de angústias – pela amizade que nasceu durante o curso e que eu desejo, sinceramente, que dure a vida inteira.

A Marcio Mello, pela colaboração e apoio na conclusão da dissertação.

Aos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a conclusão desta dissertação.

E a todos os que porventura vierem a dedicar seu tempo à leitura deste trabalho.

RESUMO

A pesquisa e o desenvolvimento tecnológico com vistas à inovação contribuíram significativamente para os progressos observados ao longo da última metade do século XX, influenciando a formação de recursos humanos qualificados e a gestão das instituições de Ciência & Tecnologia. Entretanto, pesquisa, desenvolvimento e inovação são atividades intrinsecamente ligadas. Assim, as políticas de fomento à inovação implicam em apoio à pesquisa técnico-científica e conseqüentemente na manutenção da capacidade técnico-científica das instituições e exige, também, a análise e o constante aperfeiçoamento da gestão da pesquisa e dos programas de fomento à Pesquisa & Desenvolvimento das instituições públicas de pesquisa. Neste sentido, este trabalho se ocupou da análise qualitativa de um programa de apoio às atividades de P&D realizadas pela maior instituição de pesquisa em saúde do país – a Fundação Oswaldo Cruz. O objetivo foi a proposição de um modelo de avaliação de bolsas de pesquisa adequado à complexidade organizacional da FIOCRUZ, que sem abrir mão do mérito científico, da produtividade e da eficiência como componentes da avaliação, seja capaz de identificar critérios e indicadores que levem em conta as articulações dos projetos de pesquisa com os objetivos estratégicos da instituição, com as políticas governamentais de estímulo à inovação e o impacto social de suas atividades. Espera-se com o resultado desta proposta contribuir para a efetividade do modelo de gestão de programas de bolsa de P&D na instituição.

Palavras-chave: Fomento à pesquisa; Gestão de P&D; Avaliação de Programas de C&T.

ABSTRACT

The research and technological development with a view to innovation significantly contributed to the progress observed throughout the last half of the twentieth century, influencing the formation of qualified human resources and the management of Science & Technology institutions. However, research, development and innovation are intrinsically linked activities. So, the innovation promotion policies implicate in support to technical -scientific research and consequently in maintenance of technical-scientific capacity of the institutions and also require analysis and a constant improvement of the research management and of Research & Development fomentation programs of research public institutions. In this sense, this work was in charge of the qualitative analysis of a support program to Research & Development activities accomplished by the major health research institution in the country – Oswaldo Cruz Foundation. The aim was the proposition of a research scholarships evaluation model suitable to the organizational complexity of FIOCRUZ , that considering the scientific merit, productivity and efficiency as evaluation components, be capable of identify criteria and indicators which take into account the research projects articulations with the strategic aims of the institution, with governmental policies of incitement to innovation and social impact of its activities. Our hope with the result of this proposal is to contribute to the effectiveness of the Research & Development scholarship programs management model in the institution.

Key-words: research promotion; Research & Development management; Science & Technology Programs Evaluation

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Introdução	10
1.1. A FIOCRUZ: sua história e o contexto institucional	12
Capítulo 2 – Referenciais Teóricos	22
2.1. Avaliação	25
2.2. Avaliação de Programas de C,T &I	30
2.3. Indicadores	34
Capítulo 3 - Metodologia	41
3.1. Considerações metodológicas	41
3.2. Desenvolvimento da pesquisa	42
Capítulo 4 - O Programa Pesquisador Visitante FIOCRUZ	49
4.1. O surgimento do Programa na FIOCRUZ	50
4.2. A reestruturação do Programa	52
4.3. A situação atual	58
4.3.1. O modelo de seleção e acompanhamento atual	62
Capítulo 5 – A Experiência comparada: Programas para pesquisadores visitantes em instituições públicas brasileiras	65
Capítulo 6 – Análise dos Dados	76
6.1. Os pesquisadores visitantes FIOCRUZ	76
6.2. A percepção dos gestores	81
Capítulo 7 – Conclusões e recomendações	88
Considerações Finais	98
Referências	99
Anexos	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

C&T – Ciência e Tecnologia
C,T&I – Ciência, Tecnologia & Inovação
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD – Conselho Deliberativo
CDTS – Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde
CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CIS – Complexo Industrial da Saúde
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRHP – Coordenação de Recursos Humanos em Pesquisa
DT – Desenvolvimento Tecnológico
ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca
FAPEAL – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas
FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FAPESEB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
IFF – Instituto Fernandes Figueira
INT – Instituto Nacional de Tecnologia
IOC – Instituto Oswaldo Cruz
MBA – Máster Business Administration
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MS – Ministério da Saúde
OMS – Organização Mundial de Saúde
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
PAPES – Programa de Apoio à Pesquisa Estratégica em Saúde
PDTIS – Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Insumos para a Saúde
PDTSP – Programa de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica em Saúde Pública
PNCTIS – Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde
PV – Pesquisador Visitante
SNI – Sistema Nacional de Inovação

SUS – Sistema Único de Saúde

VPPDT – Vice Presidência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

VPPIS – Vice Presidência de Produção e Inovação em Saúde

VPPLR – Vice Presidência de Pesquisa e Laboratórios de Referência

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I – Distribuição de Bolsas PV por unidade em 2005	54
Gráfico II – Distribuição de cotas de bolsa PV por unidade	56
Gráfico III – Bolsas PV concedidas por sub-área de conhecimento	59
Gráfico IV – Faixa etária de Pesquisadores Visitantes entre 1991-2008	60
Gráfico V – Atividades dos Pesquisadores Visitantes FIOCRUZ	78
Gráfico VI – Dificuldades encontradas pelos PVs FIOCRUZ	79
Gráfico VII – Opinião dos PVs FIOCRUZ quanto ao modelo de seleção, avaliação e acompanhamento	80

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Bolsas Pesquisador Visitante FIOCRUZ em 2005	54
Quadro II – Distribuição de cotas de bolsa PV por unidade	56
Quadro III – Distribuição de bolsas PV em dezembro/2008	61
Quadro IV – Principais Programas de Bolsas PV oferecidos no Brasil	65
Quadro V – Mecanismos de avaliação para auxílio financeiro	74

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

Ciência & Tecnologia (C&T) contribuíram significativamente para os progressos observados ao longo da última metade do século XX, principalmente por meio da formação de recursos humanos qualificados e pelo desenvolvimento e transferência de tecnologia. Nos últimos anos, o valor econômico e social da Ciência, Tecnologia & Inovação (C,T&I) cresceram no Brasil. Dessa forma, tende-se a ampliar a importância das políticas e da gestão de C,T&I com o intuito de fortalecer e ampliar a produção de conhecimentos técnico-científicos sociais e economicamente relevantes, bem como aumentar a taxa de transferência de tecnologias entre instituições de pesquisa e o setor produtivo, notadamente o industrial.

Entretanto, o contexto sócio-econômico e institucional vigente exige mais que competência pontual e setorial em C&T. Hoje a dinâmica econômica baseia-se na aplicação ampla do conhecimento, e o desafio é construir, a partir das bases atuais, uma sociedade com capacidade para inovar e enfrentar os problemas atuais e futuros¹. No período recente, grande esforço está sendo feito para alçar C,T&I a um novo patamar, tanto em termos do porte e alcance das atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, como da sua contribuição para a agenda econômica e social do país. Isso requer um novo padrão de financiamento e de gestão de recursos destinados a C,T&I apto a responder aos crescentes desafios que a sociedade brasileira enfrenta².

O desafio da inovação é grande e torna-se ainda maior considerando-se a necessidade crescente de recursos (físicos, financeiros e humanos) e de instrumentos gerenciais visando a utilização adequada e eficiente dos recursos investidos, principalmente no caso dos países menos desenvolvidos, nos quais a escala de acumulação para o investimento produtivo é, em geral, menor do que nos países mais desenvolvidos. Isto limita, em tese, ações “perdulárias” para o investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação³.

Independentemente da origem dos recursos, seja do setor público, seja do setor privado, os mecanismos destinados a financiar investimentos em inovação tecnológica são diferenciados daqueles voltados ao financiamento convencional,

principalmente por conta dos riscos envolvidos e do tempo de retorno, que tendem a ser maiores do que aqueles normalmente vinculados aos investimentos em modernização ou em expansão de capacidade produtiva em condições de tecnologias preexistentes.

Embora submetida à mesma lógica do capital, a atividade inovativa requer uma análise à parte, dadas as especificidades que lhe são inerentes, principalmente em termos da intangibilidade dos ativos, das incertezas e dos riscos, o que explica a inadequação da maioria dos instrumentos destinados a financiar os investimentos, quando se trata de financiar atividades que compõem o processo de inovação. Por outro lado, dotada de conhecimentos cada vez mais complexos e tácitos, a inovação tecnológica tem se tornado uma atividade ainda mais cara e mais arriscada. Por conta disto e das instabilidades dos resultados e de sua apropriação, investir em inovação requer, cada vez mais, novos modelos de financiamento, que por sua vez também requerem novos modelos de acompanhamento e avaliação³.

Nos últimos anos, o governo brasileiro tem investido na formulação de políticas voltadas para a inovação. Inscrevem-se nesse esforço a promulgação das Leis da Inovação e de Biotecnologia e de políticas como a Industrial e Tecnológica de Comercio Exterior, bem como o redirecionamento de organismos como o BNDES para o financiamento da pesquisa técnico-científica com vistas à inovação⁴. Cabe observar, contudo, que inovação e pesquisa são intrinsecamente ligadas. Assim, as políticas de fomento à inovação implicam em apoio à pesquisa técnico-científica e conseqüentemente na manutenção da capacidade técnico-científica das instituições².

O setor saúde é exemplar para analisarmos a) as dificuldades implícitas ao processo inovador; b) a necessidade de formulação de modelos de financiamento, acompanhamento e avaliação⁵; c) além de políticas que conjuguem o fortalecimento da capacidade inovativa com o apoio continuado à pesquisa científica.

As instituições de pesquisa em saúde são as que recebem o maior volume de recursos do CNPq e de outros órgãos de fomento à C,T&I^{2,6}. Estes recursos são alocados nas seguintes atividades: projetos de pesquisa científica e tecnológica; desenvolvimento tecnológico experimental; implantação de infra-estrutura para atividades de pesquisa; formação e capacitação de recursos humanos; documentação e difusão do conhecimento científico e tecnológico⁶. As pesquisas científicas e tecnológicas em saúde modificaram-se nos últimos anos com a convergência das biotecnologias, da nanotecnologia e da bioinformática possibilitando o

desenvolvimento de novas linhas de pesquisa, de novos produtos e processos. Outro ponto de inflexão é a conjugação de doenças emergentes e reemergentes, como a tuberculose, com doenças próprias das sociedades de capitalismo avançado, o que exige a intensificação do uso de novas tecnologias, de equipamentos de maior complexidade e de interdisciplinaridades nas equipes de trabalho. Exige também a análise e o constante aperfeiçoamento da gestão da pesquisa⁴ e dos programas de fomento à P&D das instituições públicas de pesquisa.

Porém a análise permanente da gestão da pesquisa e dos Programas de fomento esbarra na carência de indicadores que capturem a dinâmica real dessas iniciativas e sejam capazes de analisá-las frente ao planejamento de longo prazo das instituições públicas de pesquisa. Este trabalho parte dessa carência, propondo-se a analisar qualitativamente a gestão de um programa de fomento à P&D, visando a proposição de um modelo de avaliação mais adequado à complexidade institucional de uma das maiores organizações na área da saúde.

Dentro deste contexto, encontra-se a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), instituição de pesquisa vinculada ao Ministério da Saúde (MS), que promove desde 1991 um programa de apoio às atividades de pesquisa e que tem como missão: *“gerar, absorver e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos em saúde, integrando atividades de P&D, ensino, produção de bens, prestação de serviços de referência e informação, com a finalidade de proporcionar apoio estratégico ao Sistema Único de Saúde (SUS) e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população”*⁷ e ocupa uma posição estratégica dentro do Complexo Industrial da Saúde (CIS)^a.

1.1. A FIOCRUZ: sua história e o contexto institucional

A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) foi criada pelo Poder Público em 25 de maio de 1900, como Instituto Soroterápico Federal, em resposta ao grave quadro sanitário do País. Na transição para o século XX, o Rio de Janeiro, até então a capital federal, era assolada por sucessivos surtos e epidemias de febre amarela e varíola, além da ameaça da peste bubônica que acabara de entrar no país pelo Porto de Santos. As epidemias estavam exterminando a população e afugentando os investimentos. Companhias estrangeiras de navegação proibiam seus navios de parar

^a Conjunto de atividades que produzem bens e serviços de saúde. Pode ser decomposto, de um lado, pela demanda social por bens e serviços de saúde e, de outro, pelas organizações voltadas para: a geração de recursos humanos, financeiros, tecnológicos, produtivos e de infra-estrutura; e a provisão de serviços de saúde. Mediando essas relações, o Estado, com suporte de organizações públicas e privadas, atua tanto na regulação da relação entre os geradores de recursos, os provedores de serviços e a população, na execução e na provisão direta de bens e serviços considerados estratégicos em dada conjuntura econômica, política e social⁸.

no porto do Rio de Janeiro, considerado como um dos mais insalubres do mundo. O Instituto Soroterápico Federal foi criado com o objetivo de fabricar soros e vacinas contra a peste. O Prédio Central (Pavilhão Mourisco), foi construído na região da antiga Fazenda de Manguinhos, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro⁹.

Em 1902, Oswaldo Cruz assumiu a direção e o instituto além de produzir soros e vacinas, passou a dedicar-se também à pesquisa e à medicina experimental, constituindo-se na expressão nacional do modelo desenvolvido por Pasteur^b, fundado na primazia da atividade experimental, unindo ciência, tecnologia, prestação de serviços, produção de insumos e gestão na solução dos problemas nacionais de Saúde Pública¹⁰.

Em 1908, o Instituto foi rebatizado como Instituto Oswaldo Cruz. Em 1970 foi instituída como fundação com personalidade jurídica de direito público, tendo sua atual denominação desde 1974⁹. A Fiocruz é regida por Estatuto aprovado pelo Decreto nº 77.481, de 23 de abril de 1976. Situada no Município do Rio de Janeiro, onde localiza-se o *Campus* de Manguinhos, conta com Unidades situadas no bairro do Flamengo (Rio de Janeiro) e em capitais como Salvador, Recife, Belo Horizonte, Manaus, Curitiba e Brasília. Atualmente a instituição está expandindo sua área de atuação com a criação de novos centros científicos em Campo Grande (MS) e Maputo em Moçambique, o primeiro escritório internacional da instituição.

A história da Instituição, desde sua criação, é marcada pela interface entre ciência, tecnologia e saúde. Sua contribuição sempre esteve relacionada à geração de conhecimentos em saúde, ao desenvolvimento de tecnologias estratégicas e ao compromisso com a saúde pública. Seu formato organizacional permitiu a liderança na concepção e implementação do Sistema Único de Saúde no bojo da reforma sanitária brasileira, como fruto de suas atividades de pesquisa social, de pesquisa biomédica, de desenvolvimento de vacinas e de fármacos e medicamentos, de pesquisa clínica, de controle de qualidade em saúde e de formação de recursos humanos qualificados¹¹. Atualmente é a principal instituição não-universitária de formação e qualificação de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde e para a área de C&T em saúde no país¹¹.

^b Louis Pasteur, pesquisador francês que descobriu a vacina anti-rábica e impulsionou a criação do Instituto Pasteur de Paris e várias outras instituições, que receberam o mesmo nome, em todo o mundo (http://www.pasteur.saude.sp.gov.br/historia_02.htm).

Há mais de um século, a FIOCRUZ contribui para a evolução dos conhecimentos sobre os seres vivos e da luta contra numerosas doenças infecciosas e parasitárias. Qualificada como sede de diversos centros de referência da Organização Mundial de Saúde e do Ministério da Saúde (MS), atualiza-se permanentemente em número crescente de áreas de conhecimento e continua servindo à saúde pública, no Brasil e no exterior. Atualmente está presente em todo o território brasileiro, seja através do suporte ao Sistema Único de Saúde (SUS), na formulação de estratégias de saúde pública, nas atividades de seus pesquisadores, nas expedições científicas ou no alcance de seus serviços e produtos em saúde.

A sua missão, estrutura orgânica, assim como, os principais procedimentos que regem a sua gestão organizacional vigente estão descritos no Estatuto da Fundação Oswaldo Cruz, publicado no DOU mediante Decreto presidencial N° 4.725 de 09 de junho de 2003 e o seu Regimento Interno, aprovado mediante a Portaria MS N° 2376, de 15 de dezembro de 2003¹².

De acordo com o seu Estatuto^c, a FIOCRUZ deve:

- I – Participar da formulação e da execução da Política Nacional de Saúde, da Política Nacional de Ciência e Tecnologia e da Política Nacional de Educação, as duas últimas na área da saúde;
- II – promover e realizar pesquisas básicas e aplicadas para as finalidades inerentes à sua finalidade, assim como, propor critérios e mecanismos para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e tecnologia para a saúde;
- III – formar e capacitar recursos humanos para a saúde e ciência & tecnologia;
- IV – desenvolver tecnologias de produção, produtos e processos e outras tecnologias de interesse para a saúde;
- V – desenvolver atividades de referência para a vigilância e o controle da qualidade em saúde;
- VI – fabricar produtos biológicos, profiláticos, medicamentos, fármacos e outros produtos de interesse para a saúde;

^c A missão da FIOCRUZ foi ampliada por meio da Lei N° 10.858, de 13 de abril de 2004 que autorizou a Instituição a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento e do Decreto N° 5.090, de 20 de maio de 2004, que regulamenta a Lei acima e institui o Programa "Farmácia Popular do Brasil".

- VII – desenvolver atividades assistenciais de referência, em apoio ao Sistema Único de Saúde, ao desenvolvimento científico e tecnológico e aos projetos de pesquisa;
- VIII – desenvolver atividades de produção, captação e armazenamento, análise e difusão da informação para a saúde, ciência & tecnologia;
- IX – desenvolver atividades de prestação de serviços e cooperação técnica no campo da saúde, ciência & tecnologia;
- X – preservar, valorizar e divulgar o patrimônio histórico, cultural e científico da FIOCRUZ e contribuir para a preservação da memória da saúde e das ciências biomédicas;
- XI – promover atividades de pesquisa, ensino, desenvolvimento tecnológico e cooperação técnica voltada para a preservação do meio ambiente e da biodiversidade.

Em 2005, a FIOCRUZ consolidou a reestruturação do seu sistema de planejamento, iniciado em 2004, visando aprimorar o alinhamento entre o seu Plano Estratégico e os diversos instrumentos de planejamento do Governo Federal, especificamente o Plano Nacional de Saúde e os Planos Plurianuais do Ministério da Saúde (MS) e do Governo Federal. O resultado disto foi a compatibilização das propostas feitas no âmbito do Governo Federal e do Ministério da Saúde com as da FIOCRUZ, instituição reconhecida por sua capacidade de formulação e definição de políticas de interesse nacional¹².

O principal impacto da inovação estrutural do Plano Estratégico da Fundação reside na horizontalização de suas ações entre as diversas unidades que a compõe, em substituição à tradicional programação segundo unidades executoras verticais, que caracterizam a maior parte das instituições públicas do Governo Federal. Efetivamente, até 2004, o planejamento institucional estava mais fortemente vinculado à estrutura organizacional nas unidades da FIOCRUZ do que aos processos próprios da missão da Instituição. O resultado dessa mudança tem sido a maior integração dos planos das unidades, orientados pela missão de cada uma no contexto da Fundação Oswaldo Cruz como um todo, e a organização de um pensamento mais voltado para os objetivos a serem alcançados no âmbito de cada ação do Plano Pluri-Anual (PPA)-FIOCRUZ. Além disso, a inovação assentou as bases para a implementação de um sistema de acompanhamento e avaliação centrado nos resultados, uma vez que estabelece um conjunto de produtos e indicadores vinculados a cada objetivo e ação do PPA¹².

O PPA-FIOCRUZ é composto por 24 ações finalísticas pertencentes a 7 dos programas setoriais:

- Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde
- Atenção Especializada em Saúde
- Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde
- Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambiente
- Assistência Farmacêutica e Insumos
- Educação Permanente e Qualificação Profissional para o SUS
- Gestão de Políticas de Saúde

A partir das ações do PPA-FIOCRUZ, a Instituição elaborou o seu Plano Quadrienal, em que são expressas as principais diretrizes, políticas e estratégias para cada uma das ações. O Plano Quadrienal se situa entre as formulações gerais do PPA (Programas e Ações do Governo Federal sob responsabilidade da FIOCRUZ), que expressam a sua missão e o detalhamento dos objetivos e projetos no âmbito do Plano Anual (PA), cumprindo, assim, papel orientador das estratégias adotadas pela Instituição.

A integração entre pesquisa, desenvolvimento tecnológico, produção de insumos e ensino multiprofissional de nível técnico e pós-graduação permite à FIOCRUZ implementar ações no setor de saúde que têm impactos significativos no atendimento às demandas da sociedade. Há alguns anos, a FIOCRUZ participa ativamente do processo de resignificação de C,T&I no país, promovendo mudanças em sua política e estratégias institucionais frente à nova realidade científica e tecnológica da área da saúde, resultante de um processo de disseminação de teses e políticas neo-liberais que inspiraram o país a aderir ao tratado de patentes na área farmacêutica e biotecnológica e às políticas de inserção na economia mundial com incorporação de conceitos de qualidade e preceitos gerenciais em C&T e na produção de medicamentos e vacinas.

Desde 2001 a Instituição promove redirecionamentos em sua política institucional de P&DT com o intuito de fortalecer a tecnologia e introduzir a inovação como parte dessa política⁵, segundo Teixeira *et al*, esses redirecionamentos “*visam o reordenamento da organização da pesquisa científica desenvolvida pela FIOCRUZ, fortemente centrada no padrão acadêmico, para uma comprometida com as prioridades do MS e as necessidades técnico-científicas do setor produtivo em saúde*”,

pois guardam uma “*estreita ligação com o contexto nacional do final da década de 90 e início do século XXI no tocante à C&T, no qual a inovação tecnológica é uma noção emergente no panorama político nacional dos últimos vinte anos*”⁵.

Esse caminho introduziu na instituição, com ampla discussão interna, a reestruturação de diversas áreas na instituição, como na coordenação de Gestão Tecnológica, onde foi criado o Núcleo de Inovação Tecnológica (GESTEC-NIT), a criação da Vice Presidência de Produção e Inovação em Saúde (VPPIS) e o surgimento de Programas indutores de Desenvolvimento Tecnológico voltados para o CIS, como o Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Insumos para a Saúde (PDTIS), o Programa de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica em Saúde Pública (PDTSP) e o Programa de Apoio à Pesquisa Estratégica em Saúde (PAPES); além da criação do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS), ainda em fase de implantação e que será destinado ao desenvolvimento de produtos que poderão integrar a oferta pública de insumos para a saúde.

É perceptível que a ação de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde é uma das mais relevantes no contexto de inserção atual da FIOCRUZ nas políticas públicas de Ciência & Tecnologia em saúde no país. A instituição ocupa uma posição estratégica no CIS por sua atuação em diversos segmentos deste complexo e contribui positivamente com a política nacional que destaca a necessidade de inovação e desenvolvimento tecnológico como alternativa para diminuir a dependência tecnológica externa, ampliar a disponibilidade de insumos e serviços de saúde, reduzindo custos, além de reverter o déficit da balança comercial neste setor¹¹.

O Plano Quadrienal⁷ da Presidência da FIOCRUZ, onde são descritos os princípios e diretrizes para o período de 2005 a 2008, estabelece que:

o incentivo institucional para o desenvolvimento tecnológico da FIOCRUZ exige a implementação de infra-estrutura adequada e uma mudança de cultura, bem como a adoção de novos processos de trabalho, modelos organizacionais e mecanismos de avaliação para instituir uma gestão da inovação. Em especial, faz-se necessário aproximar as atividades de pesquisa e de produção, consolidar programas de desenvolvimento tecnológico voltados para as estratégias institucionais, preservando outros programas de incentivo a pesquisas, sem

comprometer os recursos alocados nas demais atividades estratégicas da FIOCRUZ.

Para este incentivo institucional, A FIOCRUZ realiza uma estratégia específica para o incremento dos recursos humanos relacionados à pesquisa. Apesar de ter um quadro expressivo de pesquisadores com título de mestrado e doutorado, a instituição possui programas internos de fomento à pesquisa² através da concessão de bolsas que vão desde a iniciação científica ao pós-doutorado. Atualmente, a FIOCRUZ, através da Vice Presidência de Pesquisa e Laboratórios de Referência (VPPLR), conta com os seguintes programas: *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica* (PIBIC) e o *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação* (PIBITI) oferecidos em parceria com o CNPq, com o objetivo de contribuir para a formação e engajamento de estudantes de graduação em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; o *Programa Técnicos-Tecnologistas (TEC-TEC)*, visando a concessão de bolsas de apoio técnico à pesquisa e desenvolvimento tecnológico do nível técnico ao nível de doutorado e o ***Programa Pesquisador Visitante*** (PV); os dois últimos executados com recursos próprios e realizados em parceria com agências de fomento à pesquisa, como o CNPq e a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado de Rio de Janeiro (FAPERJ).

Dentre estes programas de bolsas, destaca-se o Programa PV; o mais antigo programa de fomento da instituição, cujo objetivo é a fixação de pesquisadores doutores, brasileiros ou estrangeiros, para atuar, em períodos de até 36 meses, em projetos de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e nos programas de pós-graduação, *stricto e latu sensu*, e de iniciação científica nas unidades técnico-científicas da FIOCRUZ; além de contribuir para a formação e qualificação de jovens pesquisadores. Ao longo de seus dezessete anos de existência, o Programa sofreu diversas reestruturações.

Entretanto, apesar de seus esforços, a VPPLR sente falta de uma sistemática de avaliação e acompanhamento do Programa PV adequada ao contexto institucional. Este fato deve-se, entre outros, aos seguintes fatores: primeiramente, a FIOCRUZ é uma Instituição composta por quase duas dezenas de unidades técnico-científicas, cada uma com missão e objetivos distintos, algumas voltadas primordialmente para a pesquisa, enquanto outras para produção e ensino, por exemplo. São essas unidades e as coordenações dos Programas PDTIS e PDTSP, com características e

necessidades diferentes, que estabelecem as prioridades em relação ao edital para pesquisador visitante. Outra questão é a avaliação ao final do processo que se atém ao número de artigos publicados pelos pesquisadores visitantes. A indicação de artigos, embora expressiva é insuficiente para dimensionar a produção do Programa, principalmente, porque uma instituição pública, como a FIOCRUZ, não pode ter a produção de artigos como sua âncora; e que as atividades de P&D na FIOCRUZ se expressam de diferentes modos, não sendo somente conhecimento certificado e difundido a partir de artigos científicos, mas também em mudanças incrementais nos procedimentos e nos cuidados à saúde, na formação de recursos humanos, Desenvolvimento Tecnológico e industrial etc. E, especificamente, no caso do Programa PV, as atividades não são restringidas apenas à pesquisa científica, mas também em desenvolvimento tecnológico, na pesquisa conjugada com a assistência e em atividades de ensino em pós-graduação.

Vale ressaltar também, conforme Rosemberg e Lima¹³, que embora a publicação científica seja um componente importante para a avaliação das pesquisas, quando trata-se do alinhamento programático dos projetos a objetivos institucionais, a avaliação tem de se dar no que foi efetivamente realizado, tendo a pesquisa (ou projeto) gerado publicação ou não. É importante considerar que no processo de acompanhamento de projetos de pesquisa, que o fato de ele não ter gerado uma publicação não significa que a pesquisa não tenha avançado. Pesquisas de caráter estratégico, por exemplo, geralmente são de longo prazo e não geram publicações em suas fases iniciais; e pesquisas que envolvem questões de propriedade intelectual, na maioria das vezes, precisam adiar a publicação de resultados em função dos trâmites do processo de proteção patentária; o que torna o modelo atual de avaliação inadequado à política de inovação tecnológica da instituição.

Um outro fator que merece ser citado é a questão das diferenças entre as áreas de conhecimento da FIOCRUZ, como as ciências biológicas e humanas; enquanto na primeira a Unidade faz questão de um pesquisador visitante com um projeto próprio; na segunda, a Unidade prefere que o pesquisador visitante seja inserido em um projeto maior do laboratório. Também, quanto às publicações, essas áreas do conhecimento possuem diferenças quanto à estrutura cognitiva, aos modos de socialização dos pesquisadores, ao funcionamento dos sistemas de recompensa e às práticas de comunicação científica; incluindo o uso da literatura de referência (citações), a seleção dos canais de publicação e os processos de colaboração que definem co-autorias. Essas diferenças se devem ao desenvolvimento histórico destas

áreas, mais especificamente, aos processos sociais de desenvolvimento e institucionalização de cada área ou disciplina. Sendo assim, cada área e, dentro dela, suas especialidades constroem, coletivamente, suas “crenças compartilhadas”¹⁴ sobre o que se constituem problemas de pesquisa legítimos, teorias, metodologias, técnicas, modos de interpretação e critérios de julgamento válidos e definem sua comunidade de referência principal, qual seja, a audiência ou público-alvo privilegiado a quem se destinam os resultados de pesquisa obtidos¹⁴. Isto reflete-se no tempo, quantidade e no impacto dos artigos publicados.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar o Programa Pesquisador Visitante com vistas à estruturação de uma proposta de avaliação capaz de contemplar os objetivos estratégicos e a diversidade de atuação das unidades da FIOCRUZ, bem como as atividades efetivamente desenvolvidas pelos pesquisadores visitantes.

O foco desta análise foi relativo ao estabelecimento de uma metodologia que envolvesse a introdução de indicadores para avaliação das atividades de pesquisa e, em última instância, a discussão sobre indicadores adequados ao perfil das atividades da instituição que reflitam suas especificidades. Vale ressaltar, que com base na reorganização da economia mundial, uma nova orientação de política científica e tecnológica passou a ser exigida. Em um contexto onde inovação, competitividade e qualidade passaram a ser elementos chave para o sucesso, o papel e atuação das instituições de pesquisa tecnológica, particularmente as públicas, como protagonistas do desenvolvimento tecnológico das nações, foi redimensionado. Desta forma, evidenciou-se a necessidade de se dispor de instrumentos de mensuração para a atividade tecnológica, traduzidos através de indicadores específicos, que contemplem não só as atividades mais relacionadas à pesquisa científica, mas que permitam agregar adicionalmente outros indicadores, específicos das atividades tecnológicas.

A dissertação está exposta em sete capítulos. Este primeiro capítulo inicia a discussão sobre Ciência, Tecnologia & Inovação em Saúde, a inserção da FIOCRUZ neste contexto e o objetivo deste trabalho relacionado ao tema.

No segundo capítulo são descritos a metodologia e o desenvolvimento da pesquisa.

O terceiro capítulo traz as abordagens conceituais oferecidas pela literatura que fundamentaram este estudo, expondo alguns conceitos sobre a utilização da avaliação como uma ferramenta estratégica para a gestão da pesquisa e o uso de indicadores para Ciência & Tecnologia.

O quarto capítulo é dedicado à caracterização do Programa Pesquisador Visitante FIOCRUZ, desde sua criação em 1991 até os dias atuais, com a descrição sua histórica o contexto institucional onde o Programa insere-se atualmente.

No quinto capítulo são relatados os principais Programas de bolsa para pesquisadores visitantes em instituições públicas brasileiras.

O sexto capítulo oferece a análise dos dados coletados através de questionários e entrevistas realizadas, cujo conteúdo reflete as percepções dos atores envolvidos com o tema. E por último, o sétimo capítulo apresenta as conclusões da pesquisa à luz dos conceitos utilizados e da análise dos dados obtidos.

CAPÍTULO 2

REFERENCIAIS TEÓRICOS

“A Avaliação é mais que uma ação cotidiana na ciência; ela é parte integrante do processo de construção do conhecimento científico. É através da avaliação - seja de artigos para publicação, seja do currículo de um pesquisador para contratação, seja de um projeto de pesquisa submetido para financiamento, seja de outras várias situações e atores – que se definem os rumos, tanto do próprio conteúdo da ciência, quanto das instituições a ela vinculadas. Diante disso, não surpreende que a avaliação da atividade científica tenha surgido com a própria ciência”¹⁸

Os fundamentos teóricos desta pesquisa foram: o conceito de Sistemas Nacionais de Inovação; avaliação de programas de Ciência, Tecnologia & Inovação, criação e utilização de indicadores de C&T.

Nos anos 80, um grupo de estudiosos se destacou na análise econômica da mudança tecnológica, passando a ser conhecidos como os *neo-schumpeterianos*. Com base na noção central de Schumpeter^d de que a mudança técnica é a principal fonte de dinamismo nas economias capitalistas, a análise econômica da tecnologia avançaria muito mais do que a análise econômica da ciência¹⁹. Nas duas décadas seguintes, surgiram muitos estudos empíricos e teóricos das fontes de inovação tecnológica e de suas conexões com o aumento da produtividade e com o poder econômico nacional. Passou-se a afirmar que para um país ser desenvolvido economicamente era necessário introduzir uma dinâmica sistêmica dedicada à inovação tecnológica e que para alcançá-la não bastava dispor de um número suficiente de universidades e de grupos de excelência acadêmica, também não sendo suficiente aumentar o número de doutores e até mesmo elevar o volume dos recursos para a pesquisa¹⁹. A definição de estratégias, planos e programas de desenvolvimento científico e tecnológico passou a ser uma prioridade para o Estado e ganhou destaque o debate do planejamento da C&T, não como um problema setorial, mas abarcando um conjunto de setores articulado com os diversos níveis de planejamento. Para tanto, era necessário formular uma política de C&T horizontal, isto é, articulada a outras políticas públicas, abrangendo a educação, a saúde, a indústria, a agricultura, o comércio, as

^d Joseph Alois Schumpeter (1883-1950), autor de Teoria do Desenvolvimento Econômico; sua obra tem sido objeto de estudo para a compreensão sobre as profundas mudanças tecnológicas, econômicas e sociais do capitalismo mundial.

relações exteriores, o sistema financeiro, a infra-estrutura, o emprego, entre outras. Assim, o conceito de *Sistema Nacional de Inovação*^e tornar-se-ia um elemento central nessas abordagens. Essa visão sistêmica serve como uma referência para uma abordagem abrangente, englobando instituições, organizações e indivíduos. Neste sentido, as políticas públicas são, portanto, componentes essenciais da noção de Sistema Nacional de Inovação, pois: estabelecem prioridades, fornecem incentivos diversos e, principalmente, financiam a pesquisa¹⁹. Kuhlmann²¹, analisa o conceito de sistema de inovação da seguinte forma:

Os sistemas de inovação, conforme entendimento amplamente aceito, abarcam os biótipos de todas as instituições voltadas à pesquisa científica; à geração e difusão de conhecimento; ao ensino e treinamento da população ativa; ao desenvolvimento tecnológico; e à inovação e disseminação de produtos e processos. Também são incluídos nesses sistemas as respectivas entidades regulatórias (normas, regulamentações e leis) e os investimentos públicos em infra-estruturas adequadas. Os sistemas de inovação incluem escolas, universidades e institutos de pesquisa (o sistema educacional/científico), empresas industriais (o sistema econômico) e autoridades político-administrativas e intermediárias (o sistema político), bem como as redes formais ou informais de atores pertencentes a essas instituições. Sendo sistemas híbridos, eles representam segmentos da sociedade que entranham em outras áreas sociais via educação ou atividades inovativas empresariais e seus impactos socioeconômicos. Nesse sentido, os sistemas de inovação influenciam o processo de modernização social de forma decisiva.²¹

^e O conceito de “sistemas de inovação” teve sua raiz histórica em 1841 com o conceito de Friedrich List sobre “sistema nacional de economia política” (Freeman, 1995) e foi difundido a partir dos anos de 1980 através dos trabalhos de Chris Freeman (1983 e 1987) analisando o sistema nacional de inovação do Japão.; Bengt-Ake Lundvall (1992), segundo Freeman a primeira pessoa a utilizar a expressão “sistema nacional de inovação”, que focou sua análise no processo de interação entre usuários e produtores; e Richard Nelson (1993) que analisou o sistema nacional de inovação dos EUA. **Sistemas de inovação** engloba o conjunto de organizações que contribuem para o desenvolvimento da capacidade de inovação de um país, região, setor, ou localidade. Constitui-se de elementos que interagem na produção, difusão e uso do conhecimento onde o desempenho inovativo não depende somente das empresas e organizações de pesquisa e ensino, mas também da interação destas com vários outros atores. Desta abordagem depreende-se que a inovação consiste em um fenômeno sistêmico e interativo resultante da confluência de fatores sociais, políticos, institucionais e culturais específicos aos ambientes em que se inserem os atores econômicos. Diferentes trajetórias de desenvolvimento contribuem para a configuração de sistemas de inovação com características diversas, possibilitando a conceituação de sistemas setoriais, nacionais, regionais e locais de inovação. Contrapondo-se à visão de um mundo integrado globalmente e marcado pelo techno-globismo, onde a geração de tecnologias dá-se de maneira global, não apresentando importância particular.²⁰

Este mesmo autor ressalta ainda que as políticas públicas dirigidas à pesquisa e à inovação têm o potencial de afetar – direta ou indiretamente, intencionalmente ou não, e de forma expressiva – os vários aspectos dos sistemas de inovação. Entretanto, o alcance e os impactos socioeconômicos de iniciativas públicas dependem da racionalidade da política aplicada, da configuração dos atores envolvidos e dos agrupamentos de interesses . Para ele:

A maioria das políticas tecnológicas representa acordos entre objetivos conflitantes. Para entender o que isso significa no contexto da avaliação de políticas, convém adotar uma perspectiva teórica: apenas raramente a formulação de políticas de inovação é uma questão de decisões hierárquicas de cima para baixo e implementação direta; ao contrário, tende a ser um processo que envolve a construção de redes e consensos entre atores heterogêneos (corporativistas) que representam subsistemas sociais diferentes. Frequentemente, as decisões políticas são negociadas em arenas que envolvem múltiplos atores e redes de esferas distintas assim como abrangem sistemas político-administrativos em vários níveis.²¹

A revisão da literatura indica que o Sistema de Inovação não se configura como uma teoria formal, mas conforma uma trama conceitual para a análise dos fatores que influenciam as capacidades de inovação das instituições. Concentra-se nos atores institucionais envolvidos com a produção e difusão de novos conhecimentos e suas interações. Inclui o sistema de P&D, o papel do setor público além de políticas públicas, as relações inter-instituições, o sistema financeiro, os sistemas de educação e de formação de recursos humanos e a organização interna das instituições, entre outros aspectos.

Baseando-se na corrente neo-schumpeteriana, as formas de superação dos atuais desafios para o desenvolvimento envolvem estratégias de desenvolvimento econômico relacionadas principalmente à modernização e fortalecimento do Sistema Nacional de Inovação (SNI). Neste enfoque, que ressalta o papel desempenhado pela inovação no crescimento e no desenvolvimento econômico, o Estado é fundamental, principalmente no fomento à interação das atividades inovativas e tecnológicas, desenvolvimento de instituições científicas e de pesquisa, investimentos em

universidades e instituições de treinamento e capacitação, programas de apoio às micro, pequenas e médias empresas. Em virtude disto, é essencial que mecanismos de avaliação e acompanhamento de programas de C&T financiados pelo Estado, sejam cada vez mais aperfeiçoados e coerentes com as necessidades atuais.

A inovação tecnológica, dada a sua extrema complexidade, é difícil de ser mensurada, o que não nega a possibilidade de conseguir uma boa aproximação através do uso indicadores adequados.²² Entretanto, tão importante quanto conhecer estes dados quantitativos é conhecer a dinâmica inovativa em cada caso: quais são os fatores que facilitam e os que dificultam a introdução de novos produtos e processos; quais são as fontes de novas idéias inovativas, que interação existe entre o setor empresarial e o sistema técnico-científico; que influência tem o contexto institucional na criação de um ambiente favorável ou contrário à P,D&I.

2.1. Avaliação

As definições de avaliação são numerosas e pode-se até dizer que cada avaliador constrói a sua²³. Patton propõe o agrupamento das definições da avaliação em seis grandes famílias em função de sua natureza; em seguida constata que em cada família o conteúdo das definições é variável, estabelecendo 36 definições da avaliação, mas o próprio autor reconhece que estas definições conseguem classificar um pouco mais de 50% dos trabalhos sobre avaliação publicados. A proposta deste trabalho pode ser relacionada à seguinte definição do autor:

avaliação de programa é a coleta sistemática de informação sobre atividades características e efeitos do programa para uso de pessoas específicas, para reduzir incertezas, melhorar a efetividade e tomar decisões com respeito ao que aquele programa está fazendo e resultando²⁴.

Guba & Lincoln²⁵ identificam quatro estágios na história da avaliação. Segundo eles, a passagem entre estes estágios se dá através da acumulação de conhecimentos: o primeiro estágio é baseado na medida (dos resultados escolares, da inteligência, da produtividade dos trabalhadores); o avaliador é essencialmente um técnico que tem que saber construir e usar os instrumentos que permitem medir o fenômeno estudado. O segundo estágio, fortalecido a partir dos anos 30, trata de identificar e descrever como os programas permitem atingir seus resultados. O

terceiro estágio é baseado no julgamento; a avaliação deve permitir o julgamento de uma intervenção. E o quarto estágio emergiu nos anos 80 onde a avaliação é então feita como um processo de negociação entre os atores envolvidos na intervenção a ser avaliada.

De acordo com os objetivos propostos, neste trabalho adotou-se a definição de avaliação da Organização Mundial da Saúde (OMS), que conceitua a avaliação como:

Processo de determinação, sistemática e objetiva, da relevância, efetividade, eficiência e impacto de atividades fundamentadas em seus objetivos. É um processo organizacional para implementação de atividades e para colaborar no planejamento, programação e tomada de decisão²⁶.

Sendo assim, a avaliação consiste em tentar responder a um conjunto de questões relativas a uma intervenção, suas atividades e seus efeitos. Como intervenção, pode-se definir como o conjunto de meios (físicos, humanos, financeiros, simbólicos) organizados em um contexto específico, para produzir bens ou serviços com o objetivo de modificar uma situação problemática²⁷.

Contandriopoulos et al.²⁷ classificam quatro “objetivos oficiais” da avaliação:

- ajudar no planejamento e na elaboração de uma intervenção (objetivo estratégico);
- fornecer informação para melhorar uma intervenção no seu decorrer (objetivo formativo);
- determinar os efeitos de uma intervenção para decidir se ela deve ser mantida, transformada de modo significativo ou interrompida (objetivo somativo); e
- contribuir para o progresso dos conhecimentos e para elaboração teórica (objetivo fundamental).

Vale ressaltar também, a distinção entre avaliação e monitoramento. O monitoramento pode ser definido como um processo de acompanhamento da execução das ações de um programa visando à obtenção de informações para subsidiar decisões, bem como a identificação e a correção de problemas. É uma atividade gerencial que deve permitir uma rápida avaliação das etapas dos programas

e ações governamentais e do contexto em que ocorrem de modo a prover a administração de informações sintéticas e tempestivas que permitam identificar e viabilizar a superação de restrições em tempo de execução. Assim, observa-se que o monitoramento está mais relacionado à possibilidade de intervenção no curso do processo, enquanto que a avaliação vincula-se a conhecer as causas e resultados obtidos, por meio da utilização de dados fornecidos pelo monitoramento ou de pesquisas avaliativas²⁸. A avaliação então, é feita para esclarecer opções, reduzir incertezas, além de informar e prover a retroalimentação aos atores envolvidos no problema em questão.

Hartz²⁹, a respeito da avaliação de programas, afirma que dependendo do propósito, a pesquisa avaliativa pode responder a diversas questões:

- O programa é necessário? As suas metas e objetivos são apropriados para as circunstâncias atuais do país (ou da instituição)?
- O programa é efetivo? Realiza progresso satisfatório em relação às metas e objetivos propostos? De que forma a variação nos conteúdos do programa afetam sua efetividade? Quais as razões para seu sucesso ou fracasso?
- O programa é eficiente? Os efeitos do programa estão sendo realizados a custo aceitável, comparado com outras alternativas para oferecer os mesmos serviços?
- O programa está tendo o impacto esperado?
- Que mudanças podem ser feitas no futuro? Que recomendações podem ser feitas para o desenvolvimento do programa? São necessários novos objetivos e metas?

Neste contexto, tendo em vista a complexidade organizacional da FIOCRUZ, para o alcance dos objetivos desta proposta, este trabalho identifica-se com os modelos de avaliação apresentados em relatórios do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos^f (CGEE) e com a perspectiva apresentada pela Prof^a Lea Velho^g, que permite uma compreensão sobre as dificuldades em se avaliar C&T em países latino-americanos e especificamente no Brasil. Além disto, a autora possui larga experiência

^f Organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), cuja missão “é servir à sociedade brasileira agregando valor aos processos de tomada de decisão, formulação e implementação de políticas de CT&I, mediante a geração, o compartilhamento e a aplicação de conhecimentos nessa área”³⁰

^g Professora Titular do Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT), Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

em consultoria na área de Política Científica e Tecnológica, atuando principalmente nos seguintes temas: dinâmica da produção e uso do conhecimento, cooperação internacional em C&T, avaliação de políticas e atividades de C&T, formação de recursos humanos para pesquisa, indicadores de C&T voltados para organizações públicas, o que também influenciou na escolha, uma vez que este projeto de dissertação será realizado em uma instituição pública de C&T em Saúde. Em sua obra a autora discute sobre a avaliação de C&T e principalmente sobre estratégias para o estabelecimento de indicadores científicos que revelem as especificidade da organização de C&T na América Latina.

Sobre a complexidade em se avaliar C,T & I, Velho afirma que:

É necessário conhecer e compreender as motivações para fazer ciência, as fontes de influência na escolha dos temas de pesquisa, as relações dos pesquisadores entre si e com outros setores externos ao científico, as motivações para publicação, os critérios para escolha dos vários canais de comunicação científica, a importância atribuída aos diferentes canais, motivações e critérios de seleção para consulta e citação da literatura. A obtenção dessas informações sobre a ciência é básica e imprescindível para que se possa propor e estabelecer um sistema de indicadores científicos que efetivamente reflita os objetivos e a eficácia do sistema científico na região, e que possa ser usado nas tarefas de planejamento, acompanhamento e avaliação das políticas para ciência³¹.

Existem diferentes modelos e práticas de avaliação, o que torna extremamente difícil a adoção de uma tipologia básica. Na verdade, apesar da literatura sobre o assunto estar repleta de sugestões para uma taxonomia única, as classificações sugeridas são muitas vezes incompatíveis, e enfatizam aspectos distintos da avaliação. O *Evaluation Research Society Standards Committee*³², classificou as práticas de avaliação em seis categorias distintas, a saber:

a) *Front-end analysis*, ou avaliação *ex-ante* (preinstalação), avaliação de contexto, ou *feasibility analysis*: inclui as atividades de avaliação realizadas anteriormente à implantação de um determinado programa, com a finalidade de estimar as necessidades, bem como outros tipos de suporte necessários. Este tipo de avaliação tem como objetivo prover informações a fim de aprimorar o planejamento do

programa ao determinar o nível de implementação apropriada, gerando *feedback* para subsidiar decisões sobre a viabilidade do programa.

b) *Evaluability assessment* (avaliação da avaliabilidade): constitui uma avaliação preliminar da concepção do programa para verificar se outros tipos de avaliação (em especial a avaliação de impacto) devem ou não ser iniciados. Pode também, abranger os questionamentos de viabilidade técnica, os aspectos políticos, os interesses dos financiadores, e as características próprias do programa.

c) Avaliação formativa (*formative evaluation*) ou avaliação de processo (ou de aperfeiçoamento - *developmental evaluation*): consiste em avaliar o processo dos programas em andamento com o objetivo de realizar modificações ou aperfeiçoamentos. Neste tipo de avaliação, o avaliador geralmente trabalha em conjunto com os formuladores e administradores do programa que participam diretamente das decisões para realizar as modificações necessárias.

d) Avaliação de impacto (*summative evaluation*) ou avaliação de resultados (*outcome evaluation*), ou avaliação de efetividade: utilizada para identificar se o programa funciona satisfatoriamente. Este tipo de avaliação, em geral, é realizada após a implantação do programa afim de gerar informações úteis aos tomadores de decisão sobre a sua continuação, expansão ou redução.

e) Monitoramento de programa: talvez a menos reconhecida, e provavelmente, mais praticada, consiste em acompanhamentos periódicos e constantes a fim de identificar necessidades ou sugestões de modificações, atualizações ou revitalizações no programa.

f) Metavaliação (*metaevaluation*) ou avaliação da avaliação: é conhecida também como auditoria de avaliação, ou avaliação secundária. Este tipo de avaliação é aplicado com maior frequência à avaliação de impacto, com o objetivo de verificar o impacto total de um determinado programa.

Complementando o exposto acima, finalizamos este tópico com a definição da OCDE sobre avaliação:

Avaliações são julgamentos cuidadosos (assessments), que enfatizam a consistência e a utilidade de seus achados, acerca

dos resultados de políticas públicas, organizações ou programas. Seu papel é melhorar a informação e diminuir a incerteza; entretanto, mesmo avaliações baseadas em métodos rigorosos apoiam-se significativamente em julgamentos. Os objetivos principais das avaliações são melhorar a tomada de decisão, a alocação de recursos e a legitimação (accountability). Isso pode ser conseguido informando o público, informando os processos de tomada de decisão e encorajando o aprendizado organizacional. Avaliações são parte de um esquema mais amplo de gestão de desempenho. Elas podem complementar e melhorar a gestão, mas não a substituir³³

2.2. Avaliação de Programas de Ciência, Tecnologia & Inovação

Atualmente, vem emergindo a discussão sobre a avaliação de Programas de Ciência & Tecnologia. O relatório final de avaliação dos fundos setoriais³⁴, concluído em 2006, informa que “*para se avaliar um programa no campo de C&T a estratégia, os critérios e indicadores deverão ser diferentes daqueles de um programa social; ainda que dentro de um mesmo campo, podem ser necessários diferentes instrumentos*”. Este relatório ainda trata a prática de avaliação como um instrumento de gestão estratégica, pois é um instrumento que considera as diversas interações ocorrentes em um programa; o contexto interno e externo; apresentando flexibilidade para mudanças ao longo do processo de implementação de atividades, sempre que isso for indicado como necessário para aumentar a eficiência quanto aos resultados pretendidos. Possibilitando, inclusive, na exclusão de atividades, de instrumentos ou do próprio programa, caso se mostrem ineficientes ou ocorram fatores externos que os tornem não pertinentes.

Trata-se, portanto, de uma abordagem que compreende desde as avaliações prévias, o planejamento e a administração estratégica, ressaltando-se a avaliação como um instrumento permanente, em todas as etapas do programa, que deve gerar elementos objetivos para o processo de tomada de decisões, seja de natureza estratégica, gerencial ou operacional.

Em sua concepção ampla, a avaliação como instrumento da gestão estratégica³⁴ se constitui em uma análise que almeja:

- observar os elos entre os objetivos, formas de organização e gestão, volume e estratégia e financiamento, atores e sua participação;
- compreender os resultados e impactos de um programa e não apenas identificá-los;
- entender o modo e o processo pelo qual esses resultados foram possíveis;
- compreender os fatores intervenientes, esperados ou inesperados, e seus impactos – positivos ou negativos – na gestão e nos resultados;
- estabelecer diretrizes para o futuro, que possam contribuir para o aperfeiçoamento das políticas, programas e instituições avaliados – permitindo uma revisão estratégica da gestão - ou para a formulação de novas políticas, estratégias e programas.

Sobre o contexto estratégico, de Souza Paula³⁵, afirma que, “*a avaliação é um instrumento imprescindível da gestão estratégica*”, devendo ser uma atividade contínua, transparente e voltada para a promoção da melhoria dos processos e instrumentos de forma a garantir os resultados das atividades, a realização dos objetivos e finalidades da ação. O acompanhamento é instrumento indispensável da avaliação; é o processo que permite, durante a implementação, gerar as informações necessárias e adequadas à avaliação”.

Considerando a avaliação um instrumento de política institucional e governamental, é recomendável que esta deva estar associada ao processo de tomada de decisão, visando aperfeiçoar e garantir as atividades de uma instituição ou programa, gerando, de modo permanente, informações, críticas e sugestões. Portanto, a avaliação passa a ter uma abordagem pró-ativa, cujas características são parte do modelo de gestão estratégica.

O relatório sobre o *Seminário Internacional sobre Avaliação de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação*, promovido pelo CGEE em 2007, aponta que qualquer programa de pesquisa e inovação envolve uma gama de atores com interesses e expectativas diferentes – formuladores de política, gestores de programas, pesquisadores e os clientes do programa – e por isso, o leque de possíveis resultados e impactos é enorme. Neste sentido, é essencial que uma avaliação bem planejada leve estas perspectivas diversas em consideração e procure reconciliar as respectivas necessidades de informações com as restrições de recursos e com a disponibilidade de informações. Este mesmo relatório indica que:

De fato, a cultura de avaliação da Europa e da América do Norte tem a sua disposição um leque abrangente de experiências conceituais e metodológicas. Vários tipos de métodos têm sido desenvolvidos e utilizados a fim de determinar efeitos já alcançados ou alcançáveis. Os mais relevantes são: avaliações por pares, comparações do tipo antes/depois, abordagens que utilizam grupos de controle e de comparação, bem como uma gama de análises quantitativas e qualitativas. Todos podem ser aplicados separadamente ou de forma combinada com dados ou indicadores variados (despesas em pesquisa e desenvolvimento, patentes, publicações, citações e indicadores econômicos, sociais ou técnicos), métodos de coleta de dados (estatísticas existentes, questionários, entrevistas, estudos de caso, painéis, etc.), métodos de análise de dados (modelos econométricos, análises de custo/benefício, outros métodos estatísticos, tecnometria, bibliometria, etc.). Dado que todos os procedimentos oferecem pontos fortes e pontos fracos, é aconselhável usar uma combinação de métodos³⁶.

Entretanto, o relatório deste Seminário, ressalta que na fase atual da pesquisa referente à avaliação, e apesar de todos os esforços para dar objetividade aos métodos e os indicadores que resultam da sua aplicação, convém alertar que, do ponto de vista de avaliação, não é conveniente utilizar apenas indicadores quantitativos: *“Embora o desejo de ter uma caixa de ferramentas a ser utilizada de modo padrão seja compreensível, atendê-lo é inviável vis-à-vis nosso conhecimento limitado da dinâmica dos processos de inovação”*. Em outras palavras, o desempenho mensurável da pesquisa e o produto que dela deriva não levam automaticamente a inovações efetivas da perspectiva socioeconômica. Por isso, é necessário uma *abordagem multi-perspectiva* ³⁶ para a avaliação:

Dada a multiplicidade de percepções das partes interessadas, qualquer procedimento de avaliação – inclusive modelos que se baseiam na medição de impactos quantitativos – falharia caso visasse apenas à avaliação objetiva de resultados inequívocos. As avaliações devem ser construídas de maneira a aumentar a racionalidade dos processos decisórios nos

sistemas de negociação e nas redes políticas. Por meio de instrumentos econômicos e sócio-científicos, as avaliações podem sistematizar o conhecimento para os processos decisórios – conhecimento sobre o contexto e, principalmente, a clara identificação dos impactos visíveis ou previsíveis de políticas já finalizadas, em vigor ou planejadas, conforme percebidas pelos vários atores³⁶.

Segundo Georghiou e Roessner³⁷, outros obstáculos que dificultam a metodologia de avaliação em C&T são a falta de clareza de seus próprios objetivos além da necessidade de responder a múltiplos, e em geral conflituosos, anseios dos envolvidos. Por outro lado, estes autores indicam que uma combinação criativa de métodos é, em geral, capaz de possibilitar avaliações mesmo nas mais difíceis circunstâncias. Eles identificam três influências, ocorrentes a partir da década de 80, no desenvolvimento das abordagens de avaliação de programas de C&T, decorrentes das mudanças ocorridas nas instituições e da concepção do processo de inovação³⁷, são elas:

a) a convergência entre as tradições de avaliação interna (avaliação por pares e bibliometria) e elementos oriundos da demanda crescente por avaliações adotadas de políticas públicas em geral.

b) a emergência de uma nova gestão pública, com indicadores de desempenho e de programação institucionais.

c) a busca por meios efetivos de promover a associação entre produção científica com o desempenho competitivo.

Estes fatores indicam que a avaliação também é um processo social, o que significa que seus métodos não podem ser simplesmente iguados a técnicas de coletas de dados seguidas por protocolos de análise. É necessário escolher o que é significativo medir, como e quando medir, e como interpretar o resultado depende do modelo subjacente de inovação que o avaliador esteja, implícita ou explicitamente, utilizando³⁷.

2.3. Indicadores

Após a Segunda Guerra, paralelamente ao desenvolvimento e à consolidação do aparelho do Estado, responsável pela alocação de recursos à C&T, começou a surgir um interesse dos órgãos públicos na medição das atividades científicas. Este interesse consolidou-se com o desenvolvimento da teoria e da metodologia de indicadores de C&T. E foi a partir da década de 60 que as ferramentas da ciência começaram a ser utilizadas para estudar a própria atividade científica. Com componentes metodológicos da sociologia e da história, surgiu uma área da pesquisa que tem se denominado “ciência da ciência”¹⁸, onde aplicam-se métodos de pesquisa habituais das ciências naturais, fundamentalmente os quantitativos, ao objeto “ciência” enquanto fenômeno e instituição social.

Esta área de investigação, denominada cientometria ou cienciometria é definida como a área que compreende todos os tipos de análise quantitativa dos recursos e resultados dos processos científicos, sem observação direta na atividade de pesquisa¹⁸. A cientometria trata de temas como o crescimento quantitativo da ciência, o desenvolvimento das disciplinas e subdisciplinas, a relação entre C&T, a obsolescência dos paradigmas científicos, a estrutura da comunicação entre cientistas, a produtividade, a criatividade dos pesquisadores, as relações entre desenvolvimento científico e crescimento econômico etc. O desenvolvimento desta área foi facilitado pelo aparecimento das bases de dados e das técnicas e métodos quantitativos propostos por Eugene Garfield ao criar o *Institute for Scientific Information* (ISI) e publicar, entre outros, o *Science Citation Index* (SCI) a partir de 1963¹⁸.

Segundo Velho³⁸, o interesse na compilação de informações quantitativas para planejar, monitorar e avaliar as atividades de C&T, pode ser atribuído às seguintes razões: o desenvolvimento institucional do aparato governamental da política de C&T e da teia de relações estabelecida com outros segmentos sociais; o contexto sócio-político-econômico mais geral e com a mudança na visão predominante sobre o papel da C&T no desenvolvimento nacional; e a evolução teórica e metodológica das disciplinas que constituem os chamados estudos sociais da C&T. Em decorrência, a administração pública começou a ter maior interesse nos resultados de P&D e na sua disseminação, dando lugar ao aparecimento de serviços técnicos e científicos, entre os quais o de compilação de estatísticas de C&T para a construção de indicadores. Aliado a isto, os custos das atividades de pesquisa científica se tornaram cada vez maiores e competindo com os demais setores de investimento público. Esta

constatação indica, cada vez mais, a necessidade de se aumentar a racionalidade do processo de tomada de decisão no financiamento de C&T. Resumindo: “a ênfase nos indicadores quantitativos parece derivar da premissa de que eles proporcionariam uma base racional completamente objetiva para o planejamento em C&T e de que uma ciência da ciência mecanicista não era apenas necessária, mas também suficiente”³⁸.

Davyt & Velho¹⁸ afirmam que as diferentes modalidades de indicadores quantitativos da ciência são derivadas, principalmente, das publicações científicas. À medida que os novos conhecimentos são quase sempre publicados, de uma forma ou de outra, o número e qualidade dessas publicações são os indicadores mais desenvolvidos e utilizados, constituindo o que são denominados de indicadores bibliométricos. Apesar da diversidade e complexidade que envolvem os indicadores bibliométricos, é possível agrupá-los em duas categorias básicas: os **indicadores de publicação**, que medem a quantidade e o impacto das publicações; e os **indicadores de citação**, que medem a quantidade e o impacto das vinculações ou relações entre publicações. Entretanto, os indicadores bibliométricos têm sido alvo de várias críticas e questionamentos; principalmente porque, na realidade, parte importante da atividade científica não é descrita na literatura, como o conhecimento tácito transmitido diretamente na formação do cientista, e que a publicação é apenas um dos tipos de comunicação, e certamente, não é o mais importante. Estes autores afirmam ainda que:

*O processo de construção de indicadores científicos, entretanto é um processo social assentado em premissas teóricas válidas somente no seu contexto. Isto porque qualquer exercício de avaliação implica certos valores e a base mínima a partir da qual se elaboram os indicadores é composta por julgamentos subjetivos. Estes incorporam, desde o início, uma série de elementos, premissas, condições e variáveis de contexto. Dessa forma, utilizar bases de dados construídas numa determinada realidade em outra consideravelmente distinta pode ser inadequado, trazendo dificuldades e erros.*¹⁸

A avaliação de programas de C,T&I deve ser efetuada em todas as áreas do conhecimento e envolve o uso dos indicadores peculiares desse setor. Os indicadores podem ser relativos ao processo (*inputs*) ou aos resultados (*outcomes*) ou de ambos. Por outro lado deve-se diferenciar indicadores de Ciência, que estão inclusos na cientometria e na bibliometria e que formam uma lista de resultados decorrentes dos

programas para a capacitação e o fomento da ciência. A bibliometria está relacionada com a aplicação de métodos matemáticos e estatísticos em livros e outros meios de comunicação, já a cientometria refere-se a métodos quantitativos que lidam com análise da Ciência sob o ângulo da informação do processo³⁹. Apesar dessa estrutura ainda existem dificuldades sobre a seleção e elaboração de indicadores para C,T&I, conforme registro *Livro Verde*:

Um dos principais gargalos em termos de informação e que tem limitado seriamente o próprio planejamento de CT&I no País é o da produção de indicadores. A produção sistemática de indicadores de CT&I é elemento imprescindível para o planejamento, monitoramento e avaliação de programas e projetos da área, sejam públicos ou privados. Além disso, é fundamental para orientar a atuação dos diversos agentes do sistema de inovação... No plano federal, o MCT deu início a uma ampla revisão na elaboração de indicadores, atividade que por sua importância estratégica para o planejamento e a avaliação do setor de CT&I, deveria merecer atenção especial na formulação de diretrizes para a próxima década¹.

Segundo o CGEE, as práticas, os processos, metodologias, critérios e os indicadores de avaliação devem constar das ações resultantes do planejamento³⁹. Seu maior objetivo é desenvolver processos, técnicas e atitudes administrativas que propiciem uma situação viável para avaliar as conseqüências futuras de decisões presentes em função dos objetivos e metas propostos. Exercitar o planejamento, acompanhamento e a avaliação de modo sistemático e estratégico permite a redução da incerteza advinda do processo decisório e auxilia no alcance dos objetivos e desafios previamente estabelecidos.

Os estudos de Viotti *et al*⁴⁰ afirmam que os indicadores e seu uso no setor de C,T&I e seus sistemas constituem ferramentas estratégicas para verificar e avaliar o desenvolvimento das pesquisas voltadas para esse setor, pois, permitem analisar e monitorar os processos de produção e disseminação do conhecimento. Nos últimos anos, vários esforços vem sendo desenvolvidos para a seleção e/ ou construção de novos indicadores em razão da diversidade desses e dos avanços do processo da inovação tecnológica, contando com iniciativas como as da criação dos fundos setoriais, Lei de inovação tecnológica² e das parcerias público-privada, por exemplo.

Os indicadores característicos dos modelos de inovação, sistêmicos e estratégicos são conhecidos como indicadores de fluxo de conhecimento, mapeamentos institucionais, *surveys* de tecnologias de produção, pesquisas de opinião pública, dentre outros. A efetividade das pesquisas podem ser ampliadas, quando se trabalha com indicadores apropriados armazenados em sistemas de informação capazes de oferecer o *feedback* necessário para subsidiar processos decisórios e planejar novas políticas públicas³⁹.

Entretanto, é consenso entre os autores estudados que apesar dos esforços de instituições como CAPES, MCT, CNPq entre outras, no sentido de coletar informações, gerar bases de dados e produzir indicadores científicos e tecnológicos no Brasil, ainda se está longe dos sistemas de informação em C&T estabelecidos pelos países centrais. Segundo Velho³⁸:

*É necessário, articular uma série de ajustes no sistema de indicadores científicos tradicionais, para que eles passem então a revelar as especificidades da organização da C&T brasileira, ao mesmo tempo em que produzem informações comparáveis em nível internacional. Os princípios gerais de tais ajustes incluem, por exemplo: a) a **correção das cifras sobre o potencial científico**, isto é, estabelecer uma definição de “pesquisador equivalente” mais adequada às condições do país, mas que incorpore as características básicas utilizadas pelos países avançados; b) a **adaptação do conceito de produtividade científica**, de maneira a levar em consideração as desvantagens comparativas dos pesquisadores brasileiros em relação a seus contrapartes internacionais, tais como insuficiência de recursos, barreiras na comunicação científica, dificuldade de formação de equipes e falta de pessoal de apoio; c) a **observação de cuidados específicos na construção de séries históricas a preços constantes sobre o gasto público e privado em C&T**, de maneira que se possa ter uma idéia real dos avanços e retrocessos dos investimentos. Isto viabiliza a uniformização de informações de modo a permitir comparações entre áreas do conhecimento, instituições, regiões etc³⁸.*

Segundo Velho⁴¹, os indicadores operacionais de C&T podem ser classificados em quatro dimensões: de Insumo, de Produto, de Impacto Social e de Inovação.

Os **Indicadores de Insumo** são usados para demonstrar os recursos (*inputs*) utilizados nas atividades científicas e tecnológicas. Exemplos: percentagem de um total de recursos financeiros gastos com pesquisa, número de pessoas envolvidas na atividade científica e número de instituições de pesquisa.

Os **Indicadores de Produto** envolvem mensuração mais complexa, já que muitos produtos ou resultados em C&T possuem aspectos intangíveis, tornando sua quantificação mais difícil. No sistema científico, o principal produto é o conhecimento, que é gerado, transmitido e modificado. Como não há formas de medir o conhecimento diretamente, uma maneira de medi-lo indiretamente é por meio de indicadores bibliométricos e de patentes. Exemplos: índices de publicações de artigos, frequência de citações, patentes solicitadas, concedidas e registradas. Os indicadores de insumo geralmente são mais fáceis de medir do que os de produto, porém, de acordo com as finalidades da avaliação, é preciso apresentar detalhes, como o nível de qualificação dos pesquisadores envolvidos e a forma pela qual o recurso foi gasto.

Os **Indicadores de Impacto Social** envolvem questões estratégicas, principalmente em países em desenvolvimento, que vivenciam grandes problemas sociais. Os resultados sociais do sistema de C&T são frequentemente confundidos com os resultados econômicos. Assim, indicadores deste tipo devem quantificar os impactos das atividades científicas em relação a toda a sociedade, não apenas o seu impacto econômico. Exemplos: geração de postos de trabalho e a redução da poluição ambiental.

Por último, os **Indicadores de Inovação** que partem do pressuposto de que a inovação tecnológica é a base para a manutenção da competitividade e para o crescimento econômico. Estes indicadores são fundamentais na medida em que promovem a retro-alimentação entre conhecimento teórico e aplicações práticas na indústria, gerando vínculos entre ciência e tecnologia. Exemplos: tecnologias criadas ou melhoradas.

Entretanto, um problema das Instituições de Pesquisas Públicas e, em particular da FIOCRUZ - em função da diversidade de suas atividades - é a construção de indicadores de avaliação capazes de: primeiramente avaliar o nível de resolubilidade; e em segundo lugar ser indutor de integração de suas ações (pesquisa, produção, ensino, informação, assistência)⁴².

Neste sentido, conclui-se que as avaliações são imprescindíveis ao aperfeiçoamento das atividades de pesquisa. Contudo, as avaliações são focadas apenas nos resultados, ignorando os recursos aplicados, a relação dos objetivos com os resultados e o impacto dos resultados perante a sociedade. Além disto, devem ser aplicados os conceitos de eficiência, efetividade e eficácia nas atividades de pesquisa, tal como dito por Oliveira:

Freqüentemente, ao avaliarem atividades na área de Ciência & Tecnologia, dá-se muita importância aos resultados, enfatizando-se a questão da qualidade e esquecendo-se dos custos, função dos insumos necessários à sua realização. A partir dos insumos e do produto definem-se três conceitos essenciais à idéia da avaliação, quais sejam o de eficiência, o de efetividade e o de eficácia⁴³.

A **eficiência** refere-se à otimização dos recursos utilizados para obtenção dos resultados. Os testes de eficiência são, portanto, levados a cabo através da comparação dos custos da pesquisa com o produto obtido como resultado da mesma. A **efetividade** é entendida como a relação entre os resultados alcançados e os objetivos propostos. E a **eficácia** relaciona-se à contribuição dos resultados obtidos para o atendimento aos objetivos globais da sociedade⁴³.

Sendo assim, a avaliação permite-nos obter informações que auxiliarão na elaboração de novos indicadores, visto que o índice de publicação científica não retrata o nível de soluções para demandas sociais e nem a integração de ações em um ambiente composto por atividades diversas.

Viotti⁴⁰ fala sobre a necessidade da existência dos sistemas de indicadores de CT&I. Segundo ele, essas medidas são importantes para:

- Alimentar as investigações sobre a natureza e os determinantes dos processos de produção, difusão e uso de conhecimentos científicos, tecnologias e inovações (razão científica);
- Informar a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas (razão política);
- Informar as estratégias tecnológicas de empresas, assim como as atitudes de trabalhadores, instituições e do público, em geral, em relação a temas de CT&I (razão pragmática).

Todos os conceitos apresentados neste capítulo, apontam para a importância da existência de sistemas de acompanhamento, com indicadores adequados e uma avaliação criteriosa, a fim de gerar conhecimentos e contribuir com os gestores nas tomadas de decisão. Entretanto, para que as instituições verifiquem os resultados de suas ações, são necessários mecanismos de *feedback* adequados. A avaliação de programas constitui um dos mecanismos de *feedback* mais importantes na organização, capaz de detectar erros na sua forma de agir, indicar como corrigi-los, e contribuir para melhorar a eficiência e a eficácia organizacional. Além disto, pode gerar aprendizagem organizacional, a partir do momento em que a organização busque utilizar sistematicamente esse mecanismo de *feedback*, seja de maneira instrumental ou conceitual, para aperfeiçoar ou mudar suas ações.

METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1. Considerações metodológicas

A pesquisa consistiu em uma análise qualitativa do programa de Pesquisador Visitante da Fundação Oswaldo Cruz com vistas à formulação de uma proposta de intervenção nos processos de acompanhamento e avaliação. Utilizou-se basicamente a análise de documentos, a realização de entrevistas e a aplicação de questionários. A metodologia deste trabalho, adiante detalhada, tem por referência as contribuições de Tobar & Yalour¹⁵ e Minayo¹⁶. Segundo os primeiros autores, “*a análise qualitativa é o método apropriado para estudos exploratórios, quando conceitos relevantes e variáveis são desconhecidos ou suas definições não são claras*”, é útil para identificar estratégias relevantes de intervenção, como também para complementar a coleta de dados quantitativos, monitorando e avaliando estudos¹⁵.

Para Minayo¹⁶, a pesquisa qualitativa torna-se importante para:

compreender os valores culturais e as representações de determinado grupo sobre temas específicos; para compreender as relações que se dão entre atores sociais tanto no âmbito das instituições como dos provimentos sociais; para avaliação das políticas públicas e sociais, tanto do ponto de vista de sua formulação, aplicação técnica, como dos usuários a quem se destina.

Entretanto, esta autora destaca que as duas abordagens metodológicas – quantitativa e qualitativa – “são interdependentes e inseparáveis”¹⁶, recomendando, especificamente para a área da saúde uma “avaliação dialética”¹⁶, capaz de reter, ao mesmo tempo, o valor heurístico dos dados e conectá-los com as relações sociais.

Para identificação da representação sócio-cultural dos entrevistados, foi utilizado o processo metodológico proposto por Lefèvre¹⁷: A análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), cuja proposta é de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos com o objetivo de analisar o material coletado a fim de extrair de cada um deles as idéias centrais e suas correspondentes expressões-chave. Segundo Lefèvre, estas expressões-chave são pedaços, trechos

ou transcrições literais do discurso, que revelam a essência do depoimento relativo a cada segmento. São consideradas uma espécie de *prova discursivo-empírica* da verdade das idéias centrais com as quais se constroem os Discursos do Sujeito Coletivo¹⁷. Permitem traduzir o essencial do conteúdo discursivo explicitado pelos sujeitos em seus depoimentos. Esta técnica metodológica é recomendada quando se quer conhecer o pensamento de uma comunidade sobre um determinado tema e procura dar conta da discursividade, característica própria e indissociável do pensamento coletivo. Neste sentido, sua intenção é:

*Reconstruir, com pedaços de discursos individuais, como em um quebra-cabeça, tantos discursos sínteses quantos se julgue necessário para expressar uma dada 'figura', ou seja, um dado pensar ou representação social sobre um fenômeno.*¹⁷

Desta forma, o discurso proposto por Lefèvre, é uma estratégia metodológica que visa tornar mais clara uma dada representação social, bem como o conjunto das representações que conformam um dado imaginário.

3.2. Desenvolvimento da pesquisa

Para o desenvolvimento deste trabalho foram adotados os seguintes procedimentos:

a) Delimitação da pesquisa

Para Tobar e Yalour, a delimitação do estudo refere-se ao enfoque que o pesquisador almeja em seu estudo: *“embora a realidade seja complexa e histórica, embora tudo esteja relacionado, é impossível estudar tudo. Para isso é necessário recortar, delimitar o objeto de estudo para seu tratamento e análise. A delimitação do estudo também cumpre a função de garantir que o caminho percorrido para a solução do problema será o mais curto possível”*¹⁵.

O objeto de estudo foi o Programa PV gerido pela FIOCRUZ e realizado em todas as suas unidades técnico-científicas. Esse programa é realizado por meio de

convênio técnico-científico com o CNPq^h e a FAPERJⁱ. Com o intuito de melhor caracterizar o Programa PV FIOCRUZ investigou-se os mecanismos adotados pelas duas agências para a seleção, o acompanhamento e a avaliação dos pesquisadores.

Diante da impossibilidade de analisar todas as bolsas concedidas pelo Programa ao longo de sua execução e do curto prazo de tempo para a elaboração da proposta de intervenção, construiu-se uma amostra representativa das atividades da FIOCRUZ: pesquisa, ensino, produção e assistência. Para isso, os pesquisadores visitantes que exerceram atividades durante o período de 2005 a 2007 nas seguintes unidades e programas, foram selecionados como informantes:

- **Instituto Oswaldo Cruz** (IOC), a unidade mais antiga da FIOCRUZ e um dos institutos biomédicos que mais se destaca em pesquisa biomédica e em biotecnologia na área da saúde⁵. Criado em 1900 como uma iniciativa pioneira no país para a produção de vacinas, em seus 109 anos de existência o IOC diversificou suas ações e hoje constitui um complexo que gera conhecimento, produtos e serviços na área biomédica para atender as necessidades da saúde da população brasileira. Atua nas áreas de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação e na prestação de serviços de referência para diagnóstico de doenças infecciosas e genéticas e controle de vetores. Também mantém coleções científicas de importância nacional e internacional e forma cientistas e técnicos através da atuação na educação profissional e de pós-graduação. A base de ação do Instituto é formada por 71 laboratórios de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, dedicados ao estudo e à geração de produtos e insumos para diversas doenças.

- **Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca** (ENSP), cujo principal campo de atuação é a produção de conhecimento e formação de recursos humanos em saúde pública, além da pesquisa social em saúde. Criada em 1954, é historicamente

^h Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), suas principais atividades são: o apoio financeiro para a formação e treinamento de recursos humanos e desenvolvimento de pesquisas; contribuição ao desenho de políticas de C,T&I e principais resultados; apoio básico a programas específicos (áreas tradicionais e estratégicas do conhecimento); bolsas para a formação de recursos humanos altamente qualificados (iniciação científica, graduação e pós-graduação); apoio a grupos de pesquisa.

ⁱ Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro. Possui a função de apoiar as atividades de C,T&I em nível local, para complementar as atividades desenvolvidas em nível federal. As FAPs, em suas ações, consideram não somente as prioridades mas também a diversidade local, suas especificidades e competências existentes, concedem bolsas e apoio financeiro às atividades de pesquisa em todos os segmentos do conhecimento científico, bem como à difusão de C,T&I no âmbito dos Estados. Mais recentemente, a Fundação tem estado engajada em projetos tecnológicos, apoiando os mais promissores bem como novas empresas de base tecnológica. Atualmente, 17 Estados da Federação contam com suas próprias fundações e outros se encontram em fase de implementação de suas FAPs.

um centro de discussão e formulação de estratégias em saúde pública, com a formação de pessoal especializado em alto nível. Em suas salas foram desenhados os projetos que culminaram na adoção do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pela Constituição de 1988. Atua na capacitação e na formação de recursos humanos para o SUS e para o sistema de ciência e tecnologia, na produção científica e tecnológica e na prestação de serviços de referência no campo da saúde pública. Mantém cooperações técnicas em todos os estados e municípios brasileiros, além de várias instituições nacionais e internacionais atuantes em diversos campos da saúde. Atualmente é a maior escola de saúde pública da América do Sul e a única de âmbito federal no Brasil. Já formou aproximadamente 1.010 alunos de mestrado acadêmico e 296 de doutorado. A ENSP conta com um corpo docente de mais de 150 doutores - um dos maiores e mais qualificados do país - e possui ampla oferta de disciplinas e cursos.

- **Instituto Fernandes Figueira** (IFF), unidade que integra atividades de ensino, pesquisa e assistência na saúde da mulher e da criança. Reúne as atribuições de um hospital materno-infantil e de um centro científico, realizando atividades de pesquisa, ensino e assistência à saúde da mulher, da criança e do adolescente. Fundado em 1924 por Carlos Chagas e seu auxiliar no então Departamento de Saúde Pública, o médico Antonio Fernandes Figueira, o instituto é um pólo gerador e difusor de tecnologias, além de centro de referência para o município e para o Estado do Rio de Janeiro em diversas áreas, entre elas genética médica, neonatologia de alto risco, patologia perinatal e doenças infecciosas e parasitárias pediátricas. Incorporado à Fiocruz em 1970, foi na área de aleitamento materno que o IFF mais se notabilizou. A partir de um trabalho iniciado em 1980, o instituto elaborou uma política de aleitamento que resultou na criação da Rede Nacional de Bancos de Leite Humano, hoje com mais de 150 unidades espalhadas pelo Brasil. Seu banco de leite humano, pioneiro no País, é referência nacional. O instituto dispõe de uma maternidade para pacientes de alto risco e um berçário para recém-nascidos com recursos tecnológicos de última geração. É a maior unidade pública de atendimento a recém-nascidos no Rio de Janeiro e abriga o único ambulatório gratuito de genética clínica do país.

- **Programa de Desenvolvimento Tecnológico de Insumos em Saúde** (PDTIS), criado pela VPPDT em 2002, tem como objetivo estimular a pesquisa aplicada e o desenvolvimento tecnológico de produtos e processos com impacto na saúde pública e no controle de doenças infecto-parasitárias, como vacinas, kits diagnósticos, fármacos, medicamentos e produtos para o controle de vetores. O

Programa busca o aprimoramento de produtos em potencial, estudando aspectos de aplicabilidade, de produção e de comercialização, partindo do trabalho laboratorial e a pesquisa clínica até a produção piloto e escalonamento. Inclui também a implantação/adaptação de novas tecnologias que possam levar a novas abordagens para a identificação de produtos e processos. Uma das estratégias do programa é fomentar a formação de redes cooperativas para a interação entre pesquisadores, além de promover o compartilhamento de equipes e de equipamentos. Além de ser um programa indutor de DT na instituição, também englobou neste período as bolsas concedidas às unidades produtivas da FIOCRUZ: o Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos) e o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Biomanguinhos).

O recorte temporal do estudo deveu-se ao fato deste ser o período de transição no modelo de seleção de pesquisadores visitantes (explicitado no capítulo 4); além disto, os pesquisadores que ingressaram no Programa PV nos anos de 2005 e 2006, completaram em outubro de 2008, 36 e 24 meses de bolsa respectivamente e apresentaram à coordenação do Programa, relatórios de atividades que permitiram analisar os produtos deste Programa nos últimos anos.

O quantitativo de pesquisadores visitantes neste estudo está apresentado no quadro a seguir:

Unidade/Programa	Nº de Bolsas*
ENSP	16
IFF	06
IOC	41
PDTIS	15
TOTAL	78

* Vigentes em outubro de 2007
Fonte: CRHP/VPPDT

b) Pesquisa bibliográfica

Considerando a necessidade de aprofundamento teórico e da compreensão do debate sobre a questão da avaliação de programas de C&T e tendo em vista fornecer subsídios para a elaboração de critérios para a avaliação do Programa PV na FIOCRUZ, a primeira etapa desta pesquisa foi a realização de uma revisão abrangente da literatura que se ocupa do desenvolvimento de modelos de avaliação, com especial atenção à avaliação de programas de P&D em saúde.

c) Pesquisa documental

Com o intuito de conhecer a sistemática do Programa PV, desde sua criação até o modelo atual, foi realizada uma análise dos documentos institucionais sobre o tema, como: documentos do congresso interno e do Plano Plurianual no tocante à política de P&D; análise dos documentos do Programa PV (criação, convênios, propostas, documentos que serviram de base para sua reestruturação); atas da Câmara Técnica de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico que tratam do Programa PV, editais de seleção do Programa e relatório de atividades de pesquisadores visitantes. Este levantamento teve por objetivo conhecer os objetivos do Programa e estabelecer suas relações com o planejamento estratégico da FIOCRUZ e das unidades.

Neste sentido, foi realizado:

- Levantamento de documentação institucional que caracterizasse os processos de formalização e execução do Programa PV.
- Levantamento de Normas Legais, Procedimentos e Resoluções diversas referentes a Programas de bolsa para Pesquisadores visitantes em outras instituições e/ou agências de fomento.
- Levantamento sobre os pesquisadores visitantes da FIOCRUZ, atuais e egressos, com o objetivo de caracterizar o Programa na Instituição.
- Levantamento de informações sobre programas de bolsas para pesquisadores visitantes mantidos pelo CNPq e pela FAPERJ relacionado a: objetivos, processo seletivo, acompanhamento, indicadores e estrutura de gestão.

d) Aplicação de questionários

Os pesquisadores visitantes da amostra selecionada foram convidados a participar deste trabalho respondendo a um questionário que objetivou caracterizar as atividades e os produtos desenvolvidos pelos PV nas unidades selecionadas. A amostra original reduziu-se de 78 para 69 pesquisadores visitantes em virtude do falecimento de um pesquisador, e de alguns pesquisadores cujo as bolsas encerraram ou foram canceladas não serem encontrados.

Dos 69 questionários distribuídos), 31 foram preenchidos e devolvidos juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, representando 45% da amostra selecionada.

e) Realização de entrevistas

Foram realizadas seis entrevistas com a finalidade de explorar tópicos de interesse, identificar problemas relevantes e caracterizar as especificidades das unidades da FIOCRUZ. Realizou-se entrevistas semi-estruturadas de modo a permitir o tratamento das informações obtidas com gestores do Programa na FIOCRUZ, gestores de pesquisa das unidades selecionadas, coordenadores de projeto e profissionais de planejamento estratégico da FIOCRUZ, que juntamente com os questionários encaminhados aos pesquisadores visitantes da amostra forneceram subsídios para a construção do instrumento de avaliação, ou seja, o piloto do modelo de avaliação.

Para manter a confiabilidade da identidade, conforme expresso no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentado aos entrevistados, utilizou-se a expressão “ator 1”, “ator 2”, sucessivamente para classificação dos depoimentos.

f) Análise dos dados

Para o trabalho dos dados levantados foi utilizado o método qualitativo. Os dados obtidos através do levantamento bibliográfico e documental, passaram por um tratamento analítico e interpretativo, visando a construção de um quadro teórico de referência, a caracterização do objeto da pesquisa e o registro da experiência comparada (capítulo 5).

Os dados coletados através das entrevistas e questionários receberam, igualmente, tratamento interpretativo e analítico. Ao final, buscou-se refletir sobre os principais pontos fornecidos durante as entrevistas, correlacionando-os com o referencial teórico, com a caracterização do Programa e com a experiência comparada de outras instituições para a formulação da proposta de intervenção.

O modelo proposto deverá, após sua aprovação, ser discutido em oficina com a participação de gestores das unidades e da VPPLR, coordenadores entrevistados e pesquisadores visitantes selecionados a partir da análise dos questionários. O

objetivo é validar indicadores e a sistemática proposta para avaliação, compreendendo os seguintes itens: formato dos instrumentos; periodicidade; abrangência.

O PROGRAMA PESQUISADOR VISITANTE FIOCRUZ^j

Pode-se dizer que os Programas para pesquisadores visitantes no Brasil tiveram origem nas universidades⁴⁶. Antes da reforma universitária em 1969^k, os professores novos se associavam logo no início de sua carreira a um professor sênior, e colaboravam na linha de pesquisa deste. Embora a possibilidade de quebrar esta ligação fosse permitida pela reforma, poucos pesquisadores puderam trabalhar de maneira mais independente no começo de sua carreira⁴⁶. Um dos obstáculos para que os novos pesquisadores conseguissem a independência era a dificuldade em obter uma infra-estrutura que permitisse trabalhar de acordo com suas competências em um tempo mais curto. Este era um dos objetivos do *Programa para Jovens Pesquisadores da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)*, um dos primeiros programas do gênero a ser criado no Brasil⁴⁶. Havia uma compreensão de que deveria haver um incentivo extra para que novos pesquisadores se tornassem independentes a curto prazo. A situação aqui era diferente dos Estados Unidos onde a independência do pesquisador era reconhecida após um período pós-doutoral longo (quatro anos em média), e onde o grande problema era a competição para concessões a grupos bem conhecidos, com uma produção científica de nível elevado⁴⁶. Por isso, ser um pesquisador receptor do programa de Jovem Pesquisador deveria ser considerado como um recurso importante para grupos de pesquisa menos consolidados, desde que o pesquisador visitante pudesse fornecer uma infra-estrutura para o desenvolvimento de um projeto dentro da instituição que o recebesse.

A execução de um programa onde o receptor de uma bolsa não tivesse que ser empregado de uma instituição era uma inovação real no Brasil e no mundo inteiro também. A possibilidade de incorporar estes programas era muito boa para pesquisadores em início de carreira, pois permitia que negociassem com a instituição na qual gostariam de trabalhar, com uma bolsa de estudo e uma concessão em colaborar nos programas de pós-graduação destas instituições. Isto era igualmente vantajoso para as instituições porque podiam ter um professor novo, com prestígio unido ao programa, sem a obrigatoriedade de fixá-lo na instituição⁴⁶.

^j Este capítulo utilizou estudos realizados na Coordenação de Recursos Humanos em Pesquisa/VPPDT^{44, 45}

^k Instituída pela Lei 5540, de 28/11/1968, que institucionalizou nas universidades públicas brasileiras as atividades de pesquisa e de pós graduação.

4.1. O surgimento do Programa na FIOCRUZ

O primeiro documento institucional sobre bolsas para pesquisadores visitantes (PV) na instituição é um convênio celebrado entre a ENSP e o CNPq datado de 29 de abril de 1988. Este convênio previa a concessão de até quarenta bolsas e teria vigência de apenas dois anos¹.

Em 04 de abril de 1991, a assinatura do Convênio nº 0052/91 celebrado entre a FIOCRUZ e o CNPq instituiu o Programa de Bolsas para pesquisadores visitantes na instituição cujo objetivo era *“o aperfeiçoamento dos programas, projetos e ações de desenvolvimento científico e de formação de recursos na área de saúde coletiva e pesquisa biomédica executados pela FIOCRUZ por intermédio de suas Unidades de Pesquisa e Ensino”*. De acordo com os termos do documento, a FIOCRUZ obrigava-se a *“financiar, com recursos próprios, a serem repassados ao CNPq, quando por este for solicitado, até 100 (cem) bolsas com duração entre 12 (doze) e 24 (vinte quatro meses), prorrogáveis até o máximo de 60 (sessenta) meses”*; o enquadramento das bolsas seria feito seguindo as resoluções normativas vigentes no CNPq com as seguintes modalidades: Pesquisador Visitante (níveis IA a 2C, de acordo com a tabela CNPq), Recém-doutor e Pesquisador Associado.

O convênio estabelecia também a *“formação de um Grupo Assessor para enquadramento, acompanhamento e avaliação dos bolsistas, constituído por três (03) representantes da FIOCRUZ e dois (02) representantes do CNPq”*; o CNPq seria o responsável por todo o processo de seleção, pela implementação e acompanhamento das bolsas, apenas com a obrigação de *“informar à FIOCRUZ, no prazo de até vinte (20) dias após a aprovação e enquadramento de cada bolsa, o nome do beneficiário, o título do projeto e o valor da bolsa; e anualmente, através do gestor do Convênio, o número total das bolsas concedidas, os nomes de todos os beneficiários, os títulos dos projetos aprovados e o valor total das parcelas (leia-se bolsas) pagas”*. Embora o convênio estabelecesse a concessão de até cem bolsas, neste período foram concedidas apenas vinte, e até a reformulação, que ocorreria quatorze anos depois, o convênio com o CNPq nunca ultrapassara a marca de sessenta bolsas concedidas ao ano⁴⁴.

Em 1993, a FIOCRUZ repetia a experiência com a FAPERJ, os termos do convênio seriam semelhantes ao do CNPq – até os dias atuais, é o convênio firmado

¹ Após várias tentativas frustradas, não conseguiu-se identificar na instituição e no CNPq alguma listagem de eventuais pesquisadores visitantes que foram bolsistas durante a vigência deste convênio.

com o CNPq que baliza as negociações com a FAPERJ – entretanto, com dois diferenciais: as modalidades e valores de bolsa seriam os vigentes na FAPERJ – que na época concedia somente bolsas para pesquisadores visitante, com valores bem menores que os do CNPq – e todo o processo de seleção, implementação e acompanhamento das bolsas seria realizado pela FIOCRUZ, que informaria mensalmente à FAPERJ os nomes do beneficiários juntamente com o repasse para o pagamento das bolsas; o que obrigaria a instituição a manter um profissional para a parte executiva do convênio. Por esta razão, embora o convênio com a FAPERJ estivesse vigente desde 1993, a implementação das primeiras 32 bolsas deu-se somente em 1995, quando a FAPERJ indicou à FIOCRUZ a Sra. Sílvia Ramos para ser a responsável pelo convênio na instituição.

Apesar da cláusula do prazo de vigência do convênio assinado com o CNPq indicar que o mesmo teria validade de cinco anos, a possibilidade de alterá-lo e prorrogá-lo através de Termos Aditivos fez com que um único convênio se estendesse por doze anos. Ao todo foram quinze Termos Aditivos que ao longo dos anos modificaram significativamente elementos do documento original, como pode-se observar abaixo:

– os cinco primeiros Termos Aditivos, assinados no período de junho de 1992 a fevereiro de 1994, foram exclusivamente para a complementação de recursos orçamentários, tendo em vista a inflação da época.

– **6º Termo Aditivo** (01/03/1994): instituiu no âmbito do convênio a bolsa de produtividade em pesquisa (PQ), para pesquisadores aposentados de outras instituições e o direito a benefícios complementares como auxílio-instalação e passagens (custeados pela FIOCRUZ) para pesquisadores estrangeiros.

– **8º Termo Aditivo** (06/04/1995): modificou a vigência das bolsas “*com duração inicial entre 3 e 24 meses, prorrogáveis por tempo indeterminado*”. Esta cláusula também constou no Termo Aditivo do convênio com a FAPERJ, sendo um reflexo claro do que era o Programa naquela época: a manutenção de força de trabalho qualificada na instituição.

– **15º Termo Aditivo** (05/04/2000): retirou as cláusulas do 6º Termo e estabelecia novas normas: em todas as modalidades os bolsistas deveriam possuir o título de Doutor (até então não era obrigatório, paralelamente, a FAPERJ continuaria com

bolsas para mestres e doutores); seriam concedidas no período de 03 a 36 meses (contando a renovação), com exceção da nova modalidade – Pós-Doutorado – cujo período de bolsa não poderia ultrapassar 18 meses; estabeleceu também novas formas de seleção: a FIOCRUZ era obrigada a “*submeter ao Grupo Assessor os projetos encaminhados ao Convênio com pelo menos 1(um) parecer ad-hoc*” e o Grupo Assessor passaria a ser constituído por “*3 (três) representantes da FIOCRUZ, 2 (dois) representantes do CNPq e 1 (um) representante do corpo de pesquisadores/docentes de instituição de pesquisa e ensino externa à FIOCRUZ*”.

Em 2003 e 2004, novos convênios foram celebrados com o CNPq e a FAPERJ respectivamente, sem maiores alterações, apenas para a continuidade dos convênios.

4.2. A reestruturação do Programa

Em ambos os convênios, o gestor do por parte da FIOCRUZ é o Vice-presidente de Pesquisa^m da Instituição. Entretanto, desde a criação, as bolsas eram geridas independentemente dentro da vice-presidência, ou seja, a nomenclatura *Programa Pesquisador Visitante FIOCRUZ* ainda não existia; mas duas gerências distintas executavam na instituição o Convênio *FIOCRUZ/CNPq* e o Convênio *FIOCRUZ/FAPERJ*.

O processo seletivo para a concessão de bolsas dava-se através de editais internos com demandas espontâneas (anexo I), onde os pesquisadores do quadro da instituição selecionavam previamente potenciais candidatos à bolsa, e submetiam um projeto de pesquisa ao Grupo Assessor de cada convênio. A execução separada para os dois convênios, trazia inúmeros problemas para a vice-presidência: primeiramente os valores diferenciados das bolsas, já que em cada convênio as modalidades e valores eram de acordo com os vigentes em cada agência de fomento. Como em cada convênio ocorriam julgamentos semestrais para a concessão de bolsas, a vice-presidência realizava quatro processos seletivos ao ano; e o mais agravante: a duplicação de pedidos de bolsas, pois cada candidato à bolsa submetia seu projeto ao CNPq e à FAPERJ. Estes fatores acarretavam além da duplicidade desnecessária de

^m Ao longo dos anos, com a mudança da Presidência da FIOCRUZ e conseqüentemente a reestruturação na gestão da instituição, a Vice Presidência de Pesquisa teve diversos arranjos como Vice Presidência de Pesquisa e Ambiente (1991-1997); Vice Presidência de Pesquisa e Ensino (1998-2000), Vice-Presidência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (2001-2009) e atualmente Vice Presidência de Pesquisa e Laboratórios de Referência.

trabalho, um grande gasto orçamentário com pagamento de consultores externos para a formação do Grupo Assessor e de consultores *ad hoc*.

Em 2002, com a criação dos Programas indutores de Desenvolvimento Tecnológico – PDTIS e PDTSP – os dois convênios assumiram a função de apoio à inserção de recursos humanos nestes Programas. Houve, então, a tentativa de implementação de bolsas em fluxo contínuo, que acabou frustrada em menos de 12 meses, principalmente pela falta de agenda para reunião dos Grupos Assessores de cada convênio.

Em 2005, durante a gestão do Dr. Reinaldo Guimarães como Vice-presidente de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (2005-2007), ocorreram as primeiras mudanças que dariam, no ano posterior, origem a reestruturação do Programa, foram elas:

– A junção das duas gerências executivas dos convênios FIOCRUZ/CNPq e FIOCRUZ/FAPERJ para a criação de um único programa, denominado **Programa Pesquisador Visitante FIOCRUZ**;

– A institucionalização, através da Portaria 267/2005-PR, do Comitê Gestor do Programa, formado por membros da FIOCRUZ, membros externos, e membros das duas agências de fomento, que seriam os responsáveis pela validação dos processos seletivos de bolsas.

– A realização de duas reuniões anuais, uma no primeiro semestre para renovações de bolsa e a segunda a ser realizada no segundo semestre para a concessão de bolsas novas.

– A uniformização das vigências de todas as bolsas para o mês de outubro de cada ano.

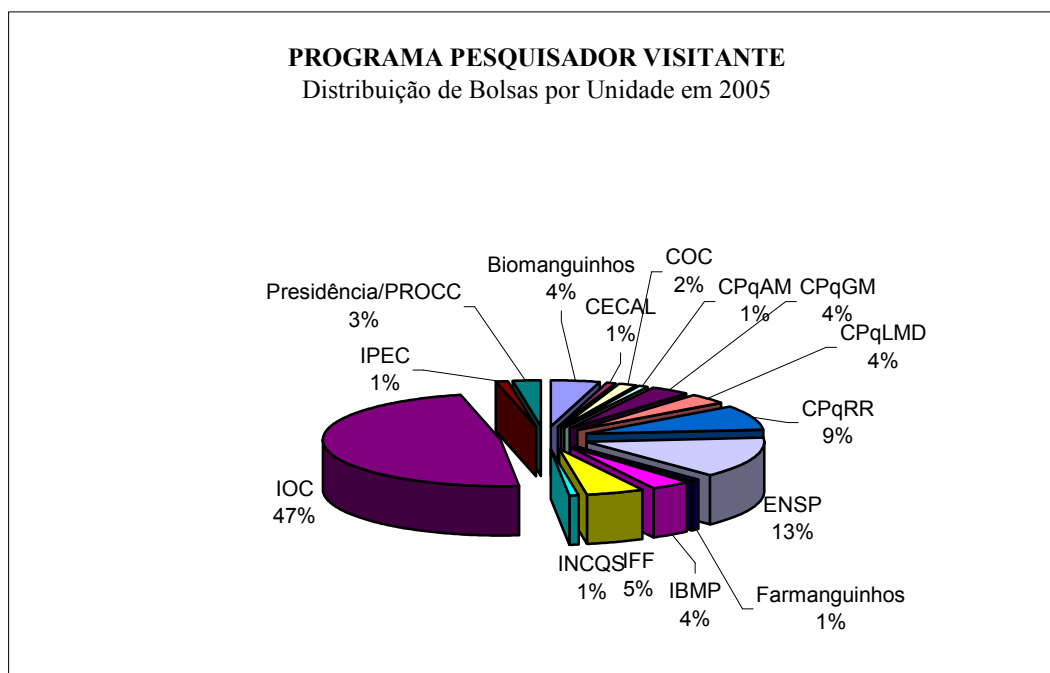
– Foram mantidos os editais internos, a demanda espontânea e as modalidades das agências de fomento.

Quadro I: Bolsas Pesquisador Visitante FIOCRUZ em 2005

Unidade	Nova		Renovação		Total de Concessões
	Solicitado	Concedido	Solicitado	Concedido	
Biomanguinhos	04	02	-	-	02
CECAL	-	-	01	01	01
CICT	03	-	-	-	-
COC	01	01	02	02	03
CPqAM	01	-	02	01	01
CPqGM	01	01	01	01	02
CPqLMD	01	01	04	04	05
CPqRR	04	03	07	07	10
ENSP	13	09	06	03	12
EPSJV	01	-	-	-	-
Farmanguinhos	02	01	-	-	01
IBMP	01	01	03	03	04
IFF	03	01	05	03	04
IOC	31	20	31	28	48
IPEC	-	-	03	01	01
PROCC	-	-	02	02	02
TOTAL	66	40	67	56	96

Fonte: CRHP/VPPLR

Gráfico I: Distribuição de bolsas PV por unidade em 2005



Fonte: CRHP/VPPLR

Em 2006, o Programa passou por uma profunda reestruturação, gerando impactos nas modalidades de bolsa e em sua distribuição junto às Unidades da FIOCRUZ, bem como no processo seletivo. O relatório de atividades da Coordenação de Recursos Humanos em Pesquisa/VPPLR, responsável pela gerência do Programa na instituição revela que:

Argumentou-se, à época, que a missão original do Programa PV tinha sido alterada, deslocando-se da fixação de jovens pesquisadores, que aguardariam concurso público, para a retenção de recém doutores oriundos dos cursos de pós-graduação da própria FIOCRUZ. Deste modo, o Programa estaria promovendo aumentos na “taxa de autofecundação intelectual” e enfraquecendo o caráter institucional do Programa. Caberia à direção das Unidades e à Presidência da Fiocruz a mera formalização e homologação das solicitações.⁴⁷

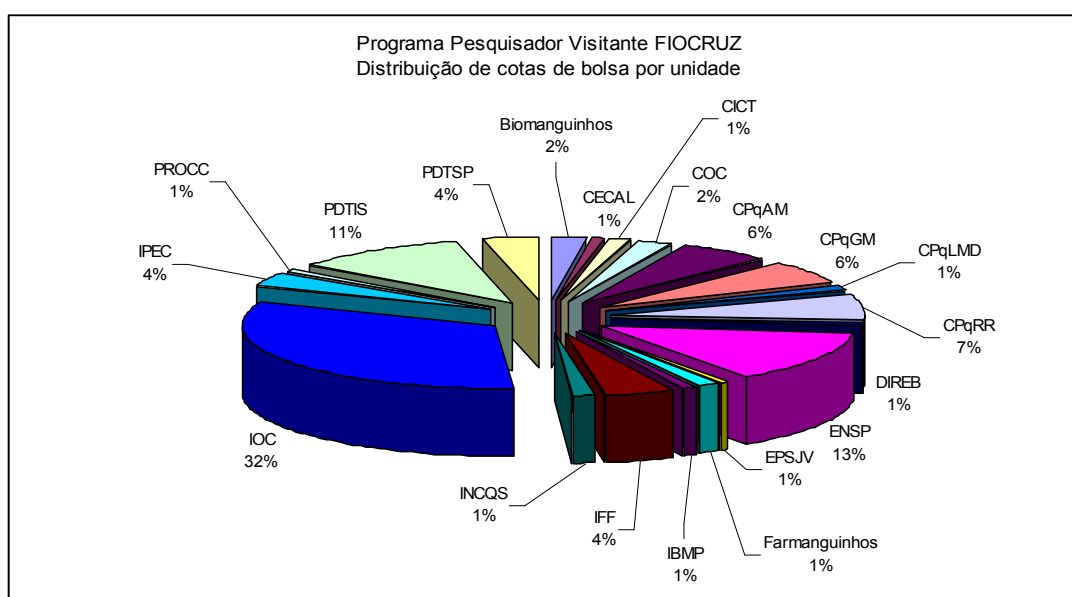
As mudanças mais significativas, sem sombra de dúvida, foram: (i) o edital público (anexo II), amplamente divulgado no país e no exterior; (ii) a definição de perfis pelas unidades com a anuência da Direção ou da coordenação de pesquisa da Unidade ; e (iii) a introdução do sistema de cotas de bolsa por unidade e Programas Estratégicos, em detrimento a demanda espontânea. A distribuição destas cotas adotou por base os seguintes critérios: a) número de bolsas preenchidas no Programa por unidade nos últimos anos; b) número de grupos de pesquisas cadastrados no CNPq; c) número de doutores ativos nas unidades; e d) números de pesquisadores com bolsa de Produtividade do CNPq. Após um longo período de discussões na Câmara Técnica de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Vice Presidência, o Conselho Deliberativo da instituição aprovou a concessão de cotas fixas de bolsas por unidade. Desta forma, todas as unidades técnico-científicas foram contempladas da seguinte forma:

Quadro II: Distribuição de Cotas de Bolsa PV por Unidade

Unidade	Nº de bolsas aprovadas pelo CD FIOCRUZ em 12/06/2006
BIOMANGUINHOS	3
CECAL	1
CICT	2
COC	3
CPqAM	8
CPqGM	8
CPqLMD	2
CPqRR	9
DIREB	1
ENSP	18
EPSJV	1
FARMANGUINHOS	2
ICC	1
IFF	6
INCQS	2
IOC	44
IPEC	5
PDTIS	15
PDTSP	5
PROCC	1
TOTAL	137

Fonte: CRHP/VPPLR

Gráfico II: Distribuição de Cotas de Bolsa PV por Unidade



Fonte: CRHP/VPPLR

Comparando os gráficos I e II, pode-se observar que o sistema de cotas, além da introdução dos Programas Estratégicos (no modelo antigo, projetos de pesquisa com articulação com os Programas PDTIS e PDTSP, tinham prioridade no processo seletivo), aumentou também o número de unidades beneficiadas com o Programa.

Outras modificações introduzidas nesta época foram:

– **no processo de seleção de projetos e pesquisadores:** de editais internos com a submissão de propostas livres e com critérios essencialmente acadêmicos como mérito científico do projeto e *curriculum* do candidato a pesquisador visitante e do coordenador da pesquisa (o pesquisador do quadro da instituição ao qual o pesquisador visitante fica vinculado), a editais públicos para preenchimentos de perfis considerados estratégicos pelas unidades detentoras de cotas de bolsas, indicativo de que o Programa tem estreita ligação com a política de inovação da instituição, que torna necessário um melhor conhecimento de seus produtos como forma de dimensionar o seu potencial na geração de processos inovadores.

– **nas modalidades de bolsa**, que anteriormente eram oferecidas a pesquisadores com mestrado e doutorado em sete níveis diferenciados (bolsas PV) e recém-doutores (bolsa RD), passaram desde 2006 às seguintes modalidades: **PV JR**, para pesquisadores com doutorado concluído há menos de cinco anos; **PV Pleno**, para pesquisadores com doutoramento concluído há mais de cinco anos e **EV** (Especialista Visitante), para pesquisadores com qualificação técnico-científica e larga experiência na execução e coordenação de projetos de P&D em saúde. Ocorreu também a unificação de modalidades e valores de bolsas para os dois convênios. Ao invés da FIOCRUZ submeter-se às modalidades vigentes no CNPq e FAPERJ, a partir de 2006 foram introduzidas nestas instituições modalidades de bolsas próprias para a FIOCRUZ.

– **a criação do sistema PV on line**, um sistema informatizado que permitiu que todo o processo seletivo, desde a submissão de propostas à análise prévia dos consultores *ad hoc*, do Comitê Assessor e o parecer final do Comitê Gestor para sancionar os resultados, fosse realizado na Internet em tempo real, o que diminuiu significativamente o volume de documentos e otimizou a execução do Programa.

– **o processo de avaliação** dividido em três etapas: (i) Análise prévia *on line* pelo Comitê Assessor formado por: membros externos e internos (indicados pelas Unidades) e o coordenador do laboratório que receberia o PV; (ii) Reunião do Comitê

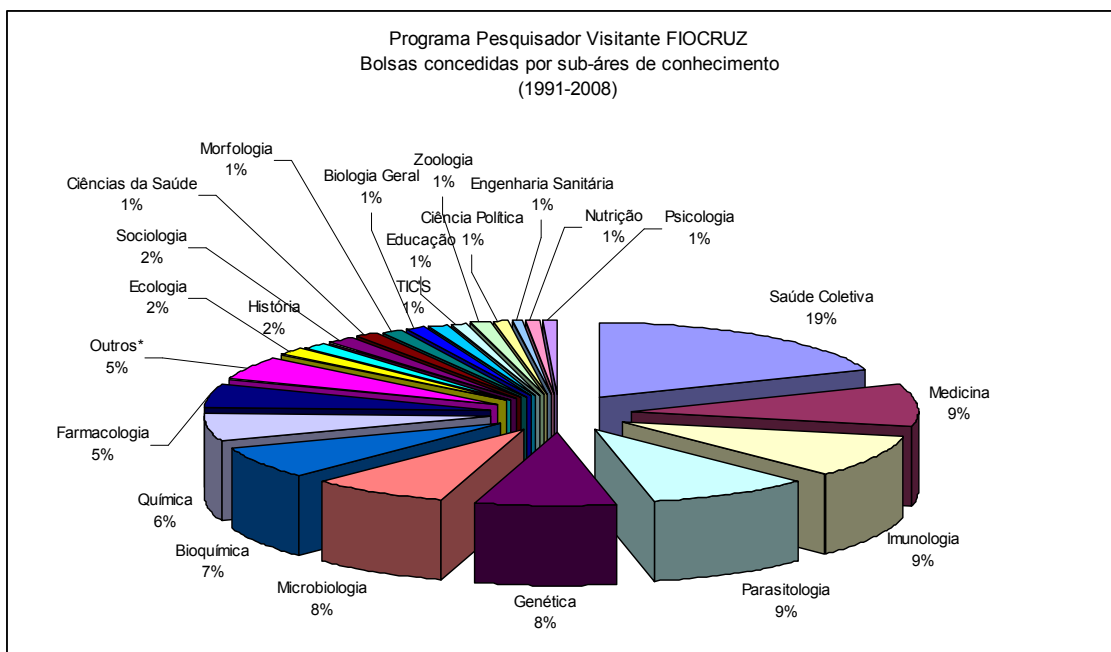
Assessor (membros externos e internos) por Unidade, distribuídos por áreas de conhecimento; e (iii) O resultado final e os recursos sancionados por Comitê Gestor. No ano seguinte, introduziu-se uma etapa de entrevistas com os candidatos pré-selecionados, antes da reunião do Comitê Gestor.

Entretanto, essas mudanças ainda são motivo de inúmeras discussões no contexto institucional. Algumas unidades durante anos não conseguiram preencher suas vagas com os perfis desenhados, e até mesmo o sistema de cotas é constantemente questionado. O que é compreensível em uma instituição composta por quase duas dezenas de unidades; algumas em estados diferentes da Federação, e, principalmente com missão, objetivos distintos e natureza de atividades diferenciadas.

4.3. A situação atual

Ao longo dos anos, Programa PV sofreu muitas transformações, a começar pelo número de bolsas – a implementação inicial foi de 20 pesquisadores visitantes, hoje o Programa PV implementa em média 100 bolsas por ano - como também teve seu orçamento aumentado significativamente, representando hoje um investimento anual de aproximadamente de R\$ 6 milhões para a manutenção de até 137 pesquisadores visitantes (o número total de cotas distribuídas pelas unidades e implementadas no CNPq e na FAPERJ). Em dezessete anos, foram investidos cerca de R\$ 40 milhões para a concessão de 785 bolsas referentes a projetos distribuídos em 36 grandes áreas de atuação como pode-se observar no gráfico a seguir⁴⁴.

Gráfico III: Bolsas PV concedidas por sub-áreas de conhecimento

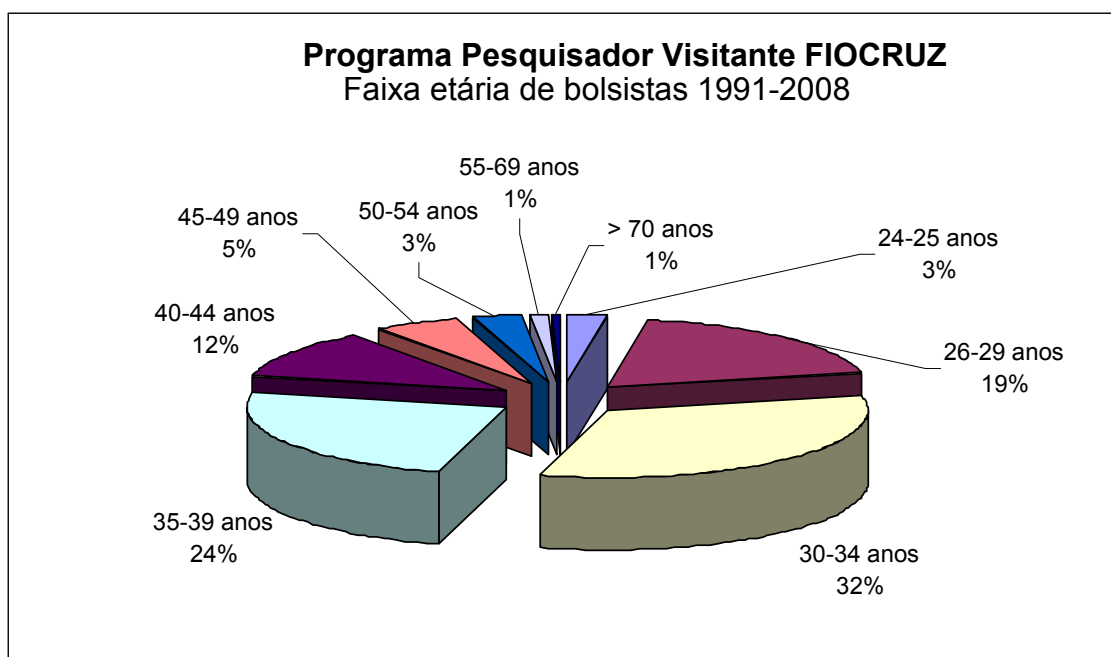


Fontes: CNPq e FAPERJ

* Outros: refere-se à junção das seguintes sub-áreas de conhecimento: Economia, Medicina Veterinária, Planejamento Urbano e Regional, Administração, Antropologia, Arqueologia, Botânica, Demografia, Desenho Industrial, Educação Física, Engenharia de Produção, Farmácia, Fonoaudiologia e Oceanografia, que isoladas representam menos de 1% no gráfico.

Do total de pesquisadores visitantes até o mês de dezembro de 2008, 67% pertencem ao sexo feminino e 33% ao sexo masculino, com idade entre 24 a 76 anos, sendo a maior concentração (32%) na faixa-etária entre 30-34 anos, que deve-se, principalmente, ao fato do Programa ser voltado para pesquisadores sem vínculo empregatício.

Gráfico IV: Faixa de Pesquisadores Visitantes entre 1991-2008



Fontes: CNPq e FAPERJ

Em dezembro de 2008, o Programa PV possuía 105 bolsas vigentes a tabela com o número de projetos executados pelos pesquisadores visitantes por sub-área do conhecimento consta no anexo III deste trabalho⁴⁵. O quantitativo de pesquisadores visitantes, distribuídos por unidade e modalidade, encontra-se no quadro a seguir:

Quadro III: Distribuição de bolsas PV em dezembro/2008

Unidade	PV JR	PV Pleno	EV	Total	%
BIOMANGUINHOS	2	-	-	2	2
CECAL	1	-	-	1	1
CICT	1	-	-	1	1
COC	2	-	-	2	2
PDTIS	7	-	2	9	8,5
PDTSP	2	-	-	2	2
CPqAM	6	-	-	6	5,7
CPqGM	5	-	1	6	5,7
CPqLMD	1	-	1	2	2
CPqRR	7	1	-	8	7,6
DIREB	1	-	-	1	1
ENSP	11	2	1	14	12,4
EPSJV	-	1	-	1	1
ICC	1	-	-	1	1
IFF	5	-	-	5	4,8
INCQS	1	-	-	1	1
IOC	29	4	1	34	32,5
IPEC	5	-	-		4,8
PROCC	1	-	-	1	1
PRESIDÊNCIA*	-	-	3	3	3
TOTAL	88	8	9	105	100

* Bolsas concedidas em caráter excepcional

Fonte: CRHP/VPPLR

Comparando o quadro acima com o gráfico II, percebe-se que embora o número total de bolsas seja menor do que o previsto (137) e que algumas unidades não estejam com suas cotas totalmente preenchidas – como por exemplo o IOC, que atualmente tem 10 cotas vagas – o percentual de distribuição permanece pouco alterado. Vale ressaltar, que algumas unidades, como Farmanguinhos, não possuem nenhum pesquisador visitante no momento, e outras unidades, como a Presidência, receberam bolsas em caráter excepcional, em virtude do processo de expansão da FIOCRUZ para outros estados como o Mato Grosso. O Projeto de reestruturação elaborado em 2006 previa que as unidades cujo as cotas estejam vagas, tenham perfis contemplados no processo seletivo seguinte.

4.3.1. O modelo de seleção e acompanhamento atual

Desde 2005, o processo seletivo é anual. A preparação do Edital obedece a um cronograma estabelecido pela Coordenação de Recursos Humanos em Pesquisa (CRHP) que emite, no primeiro trimestre de cada ano, um comunicado aos gestores de pesquisa das unidades da FIOCRUZ. Neste documento constam o cronograma do processo seletivo, o quadro com as cotas de bolsa ocupadas e a listagem de bolsistas vigentes; esta última, com a consulta sobre o interesse por parte das unidades em renovar, ou não, as bolsas. É incluído também, o modelo de solicitação de perfil a ser preenchido pelas unidades com as vagas disponíveis.

A partir das respostas das unidades, é consolidado o número de vagas e perfis disponíveis e elaborada a prévia do Edital, que novamente é submetido aos comentários das Unidades e posteriormente a aprovação por parte da Câmara Técnica de Pesquisa. Aprovado o Edital, este é amplamente divulgado, na instituição, em jornais de grande circulação nacional, como também em *sites* e comunidades científicas do Brasil e do exterior. A inscrição é feita exclusivamente pela *Internet*, através do sistema *PV on line*. O período mínimo de validade do Edital são quarenta cinco dias, quase sempre prorrogáveis por duas ou três semanas, dependendo do número de inscritos.

Após o fechamento do sistema e da validação das inscrições, é iniciada a etapa de avaliação através da indicação de pareceristas internos e externos à FIOCRUZ. Os pareceristas internos são indicados pelas Unidades e os externos, que obrigatoriamente, devem ser bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq, são escolhidos pela CRHP através de consultas à Plataforma *Lattes* e ao Diretório de Pesquisas do CNPq. Após o aceite dos pareceristas em participar do processo seletivo, é disponibilizada uma senha para o acesso ao sistema *PV on line* onde constam todos os documentos (descrição do perfil, *curriculum* e memorial do candidato, pré-projeto etc) necessários para avaliação, além da ficha onde o consultor emitirá seu parecer sobre os seguintes aspectos: a trajetória profissional do candidato, a adequação desta trajetória ao perfil pretendido e o envolvimento do candidato na formação de recursos humanos (anexo IV). Em seguida, o Grupo Assessor, indicado através de Portaria institucional, é responsável por sancionar os resultados dos avaliadores e indicar os dois candidatos melhor pontuados para prosseguir na segunda fase da avaliação. Estes candidatos são convocados para entrevistas nas

respectivas unidades que solicitaram o perfil, onde o candidato apresenta seu memorial e onde é avaliado seu domínio científico sobre o perfil desejado (anexo V). Estas entrevistas são realizadas por uma banca tríplice, composta pelo gestor de pesquisa da unidade (ou por um representante por este indicado), o coordenador do projeto que receberá o pesquisador visitante e um representante indicado pela vice-presidência de pesquisa. Os resultados das entrevistas são consolidados para uma segunda reunião do Grupo Assessor que sanciona o resultado final do processo seletivo.

Em seguida, a CRHP prepara a distribuição dos bolsistas entre a FAPERJ e o CNPq, priorizando para esta segunda agência os bolsistas referentes às unidades fora do Estado do Rio de Janeiro, os demais são direcionados à FAPERJ. A implementação das bolsas é realizada pelas respectivas agências, cabendo à CRHP instruir os processos necessários. Após a implementação, cada uma das bolsas pode ter sua situação alterada de ativa para suspensa temporariamente, cancelada ou renovada⁴⁷.

O processo de renovação das bolsas se inicia com a indicação de avaliadores internos à FIOCRUZ, mas externos à Unidade de origem do bolsista, e que tenham bolsa de produtividade do CNPq para avaliação dos relatórios anuais dos bolsistas, conforme o modelo apresentado no anexo IV. O maior peso da avaliação para a renovação das bolsas é o número e o impacto dos artigos publicados, muitas vezes, o próprio conteúdo do relatório não é avaliado, e nem mesmo a descrição original do perfil solicitado – que muitas vezes é alterado durante o transcorrer da bolsa – são recuperados na avaliação para acompanhar se o que foi exigido para o pesquisador visitante em termos de conteúdo e atividades complementares na época do Edital fora realmente cumprido.

O acompanhamento das bolsas, atualmente, dá-se através da execução orçamentária das mesmas. Não há a solicitação de relatórios parciais, nem avaliações intermediárias durante a vigência das bolsas. Os pesquisadores visitantes, após terem suas bolsas concedidas, apresentam relatórios ao término da primeira vigência – caso possuam interesse na renovação da bolsa – ou ao final, para a conclusão do Processo junto às agências de fomento; estes relatórios finais, inclusive, não sofrem nenhum tipo de avaliação. Como pode-se perceber, neste modelo de acompanhamento é impossível identificar e avaliar as atividades dos pesquisadores

visitantes na instituição, nem estabelecer relações entre estas atividades e as necessidades institucionais; o que acaba impossibilitando o planejamento de ações futuras para o Programa. Isto é claramente refletido nos relatórios institucionais, onde apenas é citado o número de bolsas implementadas e o orçamento executado no Programa anualmente.

A EXPERIÊNCIA COMPARADA: PROGRAMAS PARA PESQUISADORES VISITANTES EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Tendo em vista o objetivo central desta pesquisa, fez-se necessária a investigação de outras experiências de programas para pesquisadores visitantes voltados à pesquisa e desenvolvimento tecnológico. A coleta dos dados baseou-se em publicações e documentos institucionais.

Com o exemplo bem sucedido da FAPESP, na década 80 quase todas as instituições brasileiras de fomento à pesquisa passaram a investir em programas para pesquisadores visitantes, onde o objetivo, geralmente, era conceder bolsas para que pesquisadores e professores pudessem, em curtos períodos, colaborar com grupos de pesquisa de universidades e instituições.

Atualmente, os principais programas para PV no Brasil, são oferecidos pelo CNPq e por diversas Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP's) do país, como pode-se observar no quadro a seguir:

Quadro IV: Principais Programas de Bolsas para pesquisadores Visitantes oferecidos no Brasil.

<i>Objetivos/Finalidade</i>	<i>Duração da bolsa</i>	<i>Requisitos</i>
Pesquisador Visitante CNPq		
Possibilitar ao pesquisador brasileiro ou estrangeiro, de reconhecida liderança científica, a colaboração com grupos de pesquisa emergentes ou consolidados, para o desenvolvimento de linhas de pesquisa ou	Período mínimo de 3 e máximo de 12 meses, excepcionalmente prorrogáveis por até 12 meses a critério da Diretoria do CNPq.	Para o Solicitante: ser pesquisador e ter vínculo empregatício ou funcional com instituição nacional. Para o Pesquisador Visitante: ter perfil equivalente a bolsista de Produtividade em Pesquisa categoria 1 nível A ou B do CNPq; ter perfil científico/tecnológico adequado para a finalidade da bolsa; dedicar-se

<p>desenvolvimento tecnológico consideradas relevantes pelo Comitê de Assessoramento da área respectiva e pela Diretoria do CNPq.</p>		<p>integralmente às atividades programadas na instituição de execução; e não acumular a presente bolsa com bolsas concedidas por qualquer agência de fomento nacional. Se brasileiro: ter vínculo empregatício ou funcional com instituição de pesquisa e/ou ensino nacional; e se aposentado, selecionar instituição localizada em região geográfica distinta da de vínculo. Se estrangeiro: estar em situação regular no País e aqui permanecer durante a vigência da bolsa.</p> <p>Para a instituição de execução do projeto: oferecer condições de trabalho e otimizar a participação do Pesquisador Visitante promovendo seminários, debates internos, visitas e encontros com grupos afins de outras instituições.</p>
<p>Pesquisador Visitante FAPERJ</p>		
<p>Propiciar condições para pesquisadores de reconhecida excelência, para desenvolverem atividades de ensino e pesquisa em instituição sediada no RJ.</p>	<p>12 meses sem renovação</p>	<p>1) Ter título de doutor ou equivalente, elevada produtividade de pesquisa e reconhecida liderança em sua área de conhecimento (perfil compatível com o de pesquisador nível 1 do CNPq).</p> <p>2) Demonstrar capacidade de formação de novos pesquisadores. Permanecer em tempo integral em instituição de ensino e pesquisa sediada no Estado.</p> <p>3) O número de pesquisadores visitantes apoiados pela FAPERJ não poderá ultrapassar o teto de 10% do quadro permanente de docentes/pesquisadores com dedicação integral na unidade proponente.</p>

Pesquisador Visitante Emérito FAPERJ		
<p>Propiciar condições para que pesquisadores aposentados residentes no Estado do Rio de Janeiro, em regime de aposentadoria compulsória ou aposentados em outro regime de trabalho e com idade superior a 70 (setenta anos), possam continuar desenvolvendo atividades de ensino e pesquisa em instituição sediada no mesmo Estado.</p>	<p>Até 24 meses renováveis por igual período</p>	<p>1) Ter título de doutor ou equivalente e encontrar-se em situação de aposentadoria compulsória ou em caso de aposentados em outro regime e com idade superior a 70 (setenta) anos, apresentando elevada produtividade de pesquisa e reconhecida liderança em sua área de conhecimento, demonstrada através de importante contribuição científica para a área ao longo de sua carreira acadêmica (perfil compatível com o de pesquisador nível 1 A do CNPq).</p> <p>2) Continuar demonstrando capacidade de formação de novos pesquisadores.</p> <p>3) Permanecer em tempo integral em instituição de ensino e pesquisa sediada no Estado.</p> <p>4) O número de pesquisadores visitantes apoiados será estipulado pela Diretoria da FAPERJ, sendo que cada instituição somente poderá pleitear uma bolsa desta modalidade.</p>
Pesquisador Visitante FAPEAL		
<p>Destinada a dar suporte ao Pesquisador Visitante quando permanecer no Estado por período superior a 90 dias. Deverá, portanto, dar continuidade ao plano de trabalho referente ao</p>	<p>3 a 9 meses</p>	<p>A solicitação deve ser feita pelo coordenador do projeto ao qual o pesquisador Visitante está vinculado.</p> <p>O valor da bolsa será compatível com o nível equivalente à qualificação do Pesquisador, dentro dos enquadramentos das Universidades</p>

<p>Auxílio à vinda de Pesquisador Visitante (auxílio destinado a cobrir despesas com transporte e manutenção no período de 15 a 90 dias)</p>		<p>Federais</p> <p>O Plano de Trabalho do visitante não pode se restringir a atividades docentes; ele deverá, necessariamente, incluir atividades de pesquisa ou de orientação de estudantes de pós-graduação ou ainda de técnicos.</p>
Auxílio Pesquisador Visitante FAPESP		
<p>Destina-se a cobrir, total ou parcialmente, as despesas referentes à visita de pesquisador experiente, vinculado a instituição de pesquisa do exterior ou do Brasil a uma instituição de pesquisa no Estado de São Paulo, por um período contínuo e não superior a um ano. O objetivo principal é viabilizar a colaboração entre pesquisadores no desenvolvimento de projetos de pesquisa em andamento, ou a ponto de serem iniciados, na instituição anfitriã.</p>	<p>Até 12 meses Improrrogáveis</p>	<p>Para o PV : Ter título de doutor ou equivalente. Ter expressiva produção científica ou tecnológica.</p> <p>Para o Pesquisador Responsável: Ter título de doutor ou qualificação equivalente. Ter expressiva produção científica ou tecnológica. Ter vínculo formal com instituição de pesquisa do Estado de São Paulo. (1. Quando o vínculo não for empregatício será necessário apresentar cópia do documento que formaliza a vinculação do Pesquisador Responsável à instituição. 2. Quando o Pesquisador Responsável for estagiário de pós-doutoramento será necessário apresentar com a proposta, além do documento que formaliza o vínculo mencionado no item anterior, uma carta do supervisor do projeto de pós-doutoramento referendando a solicitação.)</p>
Pesquisador Visitante FAPERGS		
<p>Permitir a pesquisadores qualificados,</p>	<p>12 meses renováveis por mais 12 meses</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Demonstrar produtividade em Pesquisa. • Dedicar-se em tempo integral às

<p>brasileiros ou estrangeiros, em atividade ou aposentados, com produtividade em pesquisa, a realização de estágios em centros de pesquisa e/ou de ensino superior do Estado.</p>		<p>atividades previstas no Plano de Trabalho encaminhado à FAPERGS.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar comprovante de liberação de suas atividades, na instituição de origem, quando cabível.
<p>Pesquisador Visitante FAPESB</p>		
<p>A bolsa destina-se a cobrir, total ou parcialmente, as despesas referentes à visita de pesquisador sênior, vinculado a uma instituição de ensino superior e/ou centro de pesquisa científica e/ou tecnológica no país ou no exterior, a uma instituição de pesquisa do Estado. Seu objetivo principal é viabilizar a colaboração entre pesquisadores no desenvolvimento de projetos de pesquisa ou de determinada atividade científica e/ou tecnológica.</p>	<p>02 (dois) a 12 (doze) meses, sendo permitida renovação, não podendo o período total ultrapassar 18 (dezoito) meses.</p>	<p>Pesquisador Visitante: 1) Ser pesquisador com produtividade científica destacada, com título de Livre Docente ou Doutor obtido em Programa de Pós-Graduação <i>strito sensu</i> reconhecido pela CAPES (no caso de pertencer ao quadro de instituição brasileira) ou ter título de Doutor no caso de pertencer a instituição estrangeira; 2) Integrar Grupo de Pesquisa cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (para o caso de pesquisadores vinculados a instituições sediadas no país); 3) Dedicar 40 horas semanais às atividades previstas no seu plano de trabalho; 4) Ter vínculo empregatício com uma instituição de ensino superior e/ou centro de pesquisa científica e/ou tecnológica sediada em outro Estado do país ou no exterior; 5) Possuir currículo atualizado na Plataforma Lattes (para pesquisadores vinculados a instituições sediadas no país), ou similar (para pesquisador com vínculo institucional no exterior).</p> <p>Responsável Institucional: 1) Ser</p>

		<p>pesquisador com produtividade científica destacada, com título mínimo de Livre Docente ou Doutor obtido em Programa de Pós-Graduação strito sensu reconhecido pela CAPES, ou formalmente convalidado no Brasil, se obtido no exterior; 2) Integrar Grupo de Pesquisa cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq; 3) Ter vínculo empregatício em Tempo Integral ou Dedicção Exclusiva com a instituição de ensino superior ou centro de pesquisa científica e/ou tecnológica sediado no Estado da Bahia, onde será desenvolvido o projeto; 4) Responsabilizar-se pelas atividades do Pesquisador Visitante, de acordo com seu plano de trabalho; 5) Possuir currículo atualizado na Plataforma <i>Lattes</i>.</p>
--	--	--

Pesquisador Visitante FAPEMIG

<p>Pesquisadores do Brasil e do exterior podem obter bolsa de visitante para o trabalho temporário em instituições de ensino e/ou pesquisa sediadas no Estado de Minas Gerais.</p> <p>A instituição que deseja receber o pesquisador visitante deve indicar sua relevância para o trabalho de pesquisa no qual ele irá trabalhar.</p>	<p>A duração máxima é de seis meses, e, a mínima, de 30 dias, com a possibilidade de prorrogação por mais um período de seis meses, condicionada à avaliação positiva dos resultados apresentados.</p>	<p>É exigida do candidato a titulação mínima de doutor, para os três níveis nos quais a bolsa está classificada. Determinam essa classificação a produção acadêmica, o tempo de atividades curriculares na área correlacionada ao projeto e de titulação de pós-doutor. Não é permitido ter outra bolsa de pesquisa e exige-se a dedicação integral e exclusiva às atividades do plano de trabalho.</p> <p>O coordenador da pesquisa deve ser o chefe do setor onde será desenvolvido o plano de trabalho do bolsista. É preciso apresentar plano de trabalho a</p>
---	--	---

		<p>ser cumprido pelo pesquisador visitante, além de indicar sua necessidade e a relevância de sua contribuição para a pesquisa.</p>
<p>Programa de apoio a Pesquisador Visitante (Fundação Araucária – Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná)</p>		
<p>Incentivar a realização de visitas de curta ou média duração às instituições públicas e privadas sem fins lucrativos de Ensino Superior e aos Institutos de Pesquisa de caráter público do Paraná, de pesquisadores, preferencialmente estrangeiros, cuja formação e experiência profissional representem uma contribuição inovadora aos cursos de pós-graduação stricto sensu e à consolidação de grupos pesquisa sediados no Estado do Paraná.</p>	<p>4 a 12 meses com a possibilidade de uma renovação por até 12 meses.</p>	<p>Para a modalidade A: Pesquisador Visitante Sênior: 1) Ter o título de doutor ou equivalente há mais de cinco anos; 2) Ter produção acadêmica relevante, equivalente, no mínimo, à do pesquisador CNPq da Categoria 2;3) Estar vinculado a alguma instituição do país diferente da instituição proponente ou ser aposentado de outra instituição (exceto a proponente); no caso de estrangeiros, atuar efetivamente no exterior e não possuir visto permanente no Brasil;</p> <p>Para a modalidade B: Pesquisador Visitante recém-doutor: 1) Ter o título de doutor há menos de cinco anos e não ter realizado o doutorado na mesma instituição que abriga o curso de pós-graduação em que pretende atuar; 2) Ter produção científica relevante, no mínimo compatível com o tempo de sua titulação; apresentar projeto de pesquisa próprio e ter experiência em orientação e execução de projetos de pesquisa; 3) No caso de estrangeiros, não possuir visto permanente no Brasil;</p> <p>Em ambas as modalidades: 1) Estar apto a dedicar-se em regime integral às rotinas acadêmicas e de pesquisa do</p>

		curso de Pós-Graduação e de atividades previstas no plano de trabalho que se apresenta; 2) Ter capacidade de comunicação para ministrar cursos e conferências; 3) Não acumular o recebimento de bolsa de outras agências ou entidades brasileiras exceto bolsa de produtividade em pesquisa.
Programa Pesquisador Visitante FIOCRUZ		
Selecionar pesquisadores para atuar em projetos de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico, bem como nos programas de pós-graduação <i>strictu e latu senso</i> e de iniciação científica, nas áreas das Ciências da Saúde, das Ciências Biológicas, das Ciências Exatas e da Terra, das Engenharias, das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas em Saúde junto às unidades da Fundação Oswaldo Cruz.	24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis por um período máximo de 12 (doze) meses.	<p>Para Pesquisador Junior: ter o doutorado concluído há menos de 5 anos em instituições nacionais ou estrangeiras e com experiência compatível.</p> <p>Para Pesquisador Pleno: ter o doutorado concluído há 5 anos ou mais em instituições nacionais ou estrangeiras e experiência compatível.</p> <p>Em ambas as modalidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Possuir o título de Doutor; - Não possuir vínculo empregatício; - Dedicar-se integralmente às atividades programadas pela Unidade de destino; - No caso de candidatos inscritos para Unidades localizadas em municípios / estados distintos de seu domicílio, o candidato deverá manifestar sua disponibilidade para mudar-se; - Não acumular a bolsa com bolsas concedidas por qualquer agência de fomento nacional ou internacional.

Comparando os programas descritos acima, pode-se perceber que o Programa PV FIOCRUZ apresenta características diferenciadas dos demais: além de possuir o período de duração de bolsa mais longo - até 36 meses - enquanto os outros programas apresentam média de 12 meses; e de não exigir que o candidato a PV tenha produtividade compatível com pesquisadores da Categoria 1 do CNPq; o programa da FIOCRUZ também é o único que tem como requisito a obrigatoriedade do pesquisador visitante não possuir vínculo empregatício com alguma instituição.

Entretanto, apesar das diferenças na concessão e requisitos para bolsas, um fato é comum a todos estes programas: o modelo de avaliação e seleção de projetos fundamenta-se na avaliação por pares, que tem como base, o conhecimento dos cientistas, reconhecidos pela coletividade científica na qual se situam como possuidores de condições privilegiadas para julgar as pesquisas e instituições de sua área⁴⁸.

Segundo Schwartzman, “para garantir que os recursos para a ciência e tecnologia não se percam no sustento de atividades rotineiras de ensino e de práticas de baixo conteúdo científico e tecnológico, os cientistas sustentam a necessidade da revisão por pares e o uso de indicadores de publicação e experiência prévia como critério principal para a seleção de projetos e distribuição de recursos. Eles vêem com desconfiança o uso de critérios não científicos, tais como a relevância social ou econômica, como base da avaliação de projetos, bem como a participação de não-cientistas nas comissões e conselhos de avaliação”³⁶.

Este modelo de avaliação, tem como base a avaliação utilizada pela Comissão de Avaliação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a agência brasileira responsável pela avaliação da educação superior que, há muitas décadas, mantém um mecanismo bem-sucedido para avaliação feita por pares dos programas de pós-graduação³⁶. O sistema CAPES de avaliação ao longo de seus mais de 30 anos de existência, teve resultados extraordinários, ao estabelecer parâmetros de qualidade para a pós-graduação brasileira, que hoje é a melhor de toda a América Latina, e comparável ou superior, na ponta, à de muitos dos países mais desenvolvidos. Seu segredo tem sido, primeiro, fazer uso sistemático de indicadores de produtividade acadêmica, em seus diversos aspectos; e segundo, combinar estes indicadores com procedimentos de revisão por pares, que avaliam os dados disponíveis e dão legitimidade ao processo.

Na prática, a avaliação pelos pares apresenta uma ampla variação de procedimentos de avaliação que não obedecem a um único método. Geralmente, corresponde a um mecanismo corporativo de aceitação e controle por parte dos membros mais antigos e detentores de posições mais elevadas. As fórmulas específicas, no entanto, variam desde exames públicos realizados com a presença de uma banca constituída por especialistas reconhecidos na comunidade, como por exemplo ocorre nas universidades; ou no mecanismo utilizado na submissão de artigos científicos, no qual um ou mais especialistas fornecem em anonimato seus pareceres sobre uma produção acadêmica também anônima, tendo como intermediário um editor ou um conselho científico⁵⁰. Diferentes organizações de ensino e pesquisa, as agências de financiamento da pesquisa ou revistas científicas desenvolveram e utilizam variações próprias da avaliação pelos pares, como exemplifica o quadro a seguir. Entretanto, todos compartilham características comuns de serem avaliações onde ainda prevalecem fundamentos meritocráticos e corporativos⁴⁹.

Quadro V: Mecanismos típicos de avaliação para auxílio financeiro em agências de fomento e universidades

<i>Tipo de auxílio à pesquisa</i>	<i>Mecanismos típicos de utilização</i>	
	<i>Concessão</i>	<i>Avaliação</i>
Financiamento institucional	Bibliometria Avaliação Institucional	Bibliometria Avaliação por pares Auto-avaliação Comissões de avaliação Comparações referenciadas (benchmarks)
Projetos	Avaliação pelos pares	Avaliação pelos pares Análise de relatórios Publicações
Bolsas para estudantes e pesquisadores	Avaliação pelos pares	Número de pós-graduandos Acompanhamento de carreira Publicações

Fonte: adaptado de Zackiewicz, 2005.

Apesar da grande eficácia em sua utilização, a avaliação por pares e a bibliometria possuem limitações importantes⁵⁰: a dificuldade de estender os critérios e procedimentos de avaliação próprio das ciências básicas da natureza para as áreas

aplicadas e de ciências sociais e humanas; a dificuldade em lidar com áreas novas, ou interdisciplinares, que não se enquadram facilmente nos moldes das disciplinas mais tradicionais e institucionalizadas; a dificuldade de controlar a diversificação cada vez maior do sistema de pós-graduação no país, com a proliferação dos MBA, dos cursos de extensão, de convênios e títulos conjuntos com universidades estrangeiras, cursos semipresenciais etc e, principalmente a valorização excessiva do lado acadêmico da atividade de pesquisa, em detrimento de seu lado mais aplicado e prático³⁶. Outros autores salientam ainda que entre as principais fragilidades apontadas na revisão por pares estão: a lentidão, dificuldade de detectar fraudes e erros estatísticos, rejeição de novas idéias, subjetividade, conservadorismo, favorecimento às redes elitistas em detrimento a outros grupos como pesquisadores jovens e de academias de menor prestígio^{51,52}. Estes preconceitos, não são cometidos somente em relação às pessoas, mas também referem-se às linhas teóricas de investigação, à metodologia empregada, à abordagem de temas e outros aspectos.

Por isso, embora a avaliação por pares e a produtividade acadêmica sejam mecanismos de avaliação eficientes para as instituições de fomento, cada vez mais é necessário o uso de critérios e indicadores de avaliação da pesquisa que reflitam não apenas seu mérito científico, mas também – e especificamente no caso da FIOCRUZ - sua aplicabilidade e relevância dentro do contexto de C,T &I do país.

CAPÍTULO 6

ANÁLISE DOS DADOS

Esta parte do trabalho traz os resultados obtidos a partir da análise dos questionários e da síntese das entrevistas, com objetivo de identificar as relações causais para avaliar o Programa Pesquisador Visitante FIOCRUZ e promover a correlação entre os procedimentos da gestão do Programa com os conceitos explorados no referencial teórico.

6.1. Os pesquisadores visitantes FIOCRUZ

Os pesquisadores visitantes da amostra selecionada foram convidados para o preenchimento de questionários cujo objetivo principal era a identificação das atividades dos Pesquisadores Visitantes na FIOCRUZ.

Os questionários abertos foram estruturados com questões relativas às atividades desenvolvidas, produção acadêmica, dados dos projetos desenvolvidos, cooperações com outros grupos de pesquisa, além da percepção dos Pesquisadores Visitantes sobre a gestão do Programa e sugestões para seu aprimoramento.

Dos 31 questionários recebidos, dois não foram contabilizados nesta análise, tendo em vista que os pesquisadores visitantes tiveram menos de 12 meses de bolsa. Os 29 questionários analisados referem-se a pesquisadores visitantes com mais 24 meses de bolsa na FIOCRUZ e representam 28% do total de PVs vigentes.

Os dados analisados são apresentados a seguir.

a) Produção acadêmica relativa ao período da bolsa

De fato, a publicação científica é uma forte característica destes bolsistas. Foram totalizados 175 artigos, gerando a média de 6.25 artigos por PV, o que pode ser considerada alta para um período de em média 36 meses. Apenas um pesquisador visitante declarou que não publicou nenhum artigo científico durante o período da bolsa.

Foram contabilizados ainda 234 participações em eventos científicos, 60 trabalhos submetidos para publicação e 8 pareceres *ad hoc* para períodos internacionais. Entretanto, nenhuma patente (ou possibilidade futura) foi requerida.

b) Participação em Programas de Pós-graduação e formação de Recursos Humanos

Dentre os PVs que responderam ao questionário, 14 (48%) informaram que não participaram, como docentes, em nenhum programa de Pós-Graduação. Dos que responderam positivamente, mais de 85% referem-se a Programas da FIOCRUZ.

Foram contabilizadas 88 participações em bancas de Pós-Graduação, 182 aulas ministradas, 44 orientações de bolsistas de Iniciação Científica, 24 orientações de Mestrado e 10 de Doutorado.

c) Cooperações científicas com outros grupos de pesquisa e instituições

Apenas 4 pesquisadores (13%) declararam que não contaram com nenhum tipo de cooperação com outros grupos de pesquisa e/ou instituições.

Foram registradas 28 cooperações entre grupos da FIOCRUZ, 37 cooperações com instituições nacionais e 21 com institutos internacionais nos EUA, França, Alemanha, Argentina, Espanha, Rússia, Inglaterra entre outros países.

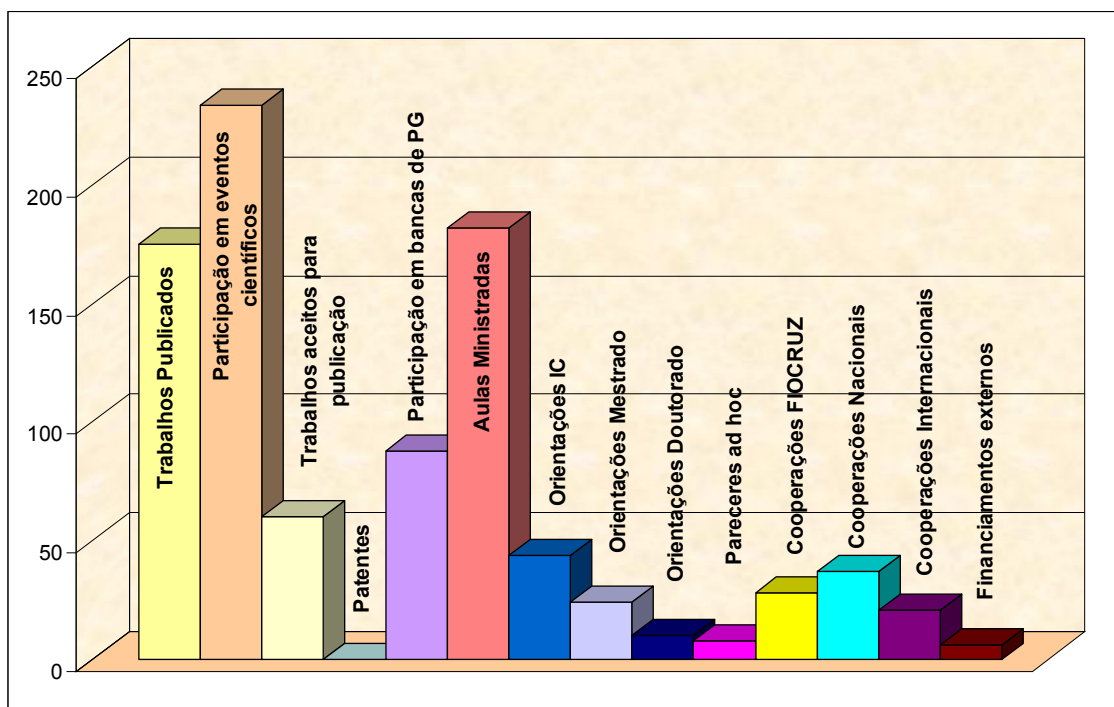
Destas cooperações, mais de 60% foram declaradas como cooperações em todas as fases do projeto.

d) Projetos e financiamentos externos

Cinco pesquisadores visitantes declararam que obtiveram projetos e auxílios financeiros externos, além de um Projeto PAPES concedido pela própria FIOCRUZ. Este número só não é maior por que para a maioria dos Editais das agências de fomento é necessário que o pesquisador possua vínculo empregatício com a

instituição onde a pesquisa é realizada, o que limita a submissão de projetos por parte dos PVs.

Gráfico V: Atividades dos Pesquisadores Visitantes FIOCRUZ



e) Dificuldades para a execução dos projetos

A maior parte dos pesquisadores visitantes relataram problemas referentes a infra-estrutura para pesquisa, como a obtenção de reagentes, utilização de equipamentos, problemas no laboratório e burocracia no processo de aquisição de materiais. Foram relatados também problemas inerentes à condição temporária dos pesquisadores na instituição, que não permite que os mesmos possam exercer uma série de atividades. Alguns relatos dos próprios PVs são transcritos abaixo:

“O PV tem quase todas as atribuições do Pesquisador do quadro efetivo. Entretanto, encontra-se desorganizado, o que dificulta pleitear direitos gozados pelo pesquisador. Ex: o PV sofre dificuldades para credenciar-se como orientador dos cursos de mestrado e doutorado e acaba atuando como co-orientador (mas orientando efetivamente estes alunos)”

“A falta de apoio financeiro para viagens de coleta em campo, para participação em congressos no exterior. Os alunos tem

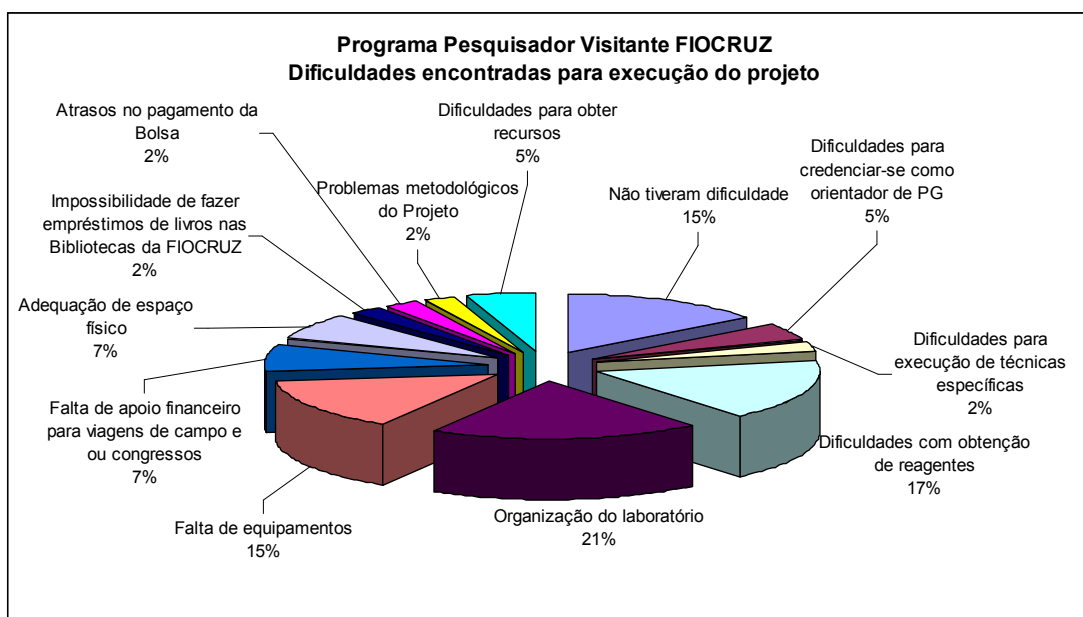
alguma ajuda da pós-graduação, mas o pesquisador visitante não tem a quem recorrer para ter auxílio”

“Dificuldades intrínsecas à condição de bolsista. A situação de participante provisório em um grupo de pesquisa não permite que se possa fazer planos de trabalho de longo prazo.”

“Impossibilidade de pegar empréstimos na biblioteca. Só consulta, é um absurdo!”

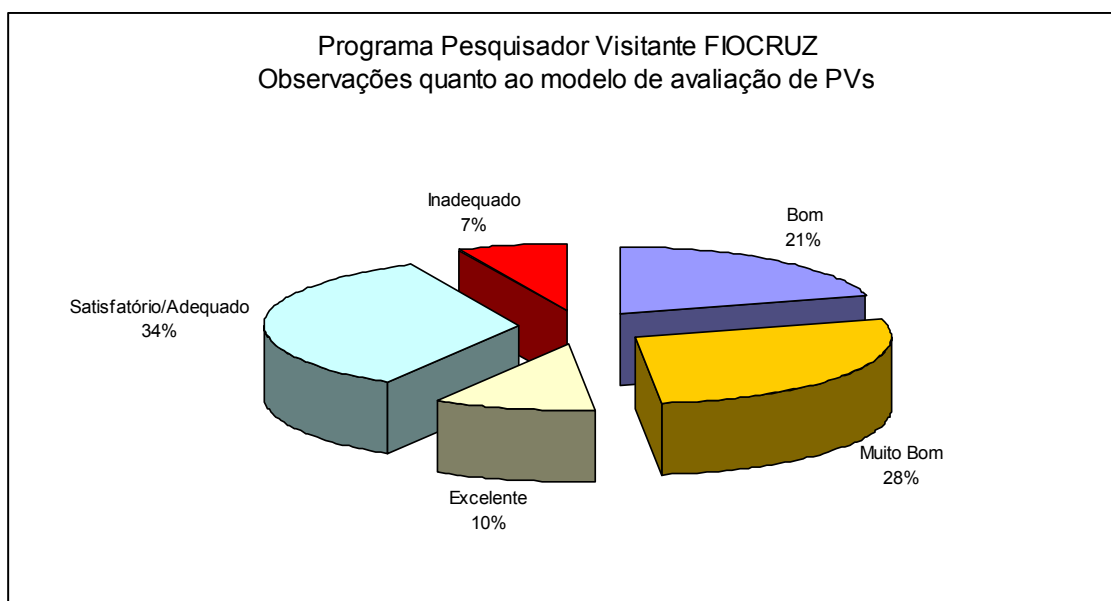
“A restrição de atuação profissional em função da ausência de vínculo permanente com a Fiocruz. Este fato dificultou: conseguir financiamento para projetos, por exemplo, a Faperj só aceita pedidos de pesquisadores com vínculo empregatício; a obtenção de bolsas de estudo para alunos (estágio curricular na Fiocruz, Faperj, etc); e manter no laboratório, estagiários de iniciação científica ou mesmo estudantes de Pós-graduação, treinados durante anos e envolvidos com os projetos, devido a instabilidade de vínculo do PV com a instituição. A cada renovação ou pedido novo de bolsa PV, o grupo se desfaz ou diminui.”

Gráfico VI: Dificuldades encontradas pelos Pesquisadores Visitantes FIOCRUZ na execução dos projetos de pesquisa



Também foi questionada a opinião dos PVs quanto ao modelo de seleção, acompanhamento e avaliação de pesquisadores visitantes na FIOCRUZ, o resultado é demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico VII: Opinião dos Pesquisadores Visitantes FIOCRUZ quanto ao modelo de seleção, avaliação e acompanhamento.



A maior parte dos pesquisadores citou que a seleção é transparente e objetiva. Alguns citaram que é necessário que os candidatos e os detentores de perfis indiquem potenciais conflitos de interesses a fim de não prejudicar o processo seletivo. Os pesquisadores que classificaram o modelo de avaliação como inadequado referiram-se exclusivamente contrários à distribuição de cotas por unidades.

Foram registradas, também, sugestões por parte dos pesquisadores visitantes para o aprimoramento do programa; apenas 4 pesquisadores não indicaram nenhuma sugestão. Segue, abaixo, uma síntese das sugestões dos pesquisadores visitantes:

- 1 – o estímulo para a candidatura de líderes para a “classe PV”;
- 2 – possibilitar a sugestão de pesquisadores com conflitos de interesse como avaliadores dos processos de ingresso no programa e avaliação de relatórios, como atualmente fazem os periódicos científicos;

- 3 – a criação de um programa de auxílio financeiro só para atividades realizadas por pesquisadores visitantes. Isso não significa 100% de auxílio nos custos de um congresso ou viagem, mas uma parte desse custo poderia ser feito pela FIOCRUZ;
- 4 – a realização de reuniões pessoais com a coordenação que poderiam ajudar ao pesquisador a aprimorar o seu trabalho e dar um melhor retorno para a unidade e instituição;
- 5 – a indicação de profissionais nas unidades responsáveis pelo acompanhamento do programa;
- 6 - a realização de seminários para levantamento de necessidades, acompanhamento das atividades e divulgação da produção dos PVs;
- 7 – a divulgação dos resultados das avaliações feitas através de boletins, seminários;
- 8 – o Programa deveria sempre buscar abrir linhas inovadoras de pesquisa, especialmente nas questões nas quais a FIOCRUZ ainda não detém massa crítica. Nesse sentido, os PVs deveriam ter mais liberdade de criar disciplinas, cursos e atividades de extensão que contemplem suas linhas de pesquisa;
- 9 – a inclusão de cursos como o de Biossegurança logo na entrada do programa;
- 10 – nos editais poderia ser dada mais relevância e incentivado o desenvolvimento de projetos apresentados pelo candidato e não de projetos do chefe de laboratório. Com isso a FIOCRUZ contribuiria com a formação de pesquisadores com linhas de pesquisa próprias;
- 11 – a inclusão de taxa de bancada e eventos tipo jornada científica para acompanhamento dos trabalhos;
- 12 – o direito à insalubridade;
- 13 – o incentivo, por parte da FIOCRUZ para a formação de RH e participação em bancas de pós-graduação.
- 15 – a criação de oportunidades aos pesquisadores visitantes em apresentar palestras na instituição.

6.2. A percepção dos gestores

As entrevistas com os gestores do Programa na FIOCRUZ e com os gestores de pesquisa nas unidades, tiveram como objetivo a caracterização do Programa dentro da instituição além da exploração de tópicos de interesses para a avaliação e monitoramento do Programa.

As questões foram semi-estruturadas em três eixos principais : (i) a caracterização e os objetivos do Programa na Instituição e nas unidades; (ii) a

articulação destes objetivos com a Política Nacional de Ciência, Tecnologia & Inovação em Saúde (PNCTIS) e com os objetivos estratégicos da FIOCRUZ; (iii) o processo de seleção, acompanhamento e avaliação de pesquisadores visitantes.

Em relação aos objetivos do Programa percebe-se que a visão dos gestores da instituição e a dos gestores das unidades são bastante diferenciadas: enquanto para os primeiros o Programa é uma política institucional para a indução da pesquisa, para as unidades, o Programa é uma maneira de fixar pesquisadores que atuam na instituição, mas que ainda não possuem vínculo empregatício. Que pode ser comprovada através dos seguintes depoimentos:

“É um Programa de política institucional. Na maneira como ele está estruturado hoje, é um programa de política institucional.” (ator 1)

“Eu o vejo como um programa de indução à pesquisa ao nível de programas estratégicos, por mais que cada unidade tenha sua opção de como selecionar o pesquisador, a vice-presidência deveria ter a visão do PV como indução à pesquisa para o desenvolvimento de linhas novas, o objetivo deveria ser esse e eu gostaria do PV com essa visão, mas na prática isto não acontece. Até mesmo porque, não se sabe o critério de como os perfis são selecionados nas unidades.” (ator 2)

“O que eu vi mais nestes anos foi, não foi trazer gente nova não, mas fixar as pessoas que já estão aqui. Aconteceram editais de pessoas externas ingressarem, mas é muito raro, e geralmente quem ingressa são pessoas que já trabalham aqui e fazem parte do projeto.”(ator 4)

“Suprir ou desenvolver determinadas áreas, fortalecer a pesquisa, como também atender às demandas de alguns departamentos. Também predomina a lógica de incorporação de pessoal, eu não vejo na prática a idéia de se formar um pesquisador por 2 ou 3 anos e depois liberá-lo... a tendência é de que o bom PV continue na instituição.”(ator 5)

Entretanto, é consenso de que os objetivos – e principalmente a execução – do Programa atualmente estão totalmente desarticulados de uma planejamento estratégico institucional e com a Política Nacional de Ciência, Tecnologia & inovação em Saúde, como pode ser observado na fala abaixo:

“Eu acho que não. Eu acho que o PV teve uma melhoria se comparado a outros programas de bolsa e fomento na FIOCRUZ, mas ainda está longe de passar por aquilo que seria um planejamento estratégico. Eu diria que o PV funciona em uma certa lógica e o sistema de planejamento da instituição funciona de outra. ...Ao meu ver, para estar de acordo com premissa que a gente tem de planejamento, o PV deveria estar organizado de modo que a alocação das bolsas e a definição dos perfis dos pesquisadores visitantes necessários estivesse de acordo com as

prioridades institucionais no campo da pesquisa.... nós deveríamos ter um conjunto de critérios que alinhasse o perfil dos bolsistas às necessidades das pesquisas no âmbito da FIOCRUZ.” (Ator 3)

Que pode ser complementado com o seguinte depoimento:

“Existem dois problemas: o primeiro é a clareza das prioridades na pesquisa, na medida em que poderiam ser melhores explicitadas, ainda são muito veladas. É muito difícil definir prioridades na pesquisa porque cada um puxa a brasa para o seu lado. Em segundo lugar, eu creio que a gente poderia colocar no processo que o PV venha para cá para aportar um conhecimento novo, para fomentar uma nova linha de pesquisa, para ajudar a capacitar os pesquisadores que aqui estão trabalhando embrionariamente em determinado projeto que são de relevância para o país como, por exemplo a dengue. Mas com os valores das nossas bolsas seria um pouco difícil conseguir pesquisadores seniores para aportar conhecimentos novos para a instituição.” (Ator 6)

Tanto os gestores do Programa, como do planejamento da instituição e os coordenadores de pesquisa, acreditam que o estabelecimento de prioridades, de áreas estratégicas e linhas de pesquisa a serem fomentadas e conseqüentemente relacionadas com a alocação de vagas e perfis deveriam ser definidos pelo CD da FIOCRUZ.

Outro aspecto levantado nas entrevistas foi a distribuição de cotas de bolsa para as unidades. Para a gestão do Programa, as cotas precisam ser revistas e alinhadas a objetivos institucionais; para o Planejamento da FIOCRUZ, a distribuição de cotas interfere nos objetivos iniciais do Programa e nem todas as unidades precisam de pesquisadores visitantes:

“O programa está se deixando capturar por uma certa lógica de distribuição para cada unidade. Ao meu ver, para estar de acordo com premissa do que a gente tem de planejamento, o PV deveria estar organizado de modo que a alocação das bolsas e a definição dos perfis dos pesquisadores visitantes necessários estivesse de acordo com as prioridades institucionais no campo da pesquisa. Admitindo inclusive a possibilidade de algumas unidades não tenham PV. Ou seja, nós deveríamos ter um conjunto de critérios que alinhasse o perfil dos bolsistas às necessidades das pesquisas no âmbito da FIOCRUZ.” (Ator 3)

Para as unidades, apesar de toda a discussão desde 2006, quando foi adotado o sistema, nenhum dos entrevistados conseguiu expressar com clareza se dentre as

cotas ou a demanda espontânea, qual seria o melhor modelo para a FIOCRUZ. Os três coordenadores de pesquisa entrevistados, ao serem perguntados sobre o que pensam sobre a questão de distribuição de cotas responderam da seguinte forma:

“Eu já pensei muito nisso... é muito difícil avaliar, por um lado você estabelece um número definido e fica engessado, mas por outro lado impede que certas unidades que tenham uma tradição muito mais ligadas à pesquisa consigam todas as bolsas, como ocorria no passado. As cotas tornaram o programa mais igualitário.” (Ator 4)

“É difícil. Eu acho que a cota em um certo sentido é positiva pois ainda prevalece muito na instituição a idéia que pesquisa é só a pesquisa básica e por isso é prioritária. Pesquisa em saúde pública também é pesquisa! Por demanda espontânea, algumas unidades sempre vão levar muito mais bolsas. As cotas dão um pouco de equilíbrio nessa distribuição, mas é óbvio que se devem definir bem quais são os critérios que entram na distribuição: número de grupos de pesquisa, programas de PG, número de pesquisadores com bolsa de produtividade etc. Eu acho que as cotas são uma boa estratégia...” (Ator 5)

“Sinceramente não sei. Deveria ter um orçamento mínimo para as cotas e uma parte para a demanda espontânea das unidades” (Ator 6)

A maior parte do tempo das entrevistas foi dedicado à discussão do modelo atual de seleção, avaliação e acompanhamento das bolsas. Os dados obtidos serão relatados a seguir em três partes distintas.

a) seleção de novos pesquisadores visitantes

Para os gestores do Programa e para o Planejamento, o processo seletivo, independente de ser pelo modelo de cotas ou por edital público, deve ser marcado pela definição de prioridades institucionais para o estabelecimento dos perfis, que devem estar ligados ao PPA-FIOCRUZ e às demandas do Ministério da Saúde:

“Mesmo que a unidade traga as suas demandas, isso tem que ser revisto conforme uma política da Vice-Presidência, no tocante ao que ela imagina para o programa. Deveria ser feita uma seleção dos perfis, saber quais estão ligados ao PPA da FIOCRUZ...quais são as linhas de pesquisa que estão sendo contempladas e aí uma nova avaliação para definir quais são as áreas e perfis de PV para o edital” (Ator 2)

“Em primeiro lugar em relação à seleção eu adotaria um modelo diferente: hoje me parece que a primazia da seleção de PVs é a avaliação por pares. Eu acho que deveriam ser acrescentadas outras variáveis. É óbvio que não se pode destituir o mérito científico para a avaliação do PV é uma condição ‘si ne quanon’, mas nós precisaríamos introduzir duas outras coisas: primeiro um critério de prioridades de programas para a seleção e

incluir avaliadores externos não-cientistas, incluir como participantes da seleção, gestores do sistema da saúde por exemplo, poderíamos ter alguém da gestão do Ministério da Saúde participando da seleção de projetos de bolsistas, não para a avaliação científica, mas para a avaliação de relevância institucional.” (Ator 3)

Enquanto para as unidades, o maior problema em relação ao processo seletivo, além da avaliação em cima de indicadores bibliométricos, é o fato do candidato a pesquisador visitante apresentar ou não um projeto de pesquisa:

“Nos últimos 3 anos, tiveram situações diferentes, em alguns anos que prevaleceu muito a ótica de publicações científicas, ultimamente não. O potencial de um candidato não está no que ele publicou, está na história dele. Tem gente que tudo o que faz, faz bem. O potencial vai além de publicações, principalmente no caso de recém doutores. Você não pode querer que ele tenha muitas (e as melhores) publicações naquela área. Por causa dessa lógica, se perdeu muita gente boa no passado. O comitê da unidade indicou a pessoa e o comitê final não aprovou simplesmente por causa das publicações. No último ano foi melhor, a unidade participou de todo o processo.. O projeto serve para beneficiar as cartas marcadas. Se você pede um projeto não pode ser genérico. Ele cumpre os objetivos para saber como o candidato expõe suas idéias, mas não estou certa se o projeto é o melhor para avaliar. Quando a pessoa já convive com o grupo de pesquisa, com certeza fará o projeto melhor do que um candidato que venha de fora.”(Ator 5)

“Teve uma época que o pesquisador não avaliava nenhum projeto para a seleção, assim é difícil saber como o candidato, se posiciona frente a uma linha pesquisa, principalmente por ser um edital aberto para o Brasil inteiro... poderíamos receber PVs de qualquer lugar, sem conhecer, com um currículo bom, mas sem um projeto é difícil de avaliar.” (Ator 4)

Outra questão apontada pela gestão do Programa é o fato do coordenador do projeto não sofrer nenhum tipo de avaliação:

“Não entra na minha cabeça que no PIBIC o orientador é praticamente virado de cabeça para baixo. No PV, ele não sofre avaliação nenhuma.” (Ator 1)

“O orientador tinha que ser um bloco da avaliação. O problema é que no modelo atual você não tem como fazer isso, porque já vem para nós definidos para quem vão os perfis nas unidades.” (Ator 2)

b) acompanhamento dos projetos

As três unidades entrevistadas informaram que houve a tentativa, por parte das coordenações de pesquisa, em acompanhar a execução dos projetos através de relatórios semestrais ou instrumentos semelhantes. Entretanto, por não se tratar de uma avaliação obrigatória vários pesquisadores visitantes acabaram não aderindo ao processo. Na realidade, segundo o relato dos entrevistados, como a gestão das bolsas é feita na Vice-Presidência, a solicitação de relatórios semestrais para os pesquisadores visitantes com vistas ao acompanhamento sobre a execução dos projetos só seria efetivamente aceita se fosse obrigatória e partisse da Coordenação do Programa.

A coordenação do Programa, por sua vez, também acredita que os pesquisadores devam passar por um processo de acompanhamento, mas ainda não possuem instrumentos para isto:

“Os PVs também tem que passar por uma avaliação de desempenho, como por exemplo o que se pretende fazer com o PAPES. Não estou falando de execução orçamentária, mas de acompanhamento e execução do projeto.” (Ator 1)

Uma sugestão apontada foi a descentralização do monitoramento dos projetos, que ficaria, obrigatoriamente a cargo das unidades:

“Deve se estabelecer um processo de monitoramento contínuo e sério...aqui chegou-se a fazer o acompanhamento semestral por iniciativa própria, chamar os PVs para conversar, acabou não dando certo, por não ser orientado pela VPPLR. O ideal seria que as unidades fossem descentralizadas para o acompanhamento, pois o acompanhamento na Vice-Presidência poderia ser muito burocrático. Deve ser cobrado por parte da VPPLR a avaliação pelas unidades. Em suma, o monitoramento, para que não seja meramente burocrático, deve ser descentralizado e com comitês de avaliação, não meramente apresentar o relatório escrito e acabou...em algum momento do ano o PV poderia apresentar algo que se assemelhe ao PIBIC, a unidade deve acompanhar mais os bolsistas e precisa ser cobrada por isso.” (Ator 5)

c) renovação de bolsas e avaliação final

A visão de todos os entrevistados é de que o processo de renovação de bolsas é automático e puramente burocrático, onde há apenas o preenchimento de relatórios

que são encaminhados anualmente pelos pesquisadores visitantes. Segundo os entrevistados, a utilização de avaliações objetivas para a renovação, assim como a avaliação ao final da bolsa é necessária para que se possa avaliar o andamento do Programa:

“...a avaliação de renovação não existe! Isso é muito ruim. É necessário o uso de avaliações objetivas.” (Ator 1)

“... há uma falta de itens para que se possa avaliar no final a produtividade durante todo o período de bolsa, muitas vezes eu já vi acabar a bolsa e não se conseguir medir a produtividade do bolsista no período.” (Ator 4)

Também é consenso de que o maior gargalo para a avaliação é a falta de indicadores adequados:

“Existe a carência de indicadores operativos internos para as unidades. Esse é na verdade um dos nossos principais problemas. Primeiro porque é muito difícil estabelecer um indicador de pesquisa, se tem atualmente um conjunto de indicadores largamente aceitos na comunidade científica que são os indicadores bibliométricos, mas em se tratando de uma instituição de C&T, é necessário um conjunto de indicadores que nos permita medir o impacto na vida real do sistema de saúde brasileiro, ou seja em que medida o conhecimento e a tecnologias gerados aqui tem contribuído para a melhoria do sistema de saúde brasileiro. É muito difícil de se conseguir encontrar indicadores de impacto da pesquisa mensuráveis, porque muitas vezes é indireta a relação entre a produção do conhecimento e a uma melhoria imediata.” (Ator 3)

Apesar da constatação relatada acima, algumas sugestões de indicadores para avaliação mais citados nas entrevistas foram: a execução do projeto e seu impacto na saúde; a orientação de teses e de alunos; a capacidade dos pesquisadores em se articular ou inserir em redes de pesquisa e a obtenção de financiamentos externos.

CAPÍTULO 7

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Retornando aos questionamentos iniciais deste trabalho, conclui-se que o papel estratégico do conhecimento vem concorrendo para o aumento dos investimentos em P&D e de outros ativos intangíveis, que cresceram, nas últimas décadas e na maioria dos países, mais rapidamente do que os investimentos físicos³³. Hoje, a Ciência e a Tecnologia são importantes fontes para a produção de valores, e conseqüentemente no processo de acumulação de capital.

A demanda crescente pela transformação do conhecimento científico em resultados práticos para a sociedade e pela geração de inovações que possam contribuir para o fortalecimento da competitividade do setor produtivo nacional, constitui-se sem dúvida, em um grande e complexo desafio a ser enfrentado pelos institutos públicos de pesquisa⁵³. O atendimento a esta demanda requer entre outras ações, a ênfase no desenvolvimento tecnológico e maior aproximação com o setor empresarial. No entanto, as dificuldades e entraves existentes no decurso deste caminho são de diversas naturezas e muitos deles fora da governabilidade institucional.

Sendo a FIOCRUZ uma instituição onde as áreas de pesquisa, desenvolvimento e produção coexistem, há que se estimular a vinculação da produção científica com a geração de inovações tecnológicas visando à aplicação social do conhecimento gerado em termos de sua incorporação em produtos e processos. Um modelo de avaliação apoiado quase que exclusivamente em artigos científicos não caracteriza um modelo adequado para uma instituição como a FIOCRUZ. É necessário repensar os procedimentos e mecanismos utilizados na instituição para avaliar e justificar o investimento no Programa Pesquisador Visitante.

A produção de conhecimento científico e tecnológico e sua materialização em inovações são atividades especializadas, ao mesmo tempo em que apresentam grande diversidade de formas em sua organização⁵⁴. As dificuldades em avaliar Ciência, Tecnologia e Inovação surgem, dentre outros, de dois fatores: a diversidade crescente das atividades de Ciência, Tecnologia & Inovação e a natureza dinâmica da produção de conhecimento, socialmente construída e envolta de incertezas. Esses

fatores fazem com o emprego de abordagens de avaliação seja, muitas vezes, desejável. A produção do conhecimento também envolve o planejamento, gestão, acompanhamento e avaliação de forma sistemática (periodicidade), integrada (antes, durante e após) com resultados armazenados em um Sistema de Informações Gerenciais, usados como *feedback* para evidenciar pontos fortes e fracos, subsidiar decisões e elaborar planejamentos futuros³⁹. Inserida na função administrativa de controle, a avaliação deve ser usada como uma ferramenta estratégica capaz de monitorar as ações desenvolvidas em qualquer setor, oferecendo *feedback* para eventuais realinhamentos do inicialmente planejado, o alcance das metas e objetivos previamente traçados, seus resultados e impactos vislumbrando o enfrentamento dos desafios futuros.

No caso da Ciência, Tecnologia e Inovação, o processo de gestão, acompanhamento e avaliação se torna mais complexo, em função da lógica própria da ciência, muitas vezes com resultados imprevisíveis e diversos daqueles planejados inicialmente, mas, nem por isso menos importantes, envolvendo dificuldades de mensuração, de escolha de indicadores adequados, aspectos intangíveis, e prazos diferenciados para apresentar os produtos esperados. Nesse sentido a avaliação deve estar associada ao planejamento estratégico estruturado com objetivos definidos, metas quantificadas e qualificadas, métodos prevendo já na elaboração dos projetos indicadores usuais para avaliar tais intervenções visando garantir o sucesso da sua execução.

Segundo Rosemberg & Lima, “As instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde são elementos estratégicos para o Desenvolvimento de uma nação”¹³. Para estes autores a necessidade de garantir a boa aplicação dos fundos públicos, bem como a eficácia e a efetividade destas instituições, expressas não somente na geração de conhecimento, mas também no seu grau de integração ao complexo produtivo e na sua capacidade de resolução de problemas sociais, o que coloca a avaliação como um componente central nos novos modelos de gestão da Ciência e Tecnologia¹³. Em função do caráter relativamente incipiente da avaliação em instituições de C,T & I, duas perspectivas predominam para a formulação de indicadores: a perspectiva “cientificista”, onde o critério mais importante de avaliação é o julgamento do mérito científico, avaliado por pares sem consideração de seus impactos reais ou potenciais e cuja produtividade é medida quase que exclusivamente pelas publicações nos contextos das áreas de conhecimentos e linhas de pesquisa

envolvidas; e a perspectiva “tecnocrática”, conduzida pelas áreas de administração pública e marcada pela racionalização dos recursos e a busca de eficiência e controle da atividade científica¹³.

O enfoque atual dado à inovação em saúde reforça o caráter de processo social das atividades de Ciência & Tecnologia e a noção de sistemas de inovação destaca a relação de interdependência na organização dessas atividades, dada a multiplicidade possível de arranjos e atores participantes, e a existência de diversos níveis de tomada de decisão.

Nesse contexto, a avaliação é uma prática de planejamento e estratégia⁵⁴, pois auxilia na explicação de casos de sucesso, sinalizando necessidades específicas e mudanças desejáveis para os anseios internos e externos à organização.

Os Programas de bolsas de Pesquisa cresceram significativamente no Brasil nas últimas décadas. Até a década de 80 os assim chamados programas não dirigidos, sem metas específicas e requerendo apenas mérito científico prevaleciam. Os poucos programas com metas definidas neste período não foram jamais objetivamente avaliados⁴⁶. A mesma situação ocorria nos países desenvolvidos. No início da década de 90, a avaliação de programas dependentes de recursos públicos tornou-se mandatória nos Estados Unidos e em alguns países europeus. No Brasil a avaliação de programas não foi até agora consolidada⁴⁶.

Desde sua concepção, o Programa PV possui uma estreita ligação com a política científica da FIOCRUZ. Entretanto, nos últimos anos questões operacionais acabaram desvirtuando os objetivos do Programa de sua concepção original. É necessário ressaltar que na atualidade as instituições têm procurado cada vez mais ajustar a pesquisa científica e tecnológica. A pesquisa está em processo de mudança, assim como as organizações de pesquisa⁴. Nos últimos anos a FIOCRUZ começou a induzir pesquisa tecnológica em áreas estratégicas: em 1996 o PAPES estimulava a formação de colaborações que anos mais tarde foram implantadas com os Programas indutores de Desenvolvimento Tecnológico da FIOCRUZ como o PDTIS e PDTSP. O Ministério da Saúde também começou a induzir pesquisa e o CNPq também, através dos editais dos fundos setoriais e da política de constituição de redes^{2,4}. Há um ambiente diferente de pesquisa ou uma intenção de criá-lo. Por isso, é necessário relacionar o Programa PV com a política de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação dentro da Instituição.

Neste sentido, tendo como base os dados obtidos durante esta pesquisa, concluiu-se que algumas recomendações podem ser efetivadas no sentido de melhorar a gestão do Programa Pesquisador Visitante, são elas:

a) O Programa Pesquisador Visitante não é tratado como um ativo estratégico organizacional:

Um fator que merece destaque nesta avaliação é a falta de articulação entre o Programa PV e o planejamento estratégico da FIOCRUZ, estudos realizados na própria instituição apontam isto, como o realizado por Teixeira *et al*, a seguir:

A FIOCRUZ é uma organização complexa, com cento e dez anos de existência e quinze institutos, espalhados por quatro regiões distintas do território nacional. O ambiente organizacional deste complexo caracteriza-se pela dispersão de recursos em diferentes objetivos institucionais; pouca tradição de indução à pesquisa, sobretudo em temas estratégicos para o setor produtivo da saúde; baixa capacidade de avaliação; tímida tradição em gestão da pesquisa e baixa capacidade de planejamento e definição de áreas estratégicas⁴.

Este mesmos autores consideram que as mudanças no modo de produção do conhecimento técnico-científico implicam em transformações profundas e extensivas na forma de gestão dos processos de produção e circulação destes conhecimentos; que resultam em mudanças na formação e gestão das equipes de pesquisa; na forma como os objetos de pesquisa são construídos; nos critérios para a seleção de projetos; na forma de circulação e divulgação de resultados; na gestão da pesquisa e na construção de uma nova métrica de avaliação do processo de produção e dos conhecimentos produzidos⁴.

Talvez o maior equívoco em relação ao programa seja tratá-lo como um programa de Recursos Humanos ao invés de um programa de indução à pesquisa. Primeiramente, torna-se necessário uma mudança na cultura institucional para que sejam criados instrumentos de planejamento apropriados que permitam à FIOCRUZ decidir sobre as estratégias e metas para o Programa: quais áreas e linhas de pesquisa devem ser priorizadas, quais as necessidades institucionais e principalmente

alinhar as demandas internas do Programa PV às demandas do Ministério da Saúde, de modo que os projetos de pesquisa dos pesquisadores visitantes estejam articulados com os objetivos estratégicos da instituição, com as políticas governamentais e o impacto social de suas atividades. Entretanto, para isto é necessário que a própria instituição defina a posição do Programa dentro de seu planejamento estratégico para, então, dimensionar as ações para o Programa.

Cabe ressaltar, que não se trata dos pesquisadores visitantes, que sem sombra de dúvida são profissionais altamente qualificados que passaram por um processo seletivo criterioso para a concessão da bolsa; mas aos projetos desenvolvidos.

b) A avaliação e o acompanhamento dos projetos devem ser contínuos:

Retomando o conceito de avaliação como um instrumento de gestão estratégica em C&T utilizado pelo CGEE, Lima³⁹ atribui o incremento da efetividade de um Plano, Programa ou Projeto à função matemática apresentada a seguir :

$$\text{ECP (f)} = \text{AS} + \text{AI} + \text{SIG} + \text{DR}$$

Onde:

ECP = A Efetividade Crescente de um Plano Programa/ Projeto é função da prática de uma AS (Avaliação Sistemática);

AS= Avaliação Sistemática realizada de forma periódica e contínua, acrescida de uma AI (Avaliação Integrada);

AI = Avaliação Integrada/ Institucionalizada (cultura, leis, normas) efetuada antes, durante e após a implementação da ação, acrescida de um **SIG** (Sistema de Informações Gerenciais)

SIG = Sistema de Informações Gerenciais usado para armazenar dados e informações, gerar conhecimento, contribuir para o alcance dos objetivos do programa/ projeto, tomar decisões e planejar o futuro, acrescido da DR;

DR= Divulgação dos Resultados (*feedback*) disponível às agências de fomento e à Comunidade Científica para agilizar pesquisas, informar à sociedade as descobertas e produtos para melhoria da qualidade de vida e, ainda subsidiar decisões e planejamentos futuros.

A adoção de processo sistêmico, (planejar, implementar, gerenciar, acompanhar, avaliar) sugerido pela função acima não pretende assegurar o sucesso ou não de uma ação implementada, porém, propicia o conhecimento abrangente de todas as etapas da execução de um projeto, monitora para realinhamento de possíveis desvios durante o seu desenvolvimento, auxilia no alcance dos objetivos e metas, ou seja, usa a avaliação como ferramenta estratégica para otimizar recursos, decidir e planejar melhor ações futuras³⁹.

Os dados analisados durante a pesquisa, tanto nos questionários aplicados aos pesquisadores, quanto nas entrevistas realizadas com os gestores, indicaram que não há nenhum tipo de acompanhamento da execução dos projetos. Neste sentido, uma sugestão para o Programa PV seria a criação de um **Cadastro de Projeto de Pesquisa**, onde o pesquisador visitante após ser selecionado, receberia uma senha para o sistema *PV on line* onde pudesse cadastrar seu projeto com título, justificativa, referenciais, objetivos, metas, cronograma (relacionado às metas e objetivos) e resultados esperados e outros aspectos julgados relevantes para a Coordenação do Programa. O pesquisador visitante seria o responsável por alimentar e manter atualizado este cadastro, que permitiria um acompanhamento contínuo para os gestores das unidades e do Programa, permitindo o acesso aos produtos gerados na execução do projeto; e seria este, inclusive, o principal instrumento na avaliação para a renovação de bolsa.

É evidente, que o sucesso desse caminho depende, em grande parte, de suporte em Tecnologia da Informação e Comunicação na gestão do Programa, gerando a base de dados deste cadastro, a fim de produzir indicadores dos produtos do Programa.

c) *A avaliação da pesquisa realizada pelos pesquisadores visitantes com vistas à inovação.*

Inovar é mais do que criar conhecimento ou aprendizado, pois sempre envolve uma série de bens e capacidades que não são diretamente relacionadas à inovação. Isso inclui a capacidade de financiar investimentos, de criar sistemas produtivos eficientes e de recrutar equipes treinadas adequadas³⁶. Na medida em que um sistema de inovação se desenvolve, uma série de diferentes recursos devem ser mobilizados, que incluem capital humano e financeiro – é neste domínio que o controle das instituições é de fundamental importância. Em algumas áreas, a mobilização de

recursos também implica na construção de uma infra-estrutura física, além da infra-estrutura de conhecimento³⁶.

Tendo em vista que qualquer programa de pesquisa e inovação envolve uma gama de atores com interesses e expectativas diferentes – formuladores de política, gestores de programas, pesquisadores e os clientes do programa – o leque de possíveis resultados e impactos é enorme. Por esse motivo, é essencial que uma avaliação bem planejada leve estas perspectivas diversas em consideração e procure reconciliar as respectivas necessidades de informações com as restrições de recursos e com a disponibilidade de tais informações.

A partir das discussões teóricas e dos dados obtidos na pesquisa, abaixo são sugeridos alguns indicadores para a avaliação do Programa Pesquisador Visitante. Foram utilizados como base os indicadores utilizados pelo Instituto Nacional de Tecnologia (INT)ⁿ para a qualidade de instituições de P&D⁵⁶.

A partir da década de 90, tendo em vista novas orientações governamentais e o contexto internacional, o INT redefiniu sua missão institucional, com o seguinte conteúdo: *“participar ativamente no desenvolvimento e modernização do país, pela incorporação de soluções tecnológicas criativas às atividades de produção e gestão de bens e serviços, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da sociedade”*⁵⁶. Objetivando o cumprimento desta missão, iniciou-se a implantação da Nova Política de Gestão, em 1990, centrada em dois eixos principais: 1º) o estabelecimento de mudanças referentes à sua estrutura organizacional, com a horizontalização de seu organograma, redução dos níveis hierárquicos existentes entre a direção do Instituto e as unidades e células de competência e descentralização do processo decisório, objetivando a criação de maior autonomia e otimização da interação com a sociedade; e 2º) a adoção de sistemas gerenciais voltados para a política de resultados, com a criação de metodologias e introdução de indicadores de avaliação participativa contínua que traduzam os esforços realizados - em termos do desenvolvimento e transferência de tecnologia para o setor produtivo, da prestação de serviços tecnológicos, da educação continuada e das atividades crescentemente importantes

ⁿ O Instituto Nacional de Tecnologia (INT) é um órgão de pesquisas tecnológicas pertencente à estrutura do Ministério da Ciência & Tecnologia (MCT). Com perfil multidisciplinar, o INT trabalha de forma integrada com o setor empresarial, promovendo o desenvolvimento de pesquisas em diversas áreas. Sua principal atribuição é promover e executar pesquisas, desenvolver e transferir ao setor produtivo tecnologias e produtos, bem como prestar serviços técnicos especializados e capacitar recursos humanos, com ênfase na inovação⁵⁵.

ligadas à qualidade e competitividade, tais como credenciamento de laboratórios e de ensaios e a elaboração de normas técnicas⁵⁶.

Os resultados desta avaliação permitiram, ainda, a distribuição e direcionamento de recursos às competências do instituto e o estabelecimento de transparência administrativa. Com a adoção desta política, observou-se um importante destaque para a incorporação dos resultados da instituição nos setores produtivos da economia nacional, buscando, desta forma, resultados que apresentem alto nível de utilidade para a sociedade⁵⁶:

O processo de reestruturação do INT envolveu, também, a definição de metas estratégicas institucionais estabelecidas por sua direção, anualmente, tendo como pano de fundo as políticas governamentais de C&T e o quadro de resultados obtidos pela instituição nos exercícios anteriores. O processo de avaliação de resultados é, assim, também realizado à luz das metas estabelecidas anualmente. No contexto desta Nova Política de Gestão, as competências organizadas por áreas de conhecimento orientam-se pelas metas institucionais anuais, estruturando linhas de atuação para gerar produtos de utilidade para a melhoria da capacitação e produtividade dos clientes da instituição, representados por segmentos da sociedade e do setor produtivo⁵⁶.

Mantendo-se dentro dos objetivos estabelecidos desde sua implantação, estes mecanismos de gestão buscam sempre quantificar os resultados institucionais, privilegiando os resultados que mais fortemente se identifiquem com a transferência de tecnologias geradas pelo INT para os usuários. E, caracteriza-se também por ser um processo gradual, participativo, permitindo: (i) identificar os resultados institucionais alcançados anualmente; (ii) priorizar a distribuição de recursos; e (iii) definir as estratégias da instituição.

Os indicadores do INT, com as devidas adaptações, podem ser utilizados para mensurar as atividades dos pesquisadores visitantes e o potencial inovativo dos projetos desenvolvidos. Cabe aqui reiterar, que para a aplicabilidade dos indicadores sugeridos é necessário o dimensionamento do Programa do Pesquisador Visitante

dentro do planejamento estratégico da instituição. Ou seja, a definição dos objetivos do Programa para a FIOCRUZ e, conseqüentemente, a clareza destes objetivos nas unidades-técnico científicas para a utilização de indicadores relacionados às suas especificidades.

Indicadores atuais	Sugestão de Indicadores de avaliação do Programa Pesquisador Visitante
<ul style="list-style-type: none"> - Produção acadêmica - Formação de recursos humanos (orientação de Mestrado e Doutorado) - Experiência de Ensino em Pós-Graduação - Participação em eventos científicos (renovação da bolsa) 	<ul style="list-style-type: none"> - Publicações em revistas nacionais ou internacionais - Palestras/entrevistas/matérias veiculadas em meios de comunicação nacionais e internacionais - Publicações oficiais da FIOCRUZ e do Ministério da Saúde - Emissão de notas técnicas e relatórios

técnicos de final de projeto

- Publicações em anais de congressos/seminários nacionais ou internacionais
- Apresentação de trabalhos em congressos/seminários nacionais ou internacionais
- Apresentação oral em congressos/seminários nacionais ou internacionais como conferencista convidado
- Autoria de livros ou capítulos de livros
- Patentes e registros pedidos
- Patentes e registros concedidos
- Protótipos (processos, produtos, softwares) finalizados no período
- Prêmios
- Convênios/contratos/acordos assinados sem previsão de recursos
- Convênios/contratos/acordos assinados com previsão de recursos
- Projetos aprovados no período para recursos externos
- Cursos (quantidade/no de alunos)
- Treinamento e estágios concluídos
- Orientações Concluídas (Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado)
- Orientações am andamento (Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado)
- Cooperações com grupos de pesquisa intra-institucionais
- Cooperações com grupos de pesquisa nacionais/internacionais
- Procedimentos Operacionais da Qualidade
- Auditorias internas realizadas no laboratório
- Auditorias externas realizadas no laboratório
- Aplicabilidade do projeto executado e sua relação com os serviços de saúde
- Consultorias realizadas

Considerações Finais

As instituições vêm sendo orientadas a enfatizar o desenvolvimento tecnológico e a interagir com outros atores, entre os quais outras organizações de pesquisa, universidades e a indústria, com vistas a contribuir para a geração de inovações, desta forma constituindo-se um elo de suma importância para a configuração do Sistema Nacional de Inovação Brasileiro.

Neste sentido torna-se crucial que a gestão das instituições seja pensada de maneira estratégica e inovadora, com instrumentos de gestão que promovam a geração de inovações. Entende-se ser a gestão estratégica de suma importância para o fortalecimento de uma gestão mais efetiva da inovação.

Espera-se com o resultado desta proposta, contribuir para a efetividade do modelo de gestão de programas de bolsa de P&D na FIOCRUZ, a partir da análise e aperfeiçoamento dos instrumentos utilizados na avaliação do Programa Pesquisador Visitante com vistas a definir os ajustes compatíveis com o planejamento estratégico da FIOCRUZ.

Vislumbra-se contribuir para a criação de um sistema de avaliação que incorpore diretrizes estratégicas de inovação e que seja dotado não só de um sistema de monitoramento, e a avaliação relacionado com metas físicas e orçamento executado, como também de indicadores que sejam capazes de demonstrar o potencial inovativo do Programa na instituição.

O grande desafio é, sem dúvida, encontrar formas práticas de mensurar o desempenho e fornecer aos responsáveis pela gestão do programa, bem como aos demais atores envolvidos, informações úteis para a avaliação sobre os efeitos do programa, a necessidade de correções, ou até mesmo sua inviabilidade. De qualquer maneira, isto não constitui um obstáculo insuperável para as tentativas de se aplicar de forma sistemática a prática da avaliação.

REFERÊNCIAS

1. Ministério da Ciência e Tecnologia. O debate necessário: Ciência, Tecnologia & Inovação, desafios para a sociedade brasileira - Livro verde. Brasília: MCT; 2001, 278p (<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18970.html>).
2. Guimarães RF. Pesquisa em Saúde no Brasil: contexto e desafios. Revista Saúde Pública. 2006. 40(N Esp): 3-10.
3. Corder S, Salles-Filho S. Aspectos Conceituais do Financiamento à Inovação. Revista Brasileira de Inovação. 2006; 5 (1): 33-76.
4. Teixeira MO, Machado CJS, Filipecki ATP, Klein HE. Dinâmica da organização da pesquisa em biomedicina no Brasil: anatomia de uma experiência recente na Fundação Oswaldo Cruz. 2009.
5. Teixeira MO, Machado CJS, Filipecki ATP, Klein HE. Análise da utilização de redes cooperativas como dispositivo de uma política de desenvolvimento tecnológico de insumos em saúde – o caso PDTIS/FIOCRUZ. XII Esocite- Jornadas Latino-Americanas de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias. Rio de Janeiro: 2008.
6. Queiroz S, Bonacelli M, Mello D, Jôlo F. O CNPq e o Sistema Nacional de Inovação em Saúde no Brasil: uma análise a partir dos grupos de pesquisa do setor saúde. XXII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica. Salvador: novembro 2002.
7. Fundação Oswaldo Cruz. Plano Quadrienal 2005-2008. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Ministério da Saúde; 2005, 90 p (www.fiocruz.br/media/relatorio_de_atividades_2005).
8. Gadelha CAG, Quental C, Fialho BC. Saúde e inovação: uma abordagem sistêmica das indústrias da Saúde. Cad Saúde Pública 2003; 19(1):47-60.
9. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz (Edição especial comemorativa do Ano do Centenário da Fundação Oswaldo Cruz). Coordenação de Comunicação Social, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: 2000.
10. Fundação Oswaldo Cruz. Contribuição para os sistemas de saúde e de ciência e tecnologia no novo Governo. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde; 2003 (www.fiocruz.br/media/relatorio_2007).
11. Fundação Oswaldo Cruz. Relatório de atividades 2007. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Ministério da Saúde; 2008, 85p.
12. Mello MLBC. Gestão estratégica de recursos humanos em uma instituição pública de C&T: o caso Fiocruz. Dissertação de Mestrado Profissional em Gestão de C&T em Saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca; 2007.
13. Rosenberg FJ & Lima JC. Indicadores de desempenho em instituições de Ciência e Tecnologia em Saúde: a experiência da Fundação Oswaldo Cruz. VII Congresso ibero-americano de indicadores de C&T; 2007.

14. Velho L. Publicação Científica e Avaliação nas Ciências Agrárias. Pontos para Discussão. 2008: Texto a ser publicado no Boletim da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo.
15. Tobar F, Yalour M. Como fazer teses em saúde pública: conselhos e idéias para formular projetos e redigir teses e informes de pesquisa. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ ; 2001. 172 p.
16. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO; 1996. 269p.
17. Lefèvre F, Lefèvre AMC. Discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: Educs; 2005.
18. Davyt, A. & Velho, L. Avaliação da Ciência e a revisão por pares: passado, presente, como será o futuro? História, Ciências, Saúde-Manguinhos. 2000; 7(1).
19. Marques MB. Gestão, planejamento e avaliação de políticas de ciência e tecnologia: hora de rever? Ciênc. saúde coletiva. 1999; 4 (2).
20. Albagli S, Britto J. Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais. Rio de Janeiro: UFRJ. www.redesist.ie.ufrj.br.
21. Kuhlmann S. Moderation of policy-making?: science and technology policy evaluation beyond impact measurement: the case of Germany. Evaluation. 1998; 4 (2) 130-148.
22. Brisolla SN. Indicadores de innovacion: los siete pecados capitales. IV Taller Iberoamericano e Interamericano de Indicadores de Ciencia y Tecnologia. México: julho, 1999.
23. Hartz ZMA. Avaliação em saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; 1997. 131p.
24. Patton MQ. Utilization-focused evaluation. 2th ed. Bervely Hills: Sage. In: Schallock RL. Outcome-based evaluation. New York: Plenum Press, 1995.
25. Guba EG & Lincoln YS. Fourth generation evaluation. Bervely Hills: Sage; 1990.
26. Organização Mundial da Saúde (OMS). Relatório Mundial da Saúde. Genebra, 2000.
27. Contandriopoulos AP, Champagne F, Potvin L, Denis JL & Pineault R. A avaliação na área da saúde conceitos e métodos. In: Hartz ZMA, organizadora. Avaliação em saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; 1997.
28. Secretaria de Planejamento e investimentos estratégicos. Manual de avaliação: plano plurianual 2004-2007. Brasília: Ministério do Planejamento/Governo Federal; 2006, 60p (www.seplan.ba.gov.br/i_plano_plurianual.htm).
29. Hartz ZMA. Avaliação dos programas de saúde: perspectivas teórico-metodológicas e político-institucionais. 1999; Ciência & Saúde Coletiva, 4(2): 341-353.

30. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos: www.cgее.org.br. Acesso em 24/09/2008.
31. Velho, L. Como estabelecer um sistema de indicadores bibliométricos para a América Latina: proposta de estudo. UNICAMP: Julho, 1999. 17p.
32. ERS STANDARDS COMMITTEE. Evaluation Research Society standards for Program evaluation. In: American Evaluation Association. New Directions for Program Evaluation. San Francisco: Jossey-Bass, 1983. n. 15, p. 7-18.
33. OECD (Organization for Economic Co-operation and Development) 1997. The measurement of scientific and technological activities. Proposed guidelines for collecting and interpreting technological innovation data. Oslo Manual. European Commission Eurostat.
34. CGEE. Metodologia de avaliação dos fundos setoriais. Brasília: 2006; 64p.
35. Souza-Paula M, Sanches T. Desafios institucionais para o setor de Ciência & Tecnologia: o sistema nacional de ciência e inovação tecnológica. Revista Parcerias Estratégicas. 2001; (13) 42-63.
36. Schwartzman S. Pesquisa universitária e inovação no Brasil. In: Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação: diálogo entre experiências internacionais e brasileiras. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos; 2008.
37. Georghiou L, Roessner D. Evaluating technology programs: tools and methods. Research Policy. 2000; (29) 657-678.
38. Velho L. Estratégias para um sistema de indicadores de C&T no Brasil. Revista Parcerias Estratégicas. 2001; (13) 109-121.
39. Lima N. Avaliação das ações de C,T &I: reflexões sobre métodos e práticas. Brasília: CGEE; 2004, 97p.
40. Viotti E, Baessa A, Koeller P. Perfil da inovação na industria brasileira: uma comparação internacional. In: Negri JA, Salerno MS (Orgs.). Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras. Ipea, 2005.
41. Velho L. Indicadores endógenos de desarrollo científico y tecnológico, y de gestión de la investigación. *Ciencia, tecnología y desarrollo: interrelaciones teóricas y metodológicas*. Venezuela: Nueva Sociedade/Unesco, 1994.
42. Ribeiro AJM. Instrumento de gestão para acompanhamento dos projetos de pesquisa: caso CICT/FIOCRUZ. Dissertação de Mestrado em Gestão de Ciência & Tecnologia em Saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Escola Nacional de Saúde Pública; 2004.
43. Oliveira DAR. Métodos de avaliação dos resultados da pesquisa e desenvolvimento: a necessidade de sua aplicação no Brasil. In: MARCOVITCH, J. (Coord.) *Administração em ciência e tecnologia*. São Paulo: Blücher. 1983; 231-246.
44. Barros SS, Morales TRSN. Investimentos em bolsas: resultados para a comunidade científica. V Bienal de Pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro; 2006.

45. Morales TRSN, Viana LCS. Gestão de bolsa em Pesquisa da FIOCRUZ: O caso do Programa Pesquisador Visitante. VI Bienal de Pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro; 2008.
46. Meneghini R, Pian C. Assessment of scientific programs: a necessary procedure for Brazilian scientific policy: the Young Investigator Program of the State of São Paulo Research Foundation. An. Acad. Bras. Ciênc. 2007; 79 (3) 543-562.
47. Viana LCS. Programa Pesquisador Visitante FIOCRUZ: Relatório 2008. Fundação Oswaldo Cruz, Vice Presidência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, Coordenação de Recursos Humanos em Pesquisa.
48. Baumgarten M. Avaliação e Gestão de Ciência e Tecnologia: Estado e coletividade científica. Revista Crítica de Ciências Sociais 2004; 70 p. 33-56.
49. Zackiewicz M. Trajetórias e Desafios da Avaliação em Ciência, Tecnologia e Inovação. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP; 2005.
50. Davyt AG. Avaliação por pares e o processo decisório nas agências de fomento à Pesquisa: O CNPq e a FAPESP. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP; 2001.
51. Weller AC. Editorial peer review: research, current practices and implications for librarians. Serial Review, Oxford, v.21, n.1, p.53-65, Spring 1995.
52. Campanário JM. El sistema de revisión por expertos (peer review): muchos problemas y pocas soluciones. Revista Española de Documentación Científica, v.25, n.3, p.267-285, 2002.
53. Pinheiro AA. Gestão de programas horizontais: O caso do Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Insumos para a Saúde (PDTIS) da FIOCRUZ. Dissertação de Mestrado Profissional em Gestão de Ciência & Tecnologia. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 2005.
54. Zackiewicz M. Avaliação de Programas de Ciência, Tecnologia e Inovação: as fronteiras entre resultados, impactos e governança. São Paulo: DRAFT; 2006.
55. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. <http://www.int.gov.br>. Acesso em 22/06/2009.
56. Neves MAS, Travalloni A, Lemos C. Indicadores de Qualidade para instituição de P&D. A metodologia implementada pelo Instituto Nacional de Tecnologia. Revista Parcerias Estratégicas. 2000; (9) 109-120.

ANEXO I

Edital de bolsas para pesquisador visitante em 2005

EDITAL

A Vice-Presidência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Fundação Oswaldo Cruz, responsável pelo Programa de Pesquisador Visitante, comunica que estão abertas, **até 12 de agosto de 2005**, as inscrições para solicitação de **BOLSA NOVA** e de **RENOVAÇÃO**, com vigência de **outubro/2005 a setembro/2006**.

1. OBJETIVOS

Desenvolver projetos e atividades relacionados à pesquisa biomédica, à pesquisa em sistemas de saúde, à pesquisa clínica e à pesquisa e desenvolvimento no âmbito do complexo industrial, executados nas Unidades Técnico-Científicas da FIOCRUZ.

2. FORMA DE CONCESSÃO

A bolsa é concedida individualmente ao pesquisador cujo projeto de pesquisa reflita imperiosa necessidade de consolidação em área de investigação prioritária para a FIOCRUZ.

Para as **Bolsas CNPq** são previstas cinco modalidades: Pesquisador Visitante (PV), Pós-doutorado (PD), Especialista Visitante (EV), Desenvolvimento Científico Regional (DCR) e Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (DTI). Para as **Bolsas FAPERJ** é prevista a modalidade Pesquisador Visitante.

3. DURAÇÃO E ENQUADRAMENTO DA BOLSA

Será concedida pelo período de 3 (três) até 24 (vinte e quatro) meses, admitindo-se uma única renovação de até 12 (doze) meses. O enquadramento dos pesquisadores com projetos aprovados será feito obedecendo às tabelas de bolsas do CNPq e da FAPERJ.

A bolsa poderá ser cancelada por não cumprimento das exigências do Programa.

4. REQUISITOS PARA INSCRIÇÕES

4.1. Coordenador do projeto de pesquisa:

- Deverá ser líder ou pertencer a Grupo de Pesquisa certificado pela FIOCRUZ;
- **Poderá enviar apenas uma solicitação de bolsa.**

4.2. Pesquisador Visitante (PV)

- ter perfil científico/tecnológico adequado aos objetivos do projeto;
- dedicar-se integralmente às atividades programadas pela unidade de destino.

Se brasileiro:

- ser doutor há mais de 7 anos;
- caso tenha vínculo empregatício selecionar obrigatoriamente instituição distinta daquela onde esteja lotado e selecionar obrigatoriamente instituição distante no mínimo 300 Km da instituição de vínculo;

- se aposentado, selecionar instituição localizada em região geográfica distinta da de vínculo.

Se estrangeiro:

- comprometer-se a permanecer no Brasil durante a vigência da bolsa;
- ser doutor há mais de 7 anos.

4.3. Pós-Doutorado (PD)

- possuir título de doutor **há menos de 7 anos;**
- dedicar-se integralmente às atividades programadas pela unidade de destino;
- caso tenha vínculo empregatício selecionar obrigatoriamente instituição distinta daquela onde esteja lotado e selecionar obrigatoriamente instituição distante no mínimo 150 Km da instituição de vínculo;
- não acumular a presente bolsa com bolsas concedidas por qualquer agência de fomento nacional;
- selecionar preferencialmente supervisor/instituição diferente daquela onde tenha obtido o título de doutor, exceção feita para orientador/supervisor vinculado a cursos com conceito 5,6 e 7 da CAPES;
- não ser aposentado.

4.4. Desenvolvimento Científico Regional (DCR) e Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (DTI)

- possuir o título de doutor;
- dedicar-se integralmente às atividades previstas no projeto.

4.5. Especialista Visitante (EV)

- qualificação técnico-científica compatível com o título de doutor;
- não poderá ser concedida na mesma instituição onde mantém vínculo empregatício;
- o mesmo bolsista poderá utilizar esta modalidade de bolsa até 03 (três) vezes, não consecutivas, durante a vigência do projeto.

5. INSCRIÇÕES

5.1. Documentos obrigatórios para inscrição

5.1.1. Bolsas Novas CNPq

Carta de encaminhamento do Diretor da Unidade, contendo:

- Formulário "*Análise Prévia do Projeto*" assinado pelo Diretor da Unidade;
- Declaração do Diretor da Unidade garantindo condições materiais e de infraestrutura para o desenvolvimento do projeto proposto;
- Formulário Único do CNPq preenchido pelo candidato e assinado pelo Diretor da Unidade;
- Formulário "*Sumário do Projeto*" preenchido pelo candidato;
- Projeto de Pesquisa do candidato com Cronograma e Plano de Trabalho para o período de solicitação da bolsa;
- Parecer do Comitê de Ética FIOCRUZ – CEP ou CEUA se a pesquisa incluir manipulação de seres humanos ou animais;
- *Curriculum* FioLattes do Coordenador do projeto e *Curriculum* Lattes do Candidato.

5.1.2. Bolsas de Renovação CNPq

Carta de encaminhamento do Diretor da Unidade, contendo:

- Formulário "*Análise dos resultados do Projeto*" assinado pelo Diretor da Unidade;
- Formulário Único do CNPq preenchido pelo candidato e assinado pelo Diretor da Unidade;
- *Currículo* FioLattes do Coordenador do projeto e *Currículo* FioLattes do Candidato atualizados;
- Relatório circunstanciado dos resultados obtidos e atividades desenvolvidas durante a duração da Bolsa e cronograma a ser seguido com a sua continuidade.

5.1.3. Bolsas Novas FAPERJ

Carta de encaminhamento do Diretor da Unidade, contendo:

- Formulário "*Análise Prévia do Projeto*" assinado pelo Diretor da Unidade;
- Declaração do Diretor da Unidade garantindo condições materiais e de infraestrutura para o desenvolvimento do projeto proposto;
- Formulários da FAPERJ preenchidos ("Inscrição para Bolsa"; "Cadastros" do solicitante e do orientador; "Declaração de não existência de vínculo ou de outra fonte de rendas");
- Formulário "*Sumário do Projeto*" preenchido pelo candidato;
- Projeto de Pesquisa do candidato com Cronograma e Plano de Trabalho para o período de solicitação da bolsa;
- Parecer do Comitê de Ética FIOCRUZ – CEP ou CEUA se a pesquisa incluir manipulação de seres humanos ou animais;
- *Currículo* FioLattes do Coordenador do projeto e *Currículo* Lattes do Candidato.

5.1.4. Bolsas de Renovação FAPERJ

Carta de encaminhamento do Diretor da Unidade, contendo:

- Formulário "*Análise dos resultados do Projeto*" assinado pelo Diretor da Unidade;
- Formulários da FAPERJ preenchidos;
- *Currículo* FioLattes do Coordenador do projeto e *Currículo* FioLattes do Candidato atualizados;
- Relatório circunstanciado dos resultados obtidos e atividades desenvolvidas durante a duração da Bolsa e cronograma a ser seguido com a sua continuidade.

5.2. Local de entrega da documentação

Os documentos deverão ser entregues em 2 (duas) vias na Coordenação de Pesquisa da respectiva Unidade **até 12 de agosto de 2005**. **A Vice Presidência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico não receberá pedidos individuais entregues diretamente pelos candidatos.**

Os formulários podem ser obtidos no seguinte endereço:
<http://www.presidencia.fiocruz.br/vppdt1/index.php>

6. JULGAMENTO E SELEÇÃO

O Presidente da FIOCRUZ constituirá Comitê de Avaliação com membros internos e externos para avaliação das solicitações de bolsa assim como para pedidos de reconsideração.

Os critérios para a concessão de bolsas terão como base os itens expressos neste Edital, destacando-se:

- produção científica, tecnológica ou artístico-cultural, divulgada nos últimos 03 anos, nos principais veículos de comunicação da área
- adequação do projeto do candidato ao projeto do orientador
- prioridade aos projetos de pesquisa a serem realizados no âmbito dos Programas de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (PDTIS) e em Saúde Pública (PDTSP) da FIOCRUZ

7. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

Será feita através da página internet da Vice Presidência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, **a partir de 24 de setembro de 2005.**

8. PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

Pedidos de reconsideração de solicitação de Bolsa não concedida, deverão ser encaminhados à Vice Presidência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, por escrito, no prazo de 72 horas, a partir da data de divulgação dos resultados pela internet.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O pagamento da bolsa será efetuado diretamente ao bolsista, mediante depósito mensal em sua conta bancária.

9.2. Situações não previstas neste Edital serão examinadas e decididas pelo Comitê de Avaliação.

9.3. Informações adicionais podem ser obtidas na Secretaria da Vice Presidência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico pelo telefone 2590-4712, ou na página (<http://www.presidencia.fiocruz.br/vppdt1/index.php>).

Rio de Janeiro, 15 de julho de 2005

Reinaldo Guimarães

Vice-Presidente de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
Fundação Oswaldo Cruz

ANEXO II

Edital de bolsas para pesquisador visitante em 2006

Edital

A Presidência da Fundação Oswaldo Cruz, através da Vice Presidência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, faz saber por via do presente Edital, que estão abertas as inscrições para seleção de Pesquisadores Visitantes para as suas Unidades localizadas nos *campi* de Belo Horizonte, Brasília, Manaus, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, bem como no Instituto de Biologia Molecular do Paraná em Curitiba.

Objetivo

Selecionar pesquisadores para atuar em projetos de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico, bem como nos programas de pós-graduação *strictu e latu senso* e de iniciação científica, nas áreas das ciências da saúde (pesquisa clínica e em saúde pública), das ciências biológicas (pesquisa em biociências) e das ciências sociais e humanas em saúde junto às unidades da Fundação Oswaldo Cruz e ao IBMP.

Público Alvo

Pesquisadores com doutorado concluído em instituições nacionais e internacionais.

Modalidades e Valores das Bolsas

- **Pesquisador Junior** – com doutorado concluído a menos de 5 anos em instituições nacionais ou estrangeiras e com experiência compatível – bolsas no valor de R\$ 3.300,00 - 96 vagas .

- **Pesquisador Pleno** – com doutorado concluído a 5 anos ou mais em instituições nacionais ou estrangeiras e experiência compatível – bolsas no valor de R\$ 4.000,00 – 10 vagas.

Duração da Bolsa

24 (vinte e quatro) meses prorrogáveis por um período máximo de 12 (doze) meses.

Requisitos e condições para a análise da solicitação de bolsa

O candidato deverá:

- Possuir o título de doutor;
- Não possuir vínculo empregatício;
- Dedicar-se integralmente às atividades programadas pela Unidade de destino;
- Não acumular a bolsa com bolsas concedidas por qualquer agência de fomento nacional ou internacional;
- Estar com o *Curriculum vitae* atualizado na Plataforma Lattes

Apresentação e Envio de Inscrições

As propostas deverão contemplar além do *Curriculum vitae* atualizado na Plataforma Lattes um *Memorial* no qual deverão constar a eventual contribuição do candidato para o perfil pretendido e sua experiência na área, na linha e/ou na temática de pesquisa indicadas no perfil (descrição no Anexo I). Cada candidato só poderá inscrever-se para um único perfil.

A inscrição e a proposta individual serão encaminhadas à VPPDT exclusivamente via internet por intermédio de formulário eletrônico, disponível no endereço (<http://www.pv.fiocruz.br>) a partir de 03 de julho até as 18 h (dezoito) do dia 18 de agosto de 2006.

As inscrições só serão homologadas mediante pagamento de taxa no valor de R\$ 70,00 (conta corrente nº 94132-8, agência nº 2234-9 do Banco do Brasil). O número e a data do depósito deverão ser informados no ato da inscrição em campo de preenchimento obrigatório no formulário eletrônico.

Julgamento e Seleção

A Vice Presidência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico constituirá comitês *AD-HOC* de pares internos e externos à Fiocruz para análise do Memorial e *Curriculum vitae*, em consonância com as normas definidas pelo CNPq e pela FAPERJ para a constituição de comitê assessor.

A seleção dos candidatos terá como principais critérios:

- Produção científica, tecnológica ou artística-cultural dos últimos 03 (três) anos, divulgada nos principais veículos de difusão científica das áreas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico relacionada ao perfil e à modalidade da bolsa;
- Experiência no desenvolvimento de protótipos, processos e produtos relacionada ao perfil pretendido e compatível com a modalidade da bolsa pretendida;
- Mérito técnico-científico da proposta de contribuição para o fortalecimento da área temática e / ou linha de pesquisa, explicitada no Memorial, e sua pertinência e relevância para o perfil pretendido.

Resultados do Julgamento

A relação dos pesquisadores aprovados no presente Edital será divulgada no sítio da Vice Presidência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (www.presidencia.fiocruz.br/vppdt/index.php).

Os proponentes do presente Edital poderão solicitar o parecer referente à análise de sua proposta por intermédio de correspondência eletrônica a ser enviada para programavisitante@fiocruz.br. Os pareceres serão expedidos pela Vice Presidência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico para o endereço eletrônico indicado no ato da inscrição.

Recursos Administrativos

A Vice Presidência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico aceitará recursos no prazo de 03 (três) dias úteis após a divulgação do resultado no sítio eletrônico da Vice Presidência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico. O recurso deverá ser dirigido ao Vice Presidente de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, o qual proferirá sua decisão no prazo de 15 (quinze) dias úteis. O resultado dos recursos será publicado no sítio da Vice Presidência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico.

Implementação das Bolsas

As bolsas serão implementadas a partir do mês de outubro de 2006.

Cronograma

Lançamento do Edital – 03/07/2006

Data limite para submissão das propostas – 18/08/2006

Divulgação dos resultados – 20/09/2006

Início da vigência das bolsas – 01/10/2006

Disposições finais

Situações não previstas neste Edital serão examinadas e decididas pelo Comitê Assessor. Informações adicionais podem ser obtidas na secretaria da Vice Presidência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico pelo telefone (21) 3885 17 24 ou através de consultas aos sítios (<http://www.pv.fiocruz.br> ou www.presidencia.fiocruz.br/vppdt/index.php).

Reinaldo Guimarães
Vice Presidente de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
Fundação Oswaldo Cruz

ANEXO III

*Projetos desenvolvidos por pesquisadores visitantes em dezembro/2008
Sistema PV on line*

Sub-área do Conhecimento	Nº de Projetos
Antropologia	1
Biofísica	1
Bioquímica	2
Ciências Ambientais	1
Ecologia	2
Economia	1
Educação	3
Educação em Saúde	1
Engenharia Biomédica	1
Epidemiologia	5
Estudos Socio-Cultural	1
Farmacologia	8
Genética	10
História	3
Imunologia	15
Microbiologia	8
Parasitologia	25
Pesquisa Clínica	1
Políticas Públicas	1
Promoção da Saúde	1
Química	1
Saúde Coletiva	4
Saúde e Meio Ambiente	1
Saúde Materno-Infantil	3
Saúde Pública	2
Zoologia	3
Total	105

ANEXO IV

*Ficha de avaliação para concessão de bolsas novas em 2007
Sistema PV on line*

Nome do Candidato:

Código Perfil:

1)Análise do Memorial:		
Nº	Questão	Nota (0 a 5)
1.1	Adequação da experiência prévia aos requisitos do perfil.	
1.2	Consistência da trajetória profissional.	
1.3	Pertinência e relevância da trajetória profissional para o fortalecimento da área temática e/ou linha de pesquisa explicitados no perfil pretendido.	
2)Análise do CV:		
Nº	Questão	Nota (0 a 5)
2.1	Qualidade e regularidade da produção científica na área de conhecimento.	
2.2	Qualidade e regularidade da produção científica na área de atuação do perfil.	
2.3	Experiência prévia na área de atuação do perfil.	
2.4	Relevância da produção para área de conhecimento.	
2.5	Relevância da produção para área de atuação do perfil	
3)Participação na Formação de Recursos Humanos:		
Nº	Questão	Nota (0 a 5)
3.1	Orientação de Mestrado Concluída	
3.2	Orientação de Doutorado em andamento	
3.3	Orientação de Mestrado em andamento	
3.4	Experiência de ensino em pós-graduação	
Parâmetros de avaliação (itens 1 a 3)		
0 = Inexistente	1= Insuficiente	2 = Regular
3 = Bom	4= Muito Bom	5= Excelente
Obs.: as notas podem ser fracionadas		
4)Apreciação Global do Candidato.		
Nota Final do Candidato <i>(somatório de pontos dos itens 1 a 3) (Os itens 1 e 2 possuem peso 2)</i>		

ANEXO V

Ficha de avaliação para concessão de bolsas novas em 2007

2ª ETAPA – ENTREVISTA*

Nome do Candidato:

Código Perfil:

Questão	Nota (0 a 5)
Domínio científico do campo de pesquisa.	
Observações e/ou justificativa:	

Questão	Nota (0 a 5)
Conhecimento do estado da arte da área de pesquisa	
Observações e/ou justificativa:	

Questão	Nota (0 a 5)
Adequação da trajetória profissional ao perfil desejado	
Observações e/ou justificativa:	

Parâmetros de avaliação		
0 = Inexistente	1= Insuficiente	2 = Regular
3 = Bom	4= Muito Bom	5= Excelente
Obs.: as notas podem ser fracionadas		

PONTUAÇÃO FINAL	

Parecer
Indicado para a bolsa PV ()
Segundo colocado ()
Não indicado para bolsa PV ()
Considerações finais

* todos os itens são de preenchimento obrigatório

ANEXO VI

Modelo de relatório para renovação de bolsa

Programa Pesquisador Visitante Renovação de Bolsas – 2008 - 2009

Roteiro para elaboração do Relatório Parcial

O Relatório (máximo 15 páginas. Letra Times New Roman ou Arial 12, espaçamento 1.5, Papel A4) deve contemplar as seguintes informações:

1. IDENTIFICAÇÃO: Nome do Pesquisador / Unidade / Laboratório / Coordenador / Título do Projeto /
Linha de pesquisa.

2. RELATÓRIO

2.1 Resumo do Plano Inicial, informando o que se pretendeu realizar desde o início.

2.2 Atividades realizadas, indicando as principais ferramentas, instrumentais e referenciais teórico-metodológicos utilizados.

2.3 Resultados obtidos.

2.3.1 Indicar possíveis contribuições do projeto para a Inovação em Saúde (novos ou aperfeiçoados: produtos, processos, serviços, métodos etc).

2.4 Dificuldades encontradas.

2.5 Indicar a participação na formação de RH – orientação e/ou co-orientação (PIBIC, Mestrado / Doutorado).

2.6 Indicar participação em eventos científicos no período (trabalhos aceitos) .

2.7 Indicar atividades de ensino em Programas de Pós-Graduação (instituição, curso, disciplina, período).

2.8 Indicar trabalhos aceitos para publicação em periódicos nacionais e/ou internacionais (título, periódico, previsão de publicação).

3. PLANO DE TRABALHO PARA RENOVAÇÃO DE BOLSA

3.1 Cronograma para próximo período de 12 meses.

3.2 Descrever as principais ferramentas, instrumentais e referenciais teórico-metodológicos que serão utilizados no próximo período de 12 meses.

OBSERVAÇÕES:

- 1) Todos os itens são de preenchimento obrigatório. Os itens não aplicáveis deverão ser explicitados.
- 2) O item “linha de pesquisa” deverá ser preenchido conforme a Tabela de Classificação do CNPq.
- 3) O relatório deverá ser encaminhado para o e-mail programapvisitante@fiocruz.br até **30 de junho de 2008**.
- 4) Deverá, também, ser encaminhada à gerência executiva do Programa 1 (uma) via assinada pelo Pesquisador Visitante, juntamente com o formulário de encaminhamento de relatório (em anexo) assinado pelo coordenador do projeto.

ANEXO VII

Roteiro de Entrevista Individual

Para Vice-Presidentes e gestores do Programa PV

Objetivo: identificar problemas relevantes, caracterizar as especificidades das unidades da FIOCRUZ e explorar tópicos de interesse e obter sugestões para o modelo de avaliação do Programa PV

- 1) Quais os objetivos deste Programa?
- 2) Em que medida esses objetivos se articulam com a PNCTIS?
- 3) Como Programa se posiciona frente aos desafios e objetivos estratégicos da FIOCRUZ?
- 4) A FIOCRUZ nos últimos anos investiu fortemente em programas de indução (PDTIS e PDTSP), além da consolidação do PAPES. Qual a sua avaliação da articulação entre o PV e essas iniciativas? Como aprimora-la?
- 5) As Unidades da FIOCRUZ atuam em um leque amplo de atividades e áreas de conhecimento e pesquisa. Diante dessa diversidade considera que o PV deve seguir um único modelo de regulação?
- 6) Do seu ponto de vista o que as Unidades da FIOCRUZ esperam de um pesquisador visitante?
- 7) Um dos principais desafios da FIOCRUZ e a ampliação de suas Unidades e a implantação / incorporação de novos centros de pesquisa. Como os Programas de bolsas, em especial o PV, enfrentarão esse desafio?
- 8) Como analisa o processo de seleção, acompanhamento e avaliação de pesquisadores visitantes?
- 9) A seleção nos últimos anos parte das prioridades estratégicas definidas por cada Unidade e observa uma divisão de quotas entre as Unidades. Considera esse processo e o critério de quotas adequado frente aos objetivos institucionais do Programa?
- 10) Um dos desafios da gestão de programas de C,T&I é o processo de acompanhamento. Em sua opinião quais são as maiores deficiências do acompanhamento do PV e como aprimora-lo?
- 11) A avaliação atualmente apóia-se quase que exclusivamente sobre a análise qualitativa e quantitativa de publicações. Considera esse modelo adequado à FIOCRUZ?
- 12) Que sugestões teria para o aperfeiçoamento da gestão do Programa?
- 13) Em linhas gerais qual é a sua avaliação sobre este Programa?

Roteiro de Entrevista Individual

Para gestores de pesquisa e coordenadores de projeto

Objetivo: identificar problemas relevantes, caracterizar as especificidades das unidades da FIOCRUZ e explorar tópicos de interesse e obter sugestões para o modelo de avaliação do Programa PV

- 1) Como se dá a inserção de pesquisadores visitantes em sua unidade?
- 2) Quais foram os critérios utilizados para definição dos perfis de pesquisadores visitantes a serem divulgados nos editais dos processos seletivos?
- 3) Qual o perfil ideal de PV para a sua Unidade?
- 4) Quais os objetivos deste Programa?
- 5) Em que medida esses objetivos se articulam com a PNCTIS?
- 6) Como Programa se posiciona frente aos desafios e objetivos estratégicos da FIOCRUZ?
- 7) A FIOCRUZ nos últimos anos investiu fortemente em programas de indução (PDTIS e PDTSP), além da consolidação do PAPES. Qual a sua avaliação da articulação entre o PV e essas iniciativas? Como aprimora-la?
- 8) As Unidades da FIOCRUZ atuam em um leque amplo de atividades e áreas de conhecimento e pesquisa. Diante dessa diversidade considera que o PV deve seguir um único modelo de regulação?
- 9) A seleção nos últimos anos parte das prioridades estratégicas definidas por cada Unidade e observa uma divisão de quotas entre as Unidades. Considera esse processo e o critério de quotas adequado frente aos objetivos institucionais do Programa?
- 10) Um dos desafios da gestão de programas de C,T&I é o processo de acompanhamento. Em sua opinião quais são as maiores deficiências do acompanhamento do PV e como aprimorá-lo?
- 11) A avaliação atualmente apóia-se quase que exclusivamente sobre a análise qualitativa e quantitativa de publicações. Considera esse modelo adequado à FIOCRUZ?
- 12) E quais os benefícios deste Programa para sua unidade?
- 13) Qual a sua avaliação sobre este Programa na instituição?
- 14) Sua unidade realiza algum tipo de avaliação de PV?
- 15) Qual a sua opinião sobre o processo de seleção, acompanhamento e avaliação de pesquisadores visitantes?
- 16) Quais melhorias você sugeriria?

ANEXO VIII

Questionário

Pesquisa: Desenvolvimento de proposta de avaliação para programas de bolsas de pesquisa: o Programa Pesquisador Visitante FIOCRUZ

Objetivo: caracterizar as atividades dos pesquisadores visitantes, explorar tópicos de interesse e obter sugestões para o modelo de avaliação do Programa PV

Código: _____

Dados Pessoais	
Nome:	
E-mail:	
Formação:	
Área de Atuação:	
Tempo como PV na FIOCRUZ:	meses
Unidade/Departamento (Lab.):	

Descrição das Atividades Desenvolvidas (indique carga horária dedicada a realização de cada atividade)

Participa de atividades de ensino em Programas de Pós-Graduação? (em caso afirmativo, informe a instituição, curso, disciplina e período e relação com a(s) pesquisa(s) desenvolvida(s))

Indique a produção acadêmica relativa ao período da bolsa	
Trabalhos publicados:	
Participação em eventos científicos:	
Trabalhos aceitos para publicação:	
Patentes requeridas:	
Participação em bancas de PG:	
Aulas ministradas:	
Orientação de bolsas PIBIC/PIBITI:	
Orientação de Mestrado:	
Orientação de Doutorado:	

Outras atividades relevantes que mereçam ser citadas

Indicar possíveis contribuições do projeto para a Inovação em Saúde (novos ou aperfeiçoados: produtos, processos, serviços, métodos etc) e/ou para a principal área de conhecimento.

Seu projeto e/ou plano de trabalho durante a bolsa contou com cooperação com outros grupos de pesquisa ou instituições? Quais? Em quais atividades e/ou etapas da pesquisa?

Como classifica sua participação no Programa PV?

Quais as maiores dificuldades encontradas para a realização de seu projeto como PV na FIOCRUZ?

Qual sua opinião sobre o processo de seleção, acompanhamento e avaliação de pesquisadores visitantes na FIOCRUZ?

Dê sugestões para aprimoramento do Programa PV na instituição:

ANEXO IX

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Projeto: ***Desenvolvimento de proposta de avaliação para programas de bolsa de pesquisa: o Programa Pesquisador Visitante FIOCRUZ***

Você está sendo convidado para participar desta pesquisa por ter participado do Programa Pesquisador Visitante FIOCRUZ. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa também não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Fundação Oswaldo Cruz.

O objetivo deste estudo é analisar o Programa Pesquisador Visitante na FIOCRUZ para a elaboração de um modelo de avaliação e acompanhamento do Programa.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em fornecer informações relativas a execução e avaliação do Programa PV dentro da instituição.

Face às especificidades da pesquisa, pode-se afirmar que não há riscos para nenhum participante e que os benefícios a serem obtidos são o aprimoramento e aperfeiçoamento de programas de bolsas de pesquisa na FIOCRUZ.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

Todos os participantes receberão cópia deste termo, onde consta o telefone e o endereço institucional do pesquisador responsável podendo, a qualquer momento, esclarecer eventuais dúvidas o projeto e sua participação.

Seir de Souza Barros

FIOCRUZ - Instituto Oswaldo Cruz – Serviço de Gestão do Trabalho
Pavilhão Hermann Lent sala 04 – Telefone: 2598-4504 ramal 122
e-mail: sbarros@ioc.fiocruz.br

Declaro estar ciente deste Termo de Consentimento, dando minha autorização para a participação nesta pesquisa.

Nome do participante:

Local e data:

Assinatura do participante: